

RELATÓRIO DO PROVIDOR DO OUVINTE

(2008)



Provedor do Ouvinte

Adelino Gomes

Lisboa, Janeiro de 2009

ÍNDICE

Apresentação	5
Introdução	9
PARTE I	13
Ao que venho	15
Desconforto perante o actual formato do programa Em Nome do Ouvinte	21
Fusão sim, absorção não	25
85 anos da Rádio, 75 anos de Emissora Nacional	28
Acções conjuntas dos dois provedores	30
PARTE II	33
As mensagens – alguns dados quantitativos	35
Algumas áreas temáticas	38
- Antena 1	38
- Antena 2	40
- Antena 3	41
- Informação	42
- Desporto	43
- Língua Portuguesa	44
- Área Técnica	45
- Multimédia	46
- Comparação com análises anteriores	47
Audiências	49
Programa Em Nome do Ouvinte	51
Temáticas abordadas	54
Pareceres e Recomendações	55
PARTE III	65
Reflexões finais	67
ANEXOS	71
A – Programa de acção	73
B – O que penso da Regulação	82
C – Resumos dos programas Em Nome do Ouvinte	90
D – O ponto de vista de grandes nomes da Rádio	99
E – Competências legais do provedor	150
F – Estatuto dos Provedores	152
G – Regras para o envio de mensagens	156

Apresentação

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artº 27º do capítulo V (Provedores) da lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro, apresento o Relatório anual referente à minha actividade enquanto Provedor do Ouvinte da RDP durante 2008. Por razões conhecidas e que explicitarei mais adiante, o presente documento abrange os primeiros meses do meu mandato (26 de Junho a 31 de Dezembro), embora nele tenha acolhido também dados estatísticos que permitem obter uma visão de conjunto sobre as mensagens enviadas pelos ouvintes na primeira parte de 2008 ao Gabinete de Apoio aos Provedores (GAP), que funciona na sede da RTP, SA, onde os provedores da rádio e da televisão públicas encontram apoio administrativo e logístico para o exercício das respectivas funções.

Depois da **Introdução**, na qual reflecto sobre a problemática radiofónica, em geral e, em particular, sobre problemas específicos no que à situação do universo RDP diz respeito, desenvolvo, na **Parte I**, um conjunto de ideias centrais, de iniciativas e de acções que inspiraram e/ou marcaram os primeiros meses do exercício do meu mandato.

Entre os constrangimentos com que deparei, relevo as dificuldades provocadas pela formatação imposta pelo legislador ao programa radiofónico de contacto público do provedor com os ouvintes – uma feliz criação, limitada, contudo, pela rigidez dos termos legais que a explicitam.

A **Parte II** é dominada por uma análise, quantitativa e qualitativa – ainda que sumária, dada o relativamente breve lapso de tempo em causa –, das mensagens recebidas no GAP, das temáticas abordadas no programa Em Nome do Ouvinte e dos pareceres e recomendações que produzi.

As **Reflexões Finais**, na **Parte III**, complementam o quadro que tracei na introdução deste documento. Nelas aponto, em especial, as questões (críticas, queixas, sugestões) que

mais valorizei entre as cerca de mil mensagens recebidas durante os pouco mais de seis meses de mandato cobertos pelo Relatório.

Este documento finaliza com uma série de textos que ajudam a enquadrar o meu pensamento quer sobre a função do provedor de uma rádio pública quer sobre a questão mais vasta da Regulação.

Optei por não incluir em **Anexos** os textos, na íntegra, do programa semanal Em Nome do Ouvinte. Podem ser consultados na página do Provedor do Ouvinte, no portal da RTP (www.rtp.pt). Em seu lugar, encontram-se apenas resumos de cada um dos 16 programas difundidos. Decidi no entanto transpor para este suporte escrito a transcrição dos cinco primeiros programas que realizei, com base num inquérito/entrevista a 21 profissionais da Rádio ligados, no passado, à RDP. A iniciativa de os ouvir ocorreu-me como forma de homenagem a antigos profissionais. Pretendi, porém e acima de tudo, dar a conhecer aos ouvintes de hoje do serviço público o que deste pensam figuras, muitas delas incontornáveis, da rádio que se fez em Portugal nos últimos 75 anos.

Impõe-se, por fim, uma palavra de saudação a todas as entidades com as quais, ao longo destes meses iniciais do mandato, me foi dado relacionar.

Ela vai para o Conselho de Opinião, na pessoa do seu presidente, dr. Manuel Coelho da Silva e para o meu colega Provedor do Telespectador, professor doutor José Manuel Paquete de Oliveira; para o Conselho de Administração (CA) da RTP, SA, na pessoa do seu presidente, dr. Guilherme Costa; para todos os directores e directores-adjuntos da empresa e em especial para aqueles a quem mais indagações fiz, no exercício do mandato - director da Antena 1, Antena 2 e Antena 3, sr. Rui Pêgo; Director de Informação, dr. João Barreiros; director de Engenharia e Tecnologias, engenheiro Francisco Mascarenhas (que no início de 2009 haveria de abandonar a empresa, por motivos de reforma, e a quem me ligam laços de admiração profissional e de amizade desde o 25 de Abril de 1974, no qual participou como oficial miliciano); e para todos os trabalhadores dos diferentes sectores do RDP a quem me dirigi.

Seja-me permitido salientar o apoio recebido e o excelente ambiente de trabalho e cooperação que encontrei no Gabinete de Apoio aos Provedores na pessoa da dr^a Fernanda Mestrinho (chefe), da dr^a Carmo Abrantes (assessoria jurídica) e das técnicas administrativas senhoras Margarida Barreiros e Ana Clara Nunes.

Um obrigado especial pela colaboração e pela cumplicidade ao meu “braço direito”, o jornalista Viriato Teles.

E a gratidão pelo apoio renovado que me têm prestado o produtor Anacleto Cruz e a técnica de som Paula Guimarães, e pela compreensão manifestada pelo coordenador da Unidade de Serviços de Operações, Alves Dias.

Introdução

A Rádio sofre os tempos de crise que afectam os chamados *media* tradicionais. Crise das audiências. Crise da publicidade. Crise das incertezas que sempre trazem as mutações tecnológicas. Crise ainda de identidade. E daquilo a que o meu predecessor, José Nuno Martins, chamou, no seu último relatório, uma diminuição dos “sinais de afecto” no seu discurso¹. Problema este que não é apenas português.

Um estudo recentíssimo, encomendado pela ERC², emite sinais de esperança e de preocupação, ao mesmo tempo. A rádio tradicional (1) está a resistir bem à erosão global das audiências; (2) mostra uma notável capacidade de adaptação ao ambiente internet – a presença das rádios, aqui e nos novos suportes de distribuição, proporciona-lhes, entre outros efeitos benéficos, uma escuta ilimitada, porque sem constrangimentos temporais ou geográficos; (3) e tem conseguido preservar o volume de investimentos publicitários anuais, com percentagens de aumento, entre 2002 e 2007, inferiores às da televisão mas superiores às da imprensa escrita. Assiste-se, contudo, à (4) intensificação do ambiente concorrencial, com uma (5) acentuada tendência internacional para a concentração, como resposta ao aparecimento dos novos meios.

O quadro de situação em Portugal, traçado pelo estudo, reflecte e acompanha a sua pequena dimensão. O país encontra-se, no que respeita ao *share* de investimentos publicitários, cinco a seis por cento abaixo do valor médio a uma escala mundial, ainda que em linha com os níveis médios da Europa Ocidental.

Em contraponto a esta caracterização, essencialmente focalizada no ponto de vista da gestão e das rentabilidades, um estudo coordenado por José Rebelo³, também encomendado pela ERC e tornado público no final de 2008, olhara a rádio do ponto de vista das audiências.

¹ *Relatório Final de Actividade do Provedor do Ouvinte do Serviço Público de Radiodifusão Sonora, 2006/2008*, pp. 512-514

² Change Partners e ESCS, *Caracterização do Sector da Radiodifusão Local*, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2009

³ *Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social*, José Rebelo (coordenação), Cristina Ponte, Isabel Férrin, Maria João Malho, Rui Brites, Vidal de Oliveira, edição Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2008

Os portugueses – indica este estudo – tendem a manter uma confiança quase sem falhas no serviço público de Rádio e de Televisão, visto como garante da pluralidade. A rádio beneficia de maior credibilidade, apesar de ser menos importante do que os jornais enquanto fonte de informação; e a informação é, nela, o segundo género preferido (primeiro, na televisão), depois da música e antes do futebol.

É fácil de intuir quão fundo as mudanças estruturais em curso – que se traduzem, em particular, na concorrência, nas concentrações, em mudanças tecnológicas e em modos de consumo dos programas – irão influenciar formatos e conteúdos radiofónicos.

Mas também, e ao mesmo tempo, quão imperiosa emerge desta conjunção de tendências a necessidade de preservar no meio rádio a qualidade dos respectivos conteúdos e a excelência profissional dos que os produzem, realizam e apresentam.

A acrescentar a estes factores de carácter global mas que a todos afectam, directa ou indirectamente, há que adicionar um conjunto de problemas específicos, de resto já levantados por Nuno Martins, no que à situação do universo RDP diz respeito.

Enumero alguns, a título de exemplo: as baixas audiências⁴, a tornarem dramática uma redefinição eficaz das estratégias de programação e modos de fazer rádio, de forma a que, no cumprimento activo dos fins perseguidos pelo serviço público em cada um dos seus sete canais, se alargue o campo das audiências aos vários segmentos da população, com particular realce para as novas gerações; a revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público; e o lugar da RDP dentro da RTP.

Não possuo, claro, as chaves de resolução da crise vista do ângulo português ou internacional. Previno, de resto, que não são claramente esses os objectivos da função que exerço, mesmo no que respeita ao serviço público, em que se insere.

Mas penso que elas se hão-de encontrar numa prática quotidiana de rigor, exigência, independência, pluralismo, criatividade, diversidade, atractividade, respeito pela cidadania e atenção aos sinais que chegam das audiências (e de que os citados estudos encomendados pela ERC, em particular aquele que José Rebelo coordena, são bons exemplos).

⁴ No quarto trimestre de 2008, o grupo RDP retomou a tendência de queda, detectada por José Nuno Martins no final do primeiro trimestre deste ano. Assim, a rádio pública passou de 8,7% (audiência acumulada de véspera) e de 12,5% (*share* de audiência) no quarto trimestre de 2007, para 8,2% e 12,1%, respectivamente, no período homólogo de 2008. Dados comparativos dos últimos cinco anos, por estação, na **Parte II**.

A provedoria do ouvinte pode desempenhar um papel útil também em cada um destes sentidos – alvitrando, advertindo, ecoando protestos.

Uma análise quantitativa da correspondência recebida (993 mensagens electrónicas e via postal) mostra uma quebra de quase um terço no número de mensagens enviadas pelos ouvintes ao longo de 2007. A diminuição afectou logo o primeiro semestre do ano e prosseguiu com valores ligeiramente inferiores mas significativos nos seis meses seguintes⁵.

Em termos qualitativos, manteve-se a forte predominância de mensagens críticas em relação aos diferentes itens em consideração.

Nos últimos cinco meses de contacto com o provedor não pode deixar de se considerar relevante a diminuição global da correspondência – já de si escassa no ano anterior –, se comparada com os altos fluxos de correspondência da televisão e até, em termos relativos, da própria RDP, nos últimos cinco meses de contacto com o Provedor.

Apontar as razões reais que fundamentarão o ocorrido afigura-se complexo e problemático tendo em conta os dados estatísticos de que dispomos.

Parece-me indubitável, contudo, que deveremos incluir entre os factores que poderão ajudar a entender esta quebra nos fluxos de correspondência as seguintes hipóteses explicativas: (1) o período de 17 semanas – entre 25 de Abril e 29 de Agosto – em que não foi transmitido o programa Em Nome do Ouvinte; e (2) a diminuição do efeito de novidade e curiosidade que o aparecimento do cargo gerou entre os ouvintes.

O longo lapso de tempo, relacionado com o acidentado processo de nomeação do novo provedor, não poderia deixar de originar uma reacção de menor interacção da parte dos ouvintes, patente, de resto, nos gráficos de evolução mensal comparativa da correspondência, que apresentamos mais à frente.

Penso que dois outros factores podem influenciar este quadro de situação: a continuação da transmissão do programa Em Nome do Ouvinte em períodos afastados do chamado *prime-time* radiofónico, especialmente na Antena 1 e na Antena 2; e o trabalho concreto do provedor – na

⁵ Cf. Parte II

sua relação epistolar com os ouvintes e na interacção radiofónica que o programa semanal lhe proporciona.

O primeiro não depende do provedor mas do quadro legal em que se movimenta, como explico na **Parte I** deste Relatório⁶; o segundo constitui um dos principais desafios colocados ao provedor e a que este terá que responder em permanência ao longo do mandato.

Apenas com um quarto do mandato cumprido, nenhum obstáculo de monta surgiu a ameaçar a execução normal da tarefa para que fui desafiado. A experiência de José Nuno Martins, que não calou críticas e denúncias em ambos os relatórios de que foi autor, e o histórico conhecido desta função, em Portugal, nos EUA e na Europa, talvez nos tenham alertado a todos – administração, directores, jornalistas, apresentadores, provedor – para as “pedras que no caminho sempre se têm”.

Foi assim que vi, com satisfação, serem ultrapassados com relativa facilidade quase todos os problemas que se foram colocando nas minhas relações institucionais com os pólos da estrutura e profissional.

Pequenas contrariedades (limitações logísticas; entendimentos diferentes quanto ao papel do provedor; profissionais que se recusam, explícita ou implicitamente, a dar resposta a pedidos da Provedoria, por exemplo) foram resolvidas graças a tentativas mútuas de compreensão dos respectivos estatutos. O que subsiste, espero, sê-lo-á com o tempo e com a mesma predisposição comum para o diálogo.

⁶ Ver Desconforto perante o actual formato do programa Em Nome do Ouvinte, pp. 21-25

PARTE I

Ao que venho

Em encontros que mantive no início do meu mandato com trabalhadores, na sede, em Lisboa, e nos centros do Porto, Coimbra, Faro, Funchal e Ponta Delgada⁷, gostava de citar as meditações sobre esta delicada função feitas por um provedor do jornal *Le Monde*⁸.

Num texto sobre a sua função de *médiateur* entre 1998 e 2006, Robert Solé dizia ter tido o privilégio de redescobrir o jornal onde trabalhava através do olhar dos leitores, mas que se sentiu, ao mesmo tempo, entre dois fogos – olhado de soslaio por leitores que suspeitam de que o provedor se coloca ao serviço dos interesses da redacção; e algumas vezes acusado por esta de cuspir no seu trabalho:

“Eu era livre e estava ao mesmo tempo condenado a ser razoável. Tinham-me entregue uma arma temível, desde que eu dela fizesse bom uso. Até onde é que podia ir sem abusar do meu poder, sem cair num exercício demasiado subjectivo ou demasiado pessoal? Desde o início, adoptei um princípio muito simples e que me convinha: tudo o que escrevesse era o que eu pensava, embora nem tudo o que pensava fosse por mim forçosamente escrito”.

Retirei ainda do texto de Solé duas reflexões que me têm guiado na execução das tarefas do mandato, iniciado em 26 de Junho de 2008: (1) a qualidade de um jornal (sobretudo de um jornal como *Le Monde*, cuja função e postura associa, pessoalmente, e salvas as devidas proporções e especificidades, aos de uma rádio pública) depende em grande parte da vigilância e das exigências dos seus leitores (ouvintes, no caso da RDP); (2) o importante não é a opinião pessoal do provedor (que vale o que vale), mas as reacções, as explicações e as interrogações citadas na sua crónica (programa Em Nome do Ouvinte, no caso do provedor da RDP). Do que se trata, essencialmente, é de reflectir em voz alta e em conjunto sobre o jornal (rádio) que fazemos ou que lemos (ouvimos).

⁷ Ver Acções conjuntas dos dois provedores, na **Parte I**, pp. 30-32

⁸ “Médiateur du Monde...”, *Les Cahiers du Journalisme*, n° 18, Printemps 2008, pp. 76-79.

Coube-me assumir o cargo de Provedor do Ouvinte, na estação pública de radiodifusão sonora, após o termo do mandato de José Nuno Martins.

José Nuno Martins foi o primeiro provedor de toda a rádio em Portugal. Coube-lhe por isso, ao lado do Provedor do Telespectador, José Manuel Paquete de Oliveira, imprimir a marca da experiência original no exercício desta função.

Para compreender o alto patamar técnico a que o exercício da função foi por ambos erigido, basta uma consulta aos respectivos relatórios, que constituem, como tive ocasião de sustentar perante o Conselho de Opinião,⁹ um notável espólio deixado aos seus sucessores e a quem queira reflectir mais profundamente sobre o estado do serviço público de rádio e de televisão em Portugal e a apreciação que sobre ele fazem os cidadãos.

Quando, em 18 de Junho de 2008, compareci perante o Conselho de Opinião – a quem compete, nos termos da Lei, emitir parecer vinculativo sobre a pessoa indigitada pelo Conselho de Administração da RTP, SA para o cargo de Provedor do Ouvinte – fiz questão em salientar que “a independência, o pluralismo, a credibilidade não são apanágio exclusivo do serviço público. São múltiplos os exemplos, entre nós e lá fora. Do mesmo modo que serviço público não significa necessariamente (não significou sempre, antes pelo contrário, entre nós, como sabemos historicamente) independência, pluralismo, credibilidade”.

Acrescentei, porém, que “nunca, talvez, como agora, a legislação portuguesa e europeia foi tão longe e tão fundo no desenho de um quadro exigente que coloca a prestação do serviço público de rádio e televisão ao serviço das necessidades de natureza democrática, social e cultural da sociedade, da informação e esclarecimento dos cidadãos e da formação de uma consciência cívica e social”.

Este olhar da Europa comunitária para a natureza vital do serviço público de rádio e televisão representa um enorme passo em frente nas garantias dadas aos cidadãos e nas exigências de procedimentos e acção feitas aos governos, aos operadores e ao campo profissional.

⁹ Cf. **Anexo A**-Programa de Acção, em que transcrevo a intervenção feita perante o Conselho de Opinião da RTP, em 18 de Junho de 2008. Parte substancial das considerações deste capítulo do Relatório são transcritas dessa intervenção.

Quanto ao meu próprio olhar para o fenómeno, ele representa a extrema valorização que dou à componente de serviço público nos *media* em geral e no jornalismo radiofónico em particular.

Foi neste quadro global que, na abordagem que fiz dos princípios básicos do serviço público, tal como estabelecidos no Contrato de Concessão¹⁰, bem como das competências do Provedor¹¹, privilegiei, na função deste, o papel de mediação entre os ouvintes – a quem representa, pois é em nome deles e para eles que o cargo existe –, a estrutura e os profissionais.

A função de provedor – defendi – revelar-se-á útil na medida em que toque e faça tocar de forma actuante cada um daqueles pólos, numa actividade “essencialmente polifónica no sentido dado por Mikhail Bakhtin, ou seja, um jogo de vozes (explícitas e implícitas) que se misturam e conjugam no âmbito do enunciado”.¹² Isto é, veicule as queixas, sugestões, críticas de quem ouve, oferecendo-lhes um canal de contacto mais directo; questione o campo profissional e os responsáveis, incitando o primeiro a reavaliar opções técnico-profissionais, metodologias, modos de trabalho, competências, e os segundos, a fornecerem meios, criarem condições suficientes de trabalho e a conterem eventuais tentações de interferência nos conteúdos; e, por fim, leve a cada um destes pólos eco do olhar dos outros, criando uma dinâmica que, quando melhor funciona é, necessariamente, criativa e, quando não, tem o mérito, ao menos, de tornar mais transparente e participada a forma de prestação do serviço público.

Mas onde fica para o provedor – nesta função de mediação – a fronteira entre o que é a representação do ouvinte ou do telespectador e o acordo com o mesmo ouvinte ou telespectador? Como evitar que a acção julgadora se confunda ou conflitue, mesmo, com a actividade programadora dos responsáveis das antenas? Como atenuar os constrangimentos internos e externos - mal-estar no grupo profissional; carácter não vinculativo dos pareceres; tentativas de utilização do cargo como instrumento de *marketing* (dá uma imagem de abertura e transparência que afinal se revela oca, pois mais nada acaba por mudar) pela empresa?

¹⁰ Junho de 1999, a que devem juntar-se as adaptações introduzidas, sucessivamente, pelas leis nº 4/2001, de 23 de Fevereiro, 33/2003, de 22 de Agosto, e 7/2006, de 3 de Março.

¹¹ Artº 27º da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro.

¹² Jorge Lucas, Ombudsman – por uma avaliação da crítica, in *Observatório comunicacional: PCLA - vol. 4 - número 4: Julho/Agosto/Setembro 2003*, www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista16/observatorio%2016-1.htm

Citando um texto que se encontra na Página dos Provedores, no portal da RTP,¹³ e a que dei o meu público acordo, aponte as competências que lhes são atribuídas e a colocação dos provedores fora das hierarquias e da própria empresa, assim como a impossibilidade desta e de quaisquer outras entidades lhes abreviarem ou porem termo ao mandato,¹⁴ para salientar a dimensão da independência e da responsabilidade que a lei quis reconhecer e atribuir à função e ao cargo.

Porque entendo que o cargo não deve ser remetido para um papel meramente instrumental, sublinhei, parafraseando o meu predecessor, que se nem sempre o provedor pode estar de acordo com os profissionais, nem sempre tem de concordar com o ouvinte ou o telespectador. E acrescentei, da minha lavra, que “mesmo quando esteja menos de acordo com os profissionais e mais de acordo com os ouvintes [o provedor] deve evitar cair na tentação de deixar que os ouvintes ou ele próprio se substituam aos profissionais; e que, mesmo quando esteja mais de acordo com os profissionais ou os responsáveis e menos de acordo com os ouvintes, nunca deve ignorar ou menosprezar a sensibilidade dos ouvintes, tomando-a como sinais a que deve dar e fazer dar a maior atenção”.

É positivo o balanço geral que faço, no que respeita ao relacionamento da Provedoria com a estrutura, com o campo profissional e com os ouvintes.

A primeira, porque sempre se disponibilizou a dar seguimento aos pedidos de esclarecimento, mesmo quando os questionamentos dos ouvintes e os pareceres do provedor podem ter parecido mais impertinentes.

O segundo porque, com raras exceções, tem mostrado compreender as regras deste jogo dialógico.

E os terceiros porque, embora em número excessivamente pequeno se comparadas com a televisão, as mensagens que tem feito chegar à provedoria mostram que há faixas do auditório atentas não só aos aspectos formais das emissões, mas também à qualidade estética, aos conteúdos e às opções editoriais das estações do serviço público que compõem o universo RDP.

Contrastando com uma evidente vontade de ajudar ao aperfeiçoamento do serviço público, com uma exigência crítica não raro bem fundamentada e com a simpatia de alguns ouvintes,

¹³ Cf. Estatuto dos Provedores, de 8 de Maio de 2006, em www.rtp.pt

¹⁴ Cf. artº 24º e artº 27 da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro.

chegam-me também posições de descrença na acção do provedor ou/e de hostilidade reiterada contra a empresa e os seus profissionais, acusados de malbaratarem os dinheiros públicos provenientes dos seus impostos.

Penso que nestes casos, apenas a prática, quer do provedor quer dos dirigentes e profissionais da empresa, poderá atenuar ou mesmo eliminar tais apreciações, julgo que quase sempre preconceituosas.

O número dos que escrevem ao provedor sem entenderem de todo qual a sua função ou as suas competências pode considerar-se diminuto.

Nem sempre as minhas respostas merecem o acordo de quem apresentou as críticas ou queixas, mas contam-se pelos dedos de uma mão as vezes em que o diálogo se quebrou.

Neste matéria e até ao momento em que escrevo, poderei dizer que os únicos problemas não suplantados têm sido o de correspondentes que insistem em pedir reserva de identidade e o daqueles que escrevem acobertando-se no anonimato mas exigindo que seja dada sequência às suas reclamações.

Se neste último caso estou a falar de situações muito pontuais – às quais procuro responder com firmeza, pois a recusa do anonimato remonta ao início do exercício destas funções na RTP – já o primeiro tem provocado, não raro, alguma tensão na minha relação com um ou outro ouvinte.

Encaro a reserva da identidade como um direito de qualquer ouvinte e disponho-me a reconhecê-lo em todas as circunstâncias. Não escondo, porém, quanto me preocupa ver o crescente número dos que a essa prerrogativa recorrem sem que da análise da respectiva mensagem se descortine motivo relevante para tal.

A reserva de identidade inibe o Provedor de pedir ao autor da mensagem que a verbalize no “ar”, empobrecendo o programa Em Nome do Ouvinte, que dessa forma se vê obrigado a entregá-la a locutores profissionais. Ela significa muitas vezes (outro motivo não lhe descortino) uma fuga à assunção pública de pontos de vista críticos.

Só assim interpreto o facto de, perante mensagens que levantam questões interessantes que o provedor gostaria de inserir no programa através da voz do autor, se revelarem infrutíferas todas as tentativas do GAP para localizar o autor através dos elementos fornecidos.

Nesta fase temporal do mandato, a conclusão e os ensinamentos que retiro do exercício da actividade identificam-se a cem por cento com esta resposta dada num inquérito a antigos provedores do jornal brasileiro *O Povo*, de Fortaleza:

“Decididamente não é fácil. [O Provedor] precisa ter bons argumentos; capacidade de questionamento, reflexão e ponderação; respeito por opiniões diferentes (quando não se trata de erro notório) e preparo emocional para pressões, que podem vir inclusive de leitores. Não é nada fácil, tampouco confortável. (...)”

[De qualquer modo, e em resumo] É sempre bom aprender a ver diferentes perspectivas, ampliar o exercício de reflexão, lidar com diferentes contextos.”¹⁵

Nos anexos deste Relatório, ao transcrever a parte escrita da minha exposição inicial perante o Conselho de Opinião, aqui abundantemente retomada, indico um conjunto de nomes de antigos profissionais com quem partilhei a paixão da rádio. Eles não esgotam o universo de grandes profissionais com que me cruzei e com quem aprendi e colaborei na tarefa radiofónica.¹⁶

Orgulho-me de com eles todos ter integrado uma geração que revolucionou a Rádio portuguesa a partir dos anos de 1960, e que nos anos de 1990 foi paulatinamente passando o testemunho aos que entretanto se apresentavam ao microfone. A qualidade de muitos destes – em particular do grupo inicial oriundo da TSF cuja formação tive o privilégio de coordenar – tem vindo a ser comprovada, desde então, nas rádios privadas e em vários espaços das diferentes antenas que constituem o serviço público de rádio.

¹⁵ Jorge Lucas, *Ombudsman – por uma avaliação da crítica...*

¹⁶ Gostaria de indicar, para além dos nomeados na citada intervenção perante o CO: monsenhor António Rego – um padre açoriano de características profissionais e pessoais raras e cuja compreensão do fenómeno radiofónico e do contexto ditatorial em que se vivia o tornaram em figura essencial da rádio feita nos primeiros anos de década de 1970, na Rádio Renascença (RR), onde tive a honra de integrar a equipa do programa Página 1 (1971-2); o transmontano José Videira, já falecido, um dos fundadores deste programa e, anos mais tarde, da TSF, operador/sonoplasta que desempenhou um papel essencial nos anos seminais da minha geração na RR; o ribatejano Armando Pires que, também oriundo da área técnica, depressa demonstrou capacidades raras no jornalismo radiofónico; Augusto Macedo, a voz que chegava do interior, a chamar-nos a atenção, nos anos pós-25 de Abril, para os alcantis do Douro; Alfredo Alvela, já falecido, um repórter por excelência, a marcar, com Júlio Montenegro, a presença qualificada do Porto; Rui Paulo da Cruz, que chefiou os noticiários do RCP em dois períodos decisivos do pós-25 de Abril; António Jorge Branco, um engenheiro civil portuense, o qual, mal chegado do exílio em França, nos mostrou a todos uma outra forma de comunicar, mais coloquial e ao mesmo tempo mais rigorosa (esse o maior desafio da escola francesa, que ainda hoje muitos não compreendem), vindo a ser o grande formador de gerações de jornalistas da Rádio; Teresa Moutinho e o madeirense Duarte Soares, duas figuras decisivas que ficavam por sistema nos bastidores radiofónicos.

Desconforto perante o actual formato do programa Em Nome do Ouvinte

Disse-o perante o Conselho de Opinião, ainda não fora confirmado como provedor. Repeti-o ao CA e aos directores da RTP. Tentei exprimi-lo de viva voz perante deputados da Assembleia da República, em encontros pedidos ao Presidente da Subcomissão de Ética, Sociedade e Cultura, dr. José de Matos Correia (PSD). Razões certamente ponderosas não permitiram ainda a realização desse encontro.

Nestes termos e sem prejuízo de uma mais profunda fundamentação, penso que este será o momento adequado para tornar públicas as razões que me levam também a mim,¹⁷ a sentir-me desconfortável perante o actual formato que a lei impõe para a concretização do contacto radiofónico regular com os ouvintes.

Ao contrário da prática generalizada noutros países, os provedores do ouvinte e do telespectador têm, entre nós, um veículo privilegiado de contacto com os seus principais destinatários: um programa, a que o legislador atribui tão grande importância que não hesitou em impor-lhe regularidade semanal e um tempo mínimo de duração.

Dar a ouvir as queixas, elogios, sugestões bem como as respostas dos visados, esclarecer dúvidas acerca do exercício dos profissionais, enquanto “agente de interpretação”, como muito acertadamente lhe chamou José Nuno Martins, no seu primeiro relatório; e dizer de viva voz, quando for caso disso, o que ele próprio pensa do que acabou de ser dito, constituem uma fórmula transparente, democrática e para mais perfeitamente identificada com o meio a que diz respeito – a Rádio (e a Televisão, no que respeita ao Provedor do Telespectador).

Assim, e nos termos do nº 1, alínea e), do artigo 27º (competências) da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro, o Provedor do Ouvinte deve “assegurar a edição, nos principais serviços de programas, de um programa semanal sobre matérias da sua competência, com uma duração mínima de 15 minutos, a transmitir em horário adequado”.

¹⁷ Cf. Reflexões acerca do artº 23º-D (Competências) da Lei 2/2006 in *Relatório de Actividade.....*, 2008, pp. 108-112.

No exercício do meu mandato, iniciado em 26 de Junho passado, constatei que esta norma legal acaba por impor, na prática, um formato de emissão cuja rigidez se revela menos adequada aos louváveis propósitos que moveram o legislador no sentido de assegurar um contacto regular do Provedor com a massa de ouvintes do serviço público.

Na verdade, existem sete estações na rádio de serviço público (Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP-Açores, RDP-Madeira, RDP África e RDP Internacional). Cada uma com a sua programação e os seus públicos.

Tornar-se-ia difícil, direi mesmo impossível ao provedor, porém, assegurar a produção, realização e montagem de um programa semanal de 15 minutos diferente em cada uma delas. Porque (1) não tem estrutura adequada; e, sobretudo, (2) porque o volume da correspondência, sendo relativamente elevado no que respeita à Antena 1 – e, ainda que a considerável distância, também à Antena 2 – é claramente residual nas outras cinco estações.

Nestes termos, quer o meu predecessor quer eu próprio optámos por realizar um mesmo programa semanal, com emissão em dias diferenciados. Semelhante opção foi tomada pelo provedor do Telespectador.

Devido a razões próprias de cada meio, contudo, e ao contrário do que ocorre na televisão pública, afigura-se indesejável emitir os referidos programas radiofónicos nos horários de maior audiência.

Na rádio, e em particular na Antena 1, o chamado *prime-time* ocorre no período matinal. Os fluxos e as exigências das audiências, preocupadas em primeiro lugar em receber frequentes e rápidas informações sobre o trânsito, a meteorologia e a actualidade nacional e internacional, revelam-se logo à partida incompatíveis com a transmissão de um programa de reflexão e análise de 15 minutos.

Basta pensarmos que tal programa muitas vezes trata de assuntos específicos de um dos canais apenas para imaginarmos o quadro catastrófico, para os interesses da rádio e dos seus ouvintes, criado por uma eventual opção desse horário para transmissão do programa.

Imagine-se como seriam recebidos 15 minutos (“no mínimo”, como estabelece a lei) a falar sobre os problemas da passagem da música contemporânea nas madrugadas da Antena 2 (como acontece no momento em que finalizo este relatório) entre as 08h15 minutos e as 08h30

minutos. Na Antena 1, por exemplo, isto é, no período em que milhares de ouvintes se preparam para sair de casa ou, já no exterior, se dirigem, em longas filas, para o emprego...

Por estas razões, o programa é transmitido na Antena 1 e nas restantes estações, não às horas de maior audiência, mas às horas em que se entende haver condições para uma melhor escuta do tipo da mensagem que o programa veicula – as do regresso a casa, no final de uma jornada de trabalho – em “horário [minimamente] adequado”, como estabelece a lei.

Consequência: a RDP está a oferecer ao universo dos ouvintes do serviço público um mesmo programa transmitido em horas de menor audiência e cujos conteúdos não têm em conta os interesses específicos de cada público-alvo.

Estas constatações levaram-me a aprofundar a ideia de sensibilizar o legislador no sentido de se introduzir uma alteração legislativa que maleabilize a referida alínea e) do articulado legal.

Reservo a primazia da divulgação pormenorizada da proposta para o desejado encontro na Assembleia da República. Nesta circunstância, limitar-me-ei a dizer que, em consonância com anterior proposta do meu predecessor¹⁸, defendo uma alteração legislativa que deixe ao provedor a liberdade (e a responsabilidade) de escolher os formatos radiofónicos mais adequados na duração e estrutura formal: mais ágeis, de maior impacto e menor peso formal, e com durações menores, ainda que desiguais, pois dependerão do tema, dos destinatários e da hora de transmissão. Objectivo: estabelecer contacto diferenciado e nas horas de maior audiência, com cada um dos públicos-alvo das sete antenas do serviço público de radiodifusão.

Além dos prejuízos na qualidade da comunicação, a não resolução deste problema terá duas consequências que tenho por inevitáveis a prazo: a manutenção do contrato de colaboração externa com os locutores Isabel Bernardo e Alberto Ramos (a quem saúdo pela qualidade excepcional das respectivas participações); e a necessidade de passar a gravar o programa Em Nome do Ouvinte num estúdio externo, dada a minha dificuldade em encontrar nos meios técnicos e humanos da empresa as disponibilidades de tempo que me permitam a

¹⁸ Logo no seu primeiro relatório, José Nuno Martins teceu um conjunto de considerações e avançou com propostas (Relatório de 2006, pp. 108-112) que no seu entendimento (e no meu, seja-me permitido manifestar-lhe este apoio *a posteriori*) teriam contribuído para uma melhor compreensão do articulado legal e para um mais ágil e radiofonicamente conseguido cumprimento das funções do Provedor. As propostas centravam-se numa alteração das sequências de procedimentos e na contemplação da hipótese de o provedor substituir a “edição, nos principais serviços de programas, de um programa semanal (...) com a duração mínima de 15 minutos, a transmitir em horário adequado”, por “a edição de um programa semanal ou de um conjunto de rubricas (...) com uma duração global estimada de quinze minutos”. O legislador, infelizmente, não acolheu nenhuma destas sugestões (apresentadas, aliás, da forma respeitosa que as circunstâncias exigiam) na Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

elaboração (gravação e montagem) do programa em condições que penso os ouvintes merecem.

Fusão sim, absorção não

No seu relatório referente ao ano de 2007, o primeiro provedor da Rádio pública alertou para os perigos do esmagamento da rádio pela televisão, na empresa RTP, SA.

Espíritos mais sensíveis terão encontrado excessos na forma como José Nuno Martins equacionou o problema. Mas ninguém poderá negar-lhe razão.

A unificação das duas empresas públicas esteve sempre presente nas preocupações daqueles que a defenderam no passado longínquo, à semelhança do que acontecia em institutos de rádio e televisão como a RTB ou a ORTF.

Absorver o mais pequeno é uma tendência do maior. Quase uma inevitabilidade. Mas, por o ser, exige cuidados especiais por parte dos responsáveis. Não consigo descortinar qual o interesse, não consigo descobrir qual a vantagem de um ponto de vista técnico-profissional – e muito menos ainda do ponto de vista dos públicos ouvinte e telespectador –, em que um instituto se sobreponha ao outro.

Que tal aconteça, do meu ponto de vista, só poderá relevar de duas circunstâncias:

1. a de uma visão estreita do que sejam as chamadas sinergias empresariais (mas a ser assim, estaríamos, do meu ponto de vista, perante uma forma medíocre de gestão empresarial);
2. a da indiferença com que, por causa da maior soma de problemas levantados pela gestão da empresa maior, se tende a olhar a empresa menor, que acaba esquecida e, por arrastamento, subestimada.

A acontecer, tratar-se-á, como é bom de ver, de duas circunstâncias igualmente lamentáveis. E insidiosas, porque quer uma quer outra não precisam, para ocorrer, de uma vontade expressa nesse sentido. Mas nascerão inevitavelmente de uma certa dinâmica

empresarial ditada pela prevalência avassaladora do meio televisão na sociedade¹⁹ e de um desnível brutal entre os activos (e passivos) financeiros mobilizados pelas actividades televisiva e radiofónica.

Uma atitude pró-activa na gestão do sector radiofónico da empresa afigura-se-me como o único modo de evitar o espectro da absorção. Dito de outra forma, quase lapalissiana: a melhor maneira de prevenir que a RDP se torne uma presença irrelevante no interior da RTP é prestar-lhe atenção, promover-lhe a imagem, proporcionar-lhe condições não apenas mas também através de acções sinérgicas que lhe alavanquem a capacidade de alargamento de públicos e audiências.

Dou um exemplo pela negativa. Retirado da campanha de Outono da RTP.

Para escândalo de alguns ouvintes e incomodidade deste provedor, assistiu-se, durante um período e a propósito da compra de direitos de transmissão de jogos de futebol pela RTP, ao desenvolver de uma acção diária de promoção na Antena 2 (sublinho Antena 2). Para a nova imagem de uma televisão pública (sublinho pública) com mais transmissões de futebol, recorreu-se às figuras, equipadas, das principais vedetas da estação, misturando apresentadores de programas de variedades com pivots e entrevistadores de informação.

Deixando de lado a discussão sobre se a metáfora futebolística escolhida terá sido a mais adequada à promoção de uma estação televisiva de serviço público, pergunto-me se a inclusão da Antena 2 na campanha promocional não representou uma instrumentalização gratuita (além de desnecessária, tendo em conta as audiências da Antena 2) de uma rádio clássica ao serviço dos interesses exclusivos de uma estação generalista como a RTP 1.

Isto enquanto, por exemplo, relatos na Antena 1 ou o programa de reflexão futebolística Grandes Adeptos, também da Antena 1, objecto de uma campanha promocional no mesmo estilo, em curso nesta estação no início do ano, não foram alvo, presumo, de qualquer tratamento recíproco nos canais da RTP.

¹⁹ Um exemplo que considero significativo: ao longo de 2008 foram recebidas no meu gabinete 188 mensagens dirigidas ao Provedor do Ouvinte mas que na realidade levantavam questões relacionadas com a área de tutela do Provedor do Telespectador. Foram, por isso e naturalmente, reencaminhadas para este. Haverá, pela certa, outras razões para esta confusão tão frequente (quase 20 por cento da correspondência total a mim dirigida!...). Mas aqui, no GAP, prevalece a ideia de que esta confusão dos utilizadores do site da RTP (RTP, sublinhe-se, o que, neste quadro, acabará por não ser inocente) se deve à prevalência avassaladora do meio televisão na sociedade e, por maioria, no ambiente mediático.

Contra estes sinais públicos que, salvo melhor opinião, chegam a ser ofensivos do papel de uma estação como a Antena 2, defendo que a RTP, SA não hesite em enviar à sociedade mensagens que mostrem a importância que a rádio continua a representar para a empresa pública.

Por isso e para isso, no segundo dos encontros que mantive, ao longo destes seis meses, com o presidente do CA, propus a iniciativa que desenvolvo a seguir.

85 anos da Rádio em Portugal, 75 da Emissora Nacional

Na sequência de uma sugestão apresentada em Julho, ao Presidente do CA da RTP, SA, dr. Guilherme Costa, em Outubro passado formalizei uma proposta para a realização de um encontro internacional de Provedores de Rádios de Serviço Público em Lisboa, por ocasião da passagem dos 75 anos da criação da Emissora Nacional (EN) e dos 85 anos do início das emissões regulares de radiodifusão em Portugal.²⁰

Como tive ocasião de referir, o provedor não confunde rádio de serviço público com a rádio de Estado que emitiu em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. Nem considera que a RDP seja a herdeira directa do RCP (Rádio Clube Português) e dos Emissores Associados de Lisboa.

O facto de a nacionalização da rádio, em Portugal, ter agrupado numa só empresa quer a rádio de Estado quer aquelas estações privadas de radiodifusão (e algumas mais, de menor dimensão), porém, conferiu à génese da RDP características singulares que a ligam de modo indelével - no plano histórico e nas escolas de rádio que nela confluíram – tanto à estação oficial como às estações privadas.

A minha proposta apontou para a realização do citado encontro internacional durante o ano de 2009 (a abrir as comemorações), deixando para o ano seguinte a realização de uma gala ou concerto. Eventualmente com o apoio ou a colaboração de outras estações ou associações.

A ideia de um encontro internacional de provedores (figura que existe também, no estrangeiro, em rádios privadas) surgiu assim na bissectriz das duas comemorações. Ela poderia de algum modo representá-las ou pelo menos lançá-las.

O prolongamento das comemorações por um ano ecoaria o que recentemente foi feito para comemorar os 50 anos da RTP, dando um sinal, para o interior e para o exterior, de que a Rádio, ao contrário do que parece, não está constituída em parente pobre, no seio da empresa.

²⁰ Ambas as efemérides ocorrem em 2010: as emissões regulares começaram em Março de 1925; e a EN foi inaugurada em Agosto de 1935. Em rigor, portanto, as efemérides deverão ser comemoradas em 2010, mas podem iniciar-se no ano anterior, pois a EN arrancou em 1934 com as suas emissões experimentais.

Tudo depende agora, naturalmente, das disponibilidades da empresa da vontade dos seus responsáveis. Sublinho, no entanto, que estes receberam bem a ideia, faltando agora definir se será já em 2009 ou, mais canonicamente, em 2010.

De qualquer modo, a ocorrer, como tudo indica, este encontro internacional imprimirá às efemérides (e quem melhor do que a RDP para as comemorar?) um cunho de preocupação ética e de auto-regulação de todo consentânea com uma empresa de serviço público.

Além da presença de provedores de estações públicas da Europa e das Américas, que debateriam “Os Desafios Éticos da Rádio Pública do Século XXI” (título provisório), propus que se dirigissem convites a representantes das estações públicas dos PALOP e Timor-Leste, que participariam no encontro com o estatuto de observadores e com o objectivo explícito de propor a criação futura de uma associação de provedores da CPLP.

Acções conjuntas dos dois provedores

Encarei como um privilégio a possibilidade de trabalhar lado a lado, numa mesma estrutura de Gabinete, com o actual Provedor do Telespectador, José Manuel Paquete de Oliveira.

A experiência de dois anos de mandato, aliada ao vasto e reconhecido saber académico que possuí, conferem à sua figura um valor inestimável de que venho a retirar proveito no exercício desta função. A maior riqueza tem residido nas relações informais que no quotidiano estabelecemos, comentando programas e notícias que vemos ou ouvimos, discutindo críticas e queixas que nos chegam.

Sem prejuízo da respectiva independência de juízo e acção, sempre que podem os dois provedores dão-se a conhecer mutuamente, antes das respectivas emissões, os programas semanais que cada um elaborou. A escuta e visionamento dos dois programas ocorre, habitualmente, ao início da tarde de cada sexta-feira, a elas assistindo e nelas intervindo também, criticamente, todos os elementos do Gabinete.

O Provedor do Telespectador acompanhou-me na visita de trabalho que entendi dever fazer a todos os centros da empresa. Com excepção de Lisboa e do Porto, nos restantes centros as sessões de trabalho foram partilhadas por ambos.

Conforme consta de um relatório comum, enviado à administração da empresa, a título de mero conhecimento, sentimo-nos recebidos em todo o lado de forma amigável pelos respectivos directores e acolhidos da melhor maneira pela generalidade dos trabalhadores com quem chegámos à fala.

Sem prejuízo das baias legais que nos limitam o raio de intervenção às relações com os ouvintes e telespectadores – e que não só não ignoramos, como perfilhamos –, tomámos a iniciativa de dar conta ao presidente do CA, com conhecimento para os restantes elementos da administração, das carências que constatámos, não apenas na área operacional, em Faro, Ponta Delgada e Funchal.

Estes problemas, estamos convictos, têm repercussão nos conteúdos emitidos e comprometem a respectiva capacidade de resposta aos desafios profissionais no âmbito do serviço público, nos planos regional e nacional.

Em Faro, impressionou-nos a modéstia das instalações radiofónicas, muito aquém de boa parte das estações locais e regionais que, noutras circunstâncias, temos visitado.

Nos Açores e na Madeira não estão em causa as condições, melhores ou piores, das respectivas instalações - excelentes na Rádio e excelentes na Televisão da Madeira; excelentes na Rádio e péssimas na Televisão dos Açores (mas que certamente vão melhorar no processo de fusão física das instalações, ainda que com o necessário alargamento do actual edifício).

Está em causa, sobretudo, o mau equipamento – nalguns casos verdadeiramente obsoleto – em que se apoia a produção televisiva de cada um dos centros.

Constrangeu-nos a observação das condições em que funciona o Arquivo da Televisão, nos Açores. Não apenas por causa dos perigos para a segurança das pessoas (no dia em que visitámos as instalações, os pingos da chuva eram recolhidos por plásticos assentes sobre videocassettes). Também porque, independentemente de algum sinistro alguma vez ocorrer, tão deploráveis condições põem em risco de deterioração o património cultural de imagens de toda uma região autónoma.

Foi-nos salientada pelos responsáveis a insuficiente dotação em pessoal das redacções quer da rádio quer da televisão nos Açores e na Madeira, se tivermos em conta não apenas a necessidade de resposta ao pedidos das redacções centrais, em Lisboa, quer, sobretudo, o acompanhamento e registo da vida cultural e da actualidade informativa locais.

Na área radiofónica, impressionou-nos quanto ambos os centros se sentem afastados das antenas nacionais. “O país não se ouve a si próprio”, ouvimos nos Açores e na Madeira, reclamando maior participação na antena e maior mobilidade das equipas, quer na programação quer na informação, como aconteceu já, num passado algo distante.

Nos Açores, perguntaram-nos, a título de exemplo, por que é que as madrugadas da Antena 1 não hão-de ser feitas em regime de *roulement* por Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Funchal e Ponta Delgada. Com a participação açoriana – estamos certos pelo que ouvimos e conhecemos

da rádio que ali alguns realizadores praticam –, muito haveriam de ganhar ouvintes do continente e de qualquer parte onde chegam, hoje, as emissões da Antena 1.

Na Madeira, ouvimos perguntar alto, a título de exemplo, por que é que a rádio pública quer saber sempre, nos noticiários da manhã da Antena 1, o que é notícia naquele dia “no mundo inteiro”, e nunca se preocupa em fazer a mesma pergunta ao Funchal, sobre a Madeira.

As breves estadias em Ponta Delgada e no Funchal permitiram-nos uma vez mais comprovar a existência, em ambas as regiões autónomas, de riquíssimos patrimónios culturais (artes, em particular a música, letras, gastronomia, para apontar apenas alguns), de que no continente nos encontramos afastados por um fosso de ignorância que a rádio e a televisão públicas podem e devem ajudar a ultrapassar.

A realização destes encontros assentou no trabalho organizativo competente da chefe do GAP, Fernanda Mestrinho, e do Centro de Formação da RTP, dirigido por Eduardo Oliveira e Silva, que acompanhou os provedores em todas as deslocações, moderando os encontros com os trabalhadores.

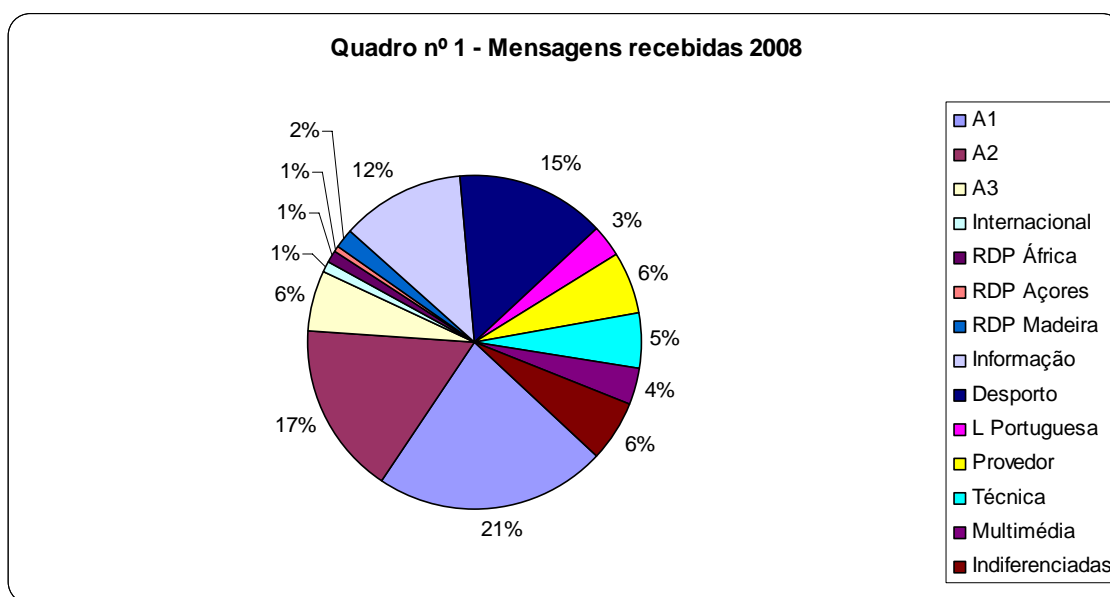
Em mensagem que nos enviou, este responsável considera que as deslocações constituíram “um momento importante que proporcionou, por um lado, o conhecimento objectivo dos problemas que se colocam ao exercício das profissões internas e, por outro, a leitura que cada um dos Srs. Provedores faz da sua função”.

As sessões tiveram uma duração média de duas horas e contaram com uma presença de 274 trabalhadores (“uma adesão que se deve considerar muito positiva”, na opinião deste responsável).

PARTE II

As mensagens – alguns dados quantitativos

Ao longo de 2008, foram endereçadas ao Provedor do Ouvinte, via e-mail, 983 mensagens. Não excedeu uma dezena o número de mensagens chegadas por correio postal e por telefone (esta última via, porém, foi logo em 2006, na campanha de promoção do novo cargo, desaconselhada pelos provedores²¹).



O total de mensagens recebidas representa menos cerca de um terço do que no ano anterior.

No relatório final do seu mandato, o meu predecessor, José Nuno Martins, apresentou já “matérias que constituíram objecto de tratamento e apreciação até 29 de Fevereiro” de 2008²² e contabilizou 381 mensagens, recebidas entre 1 de Janeiro e 17 de Abril do mesmo ano.

Os atrasos na nomeação do seu sucessor criaram um período híbrido de quatro meses e meio. Nuno Martins continuou a responder por via electrónica à correspondência que ia chegando mas sem lhe dar seguimento interno ou levá-la a antena, pois suspendeu a transmissão do programa Em Nome do Ouvinte em 25 de Abril desse ano; ao chegar, por meu

²¹ Cf. Relatório de 2006, pp.32/3

²² Cf. Relatório 2006/ 2008, p.1

lado, passei a responder por via electrónica à correspondência, mas só dois meses depois do início do mandato retomei o programa.

Neste sentido e por estas razões, reservo para o relatório de 2009 um tratamento estatístico mais esmiuçado e conclusivo das mensagens recebidas. Neste relatório, limito-me a apresentar um conjunto de quadros gerais comparativos (quer entre os dois semestres de 2008, quer entre estes e os semestres anteriores) procurando através deles traduzir algumas das principais tendências detectadas.

A Antena 1 voltou a ser a estação que mais correspondência originou (o que significa, no contexto, mais queixas e críticas). Seguiu-se-lhe a Antena 2.

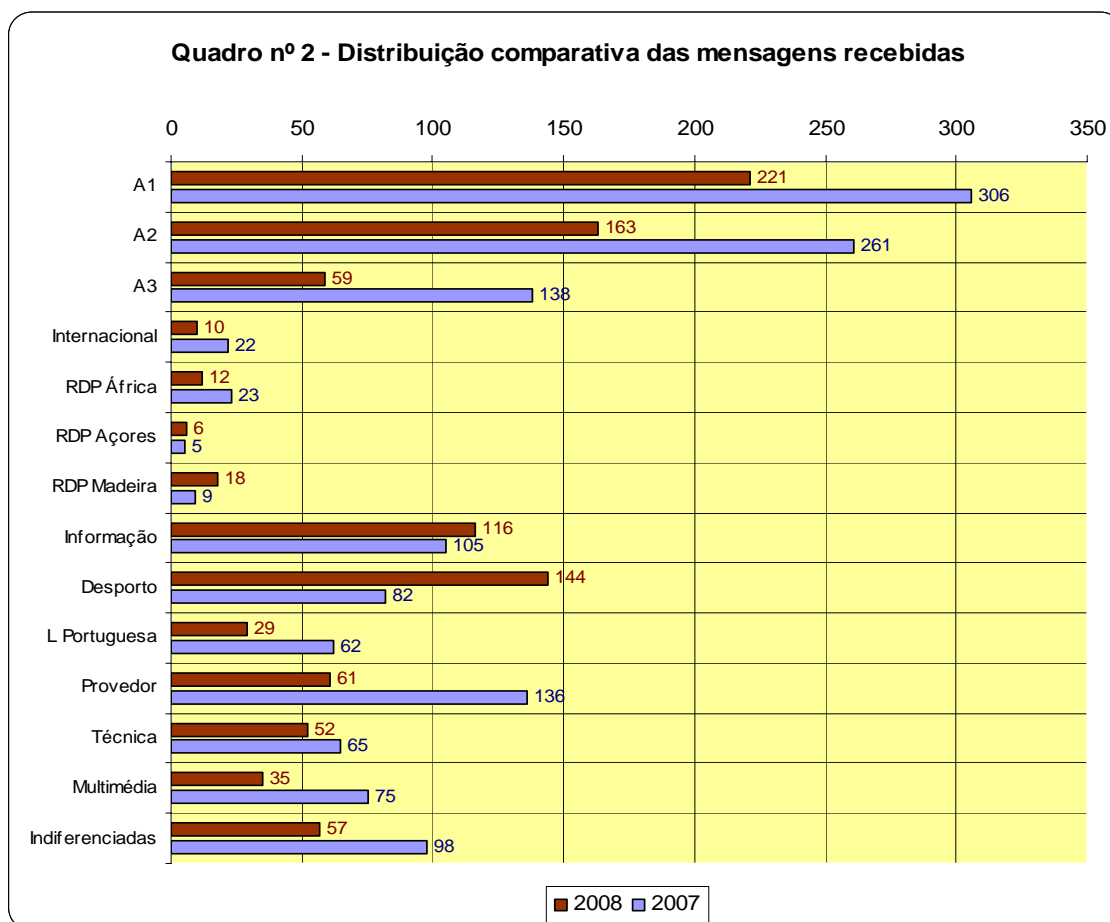
Enquanto, porém, em 2007, o terceiro lugar foi ocupado pela Antena 3, nesse lugar situou-se agora o Desporto, com 144 mensagens – o maior aumento de todos, rondando os 76 por cento. O Desporto foi mesmo, neste quadro, o único sector a atrair um aumento substantivo de mensagens, todas queixosas.

Em quarto lugar situou-se a Informação, com 116 mensagens – uma variação positiva de cerca de 10 por cento em relação a 2007.

A quebra generalizada das mensagens, em relação ao ano anterior, afectou quase todos os itens, à excepção do Desporto e da Informação, já referidos; da RDP Madeira e da RDP Açores. Antena 2, Antena 1, Antena 3 e Provedor (isto é, a respectiva figura), por esta ordem, provocaram as maiores quedas, em números percentuais.

A Antena 3 desceu do terceiro para o quinto lugar, em número absoluto de mensagens suscitadas. A grande quantidade de mensagens sobre a Antena 3, em 2007 (138 em 2007; 59 agora) poderá dever-se à série de programas, fortemente crítica, que José Nuno Martins dedicou a esta estação e/ou, o que seria excelente notícia, a melhorias que, em consequência da polémica gerada, nela foram introduzidas.

Também o Multimédia e a Língua Portuguesa conheceram uma acentuada quebra de mensagens directas.



A RDP Açores e a RDP Madeira tiveram um aumento de mensagens (no caso da Madeira da ordem dos 100%), mas os totais em causa não chegam à dezena, no primeiro caso, e às duas dezenas, no segundo. Surpreendem-me tão baixos números, que gostaria de alterar, criando uma maior interação com os ouvintes das duas Regiões Autónomas.

O volume de correspondência oriundo de ouvintes da RDP Internacional e da RDP África teve quebras da ordem dos 50%. Receio, como o meu predecessor concluía no seu relatório final, que tal indicie quer “algum lapso no regime de publicação dos apelos à participação de ouvintes” quer um “preocupante indício de alguma falta de eficácia do serviço público quanto a atingir os públicos-alvo desejáveis”²³.

A correspondência com a figura do Provedor como tema caiu para menos de metade. Penso que, para entender o sentido de eventuais tendências significativas, será mais prudente aguardar os números que os 12 meses do ano de 2009 irão indicar.

²³ Penso que ambas as hipóteses de explicação se podem aplicar às restantes estações. Embora, como deixei dito no capítulo anterior, pessoalmente tenda a atribuir maiores responsabilidades ao facto de o desenho legal das competências do Provedor acabar por não permitir que o programa radiofónico que realiza passe no *prime-time* das várias estações.

Algumas áreas temáticas

Antena 1

Mais de metade do total das mensagens sobre a Antena 1 queixavam-se da ou criticavam a Antena 1. Cerca de um quarto tecia sobre esta estação – aquela que alcança maiores audiências entre as estações de serviço público – considerações positivas e cerca de um quinto de carácter neutro.

As opções musicais da estação (incluindo a *playlist*), programas e rubricas e problemas de locução figuram entre os itens temáticos menos apreciados pelos ouvintes que expressaram a sua opinião junto do Provedor.

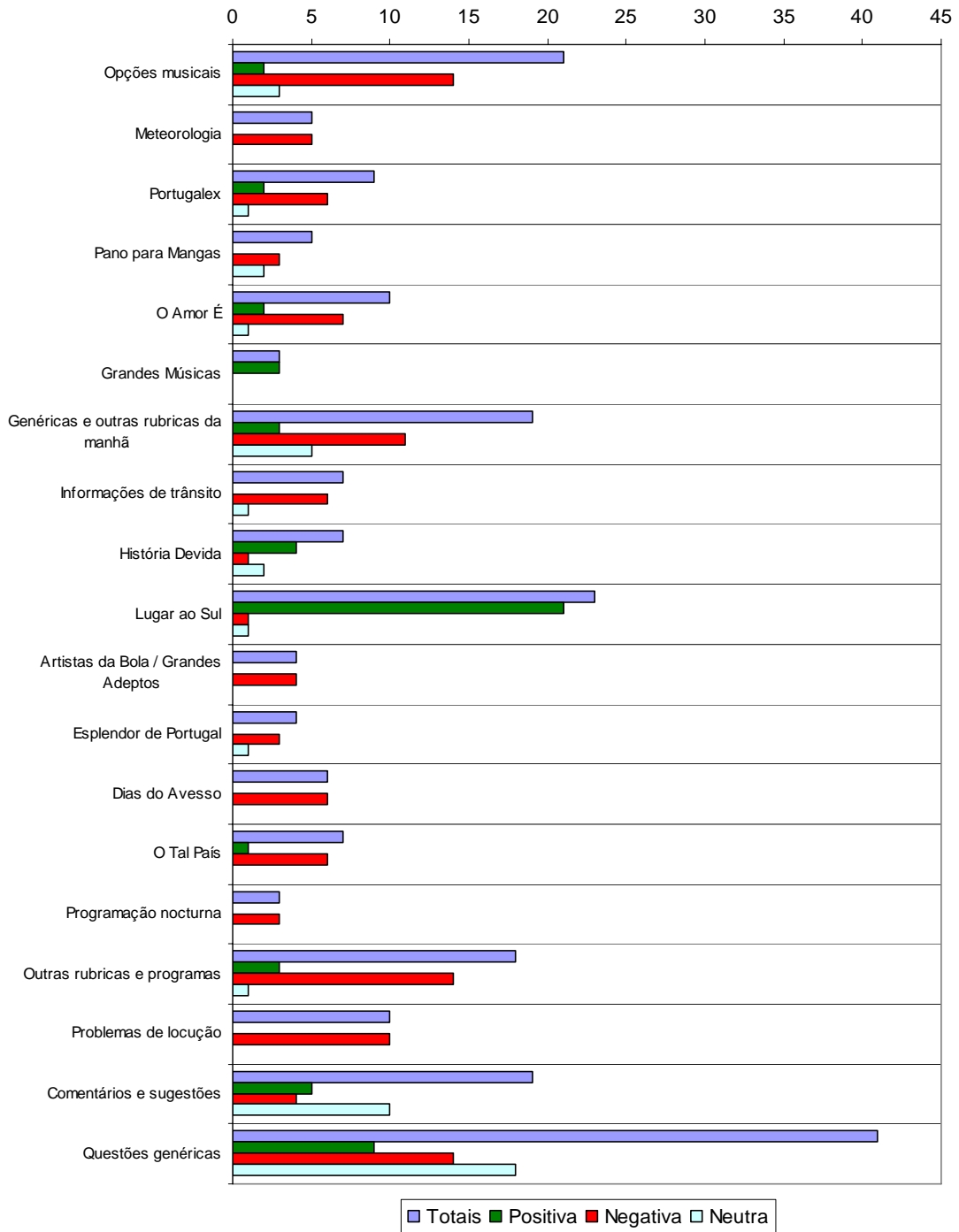
Concentra-se no período horário das 07h00 às 11h00, denominado genericamente Programa da Manhã, o grosso dos protestos – 58,2%, eventualmente até mais, se considerarmos que várias das mensagens incluídas nos itens Opções Musicais, Questões Genéricas e Problemas de Locução se reportam também a ele.

Embora em número quase residual, as mensagens recebidas sobre a rubrica Grandes Músicas foram todas positivas. História Devida recebeu também uma maioria de mensagens elogiosas. Apesar de estarmos também aqui perante um número reduzido de mensagens, as rubricas Dias do Avesso, Artistas da Bola/Grandes Adeptos e a informação meteorológica receberam apreciações totalmente negativas. O mesmo quanto à programação nocturna. Das mensagens recebidas sobre as informações de trânsito e O Tal País, a esmagadora maioria também fazia sobre elas apreciações negativas.

A maior parte da correspondência relacionada com o programa Lugar ao Sul, de Rafael Correia, coincidiu com a redução, em Abril, da duração do programa, uma decisão fortemente criticada pelo auditório²⁴.

²⁴ Foi necessário que algo ocorresse de menos aceitável com Lugar ao Sul para que logo – e muito bem – surgissem protestos. Contam-se pelos dedos de uma mão, contudo, as mensagens recebidas nestes seis meses de mandato a elogiarem Rafael Correia e o seu exemplar programa. Uma injustiça, permita-se-me o desabafo.

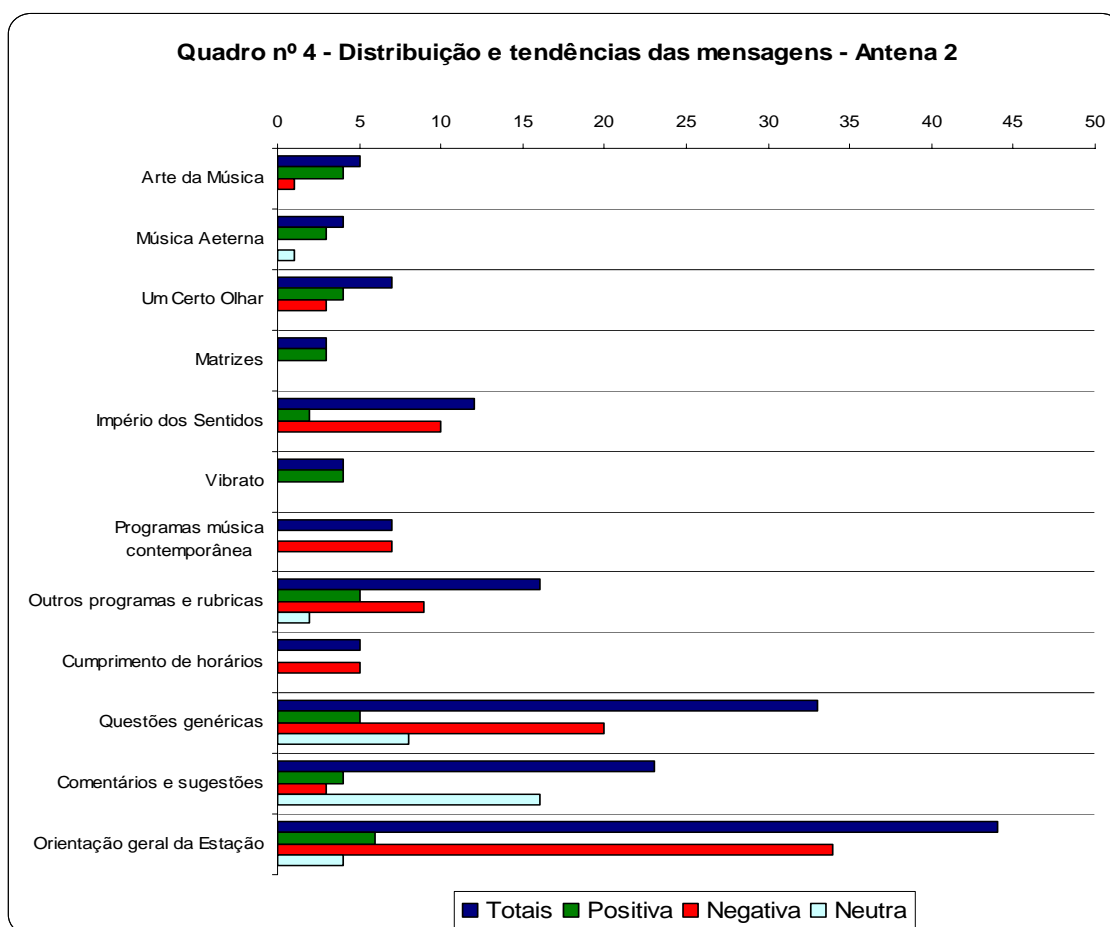
Quadro nº 3 - Distribuição e tendências das mensagens - Antena 1



Antena 2

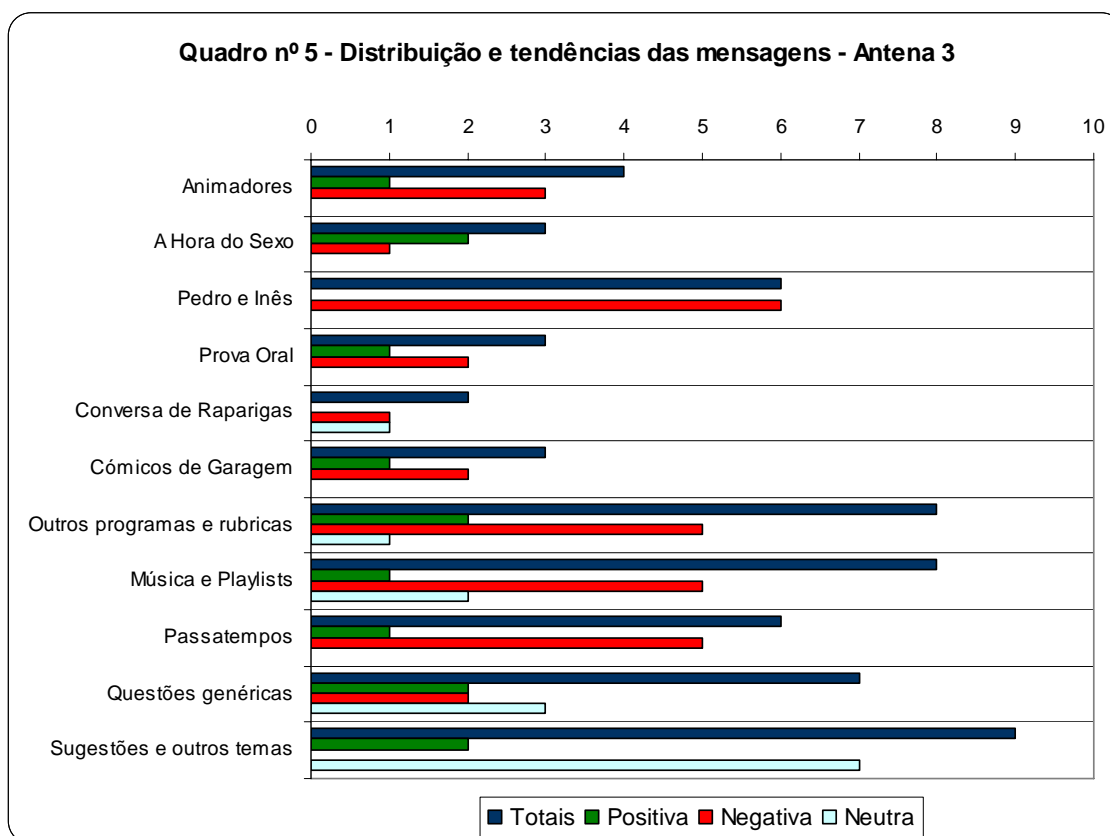
A programação da Antena 2 é também fortemente visada nas mensagens. Em contraste com o carácter casuístico da maioria das queixas e críticas feita à Antena 1, mais de um quarto do total das mensagens sobre a Antena 2 contestam a orientação geral da estação. Na realidade, pode considerar-se, aliás, muito superior esta percentagem, dado que grande parte das críticas a programas específicos contém referências, directas ou indirectas, às opções gerais dos programadores.

A Antena 2 provoca ainda uma alta percentagem relativa de sugestões e propostas, 69,6% das quais se contêm, curiosamente, numa posição neutra em relação à programação. Os programas objecto de mais mensagens negativas (especificamente a eles dirigidas e por referências que lhe são feitas no quadro de críticas gerais) são Império dos Sentidos, seguido de Música Contemporânea. O mesmo acontece com o item Cumprimento de horários. Embora em número reduzido em termos absolutos, Matrizes, Vibrato, Arte da Música e Música Aeterna salientam-se pela alta percentagem de mensagens elogiosas que concitam. Um Certo Olhar mistura elogios (a maioria) com protestos.



Antena 3

Mais de metade do auditório que dirige mensagens ao provedor acerca da estação jovem da RDP fá-lo numa posição de protesto, mas em número total muitíssimo inferior em relação a 2007. Nenhuma rubrica específica concita, porém, a atenção crítica dos ouvintes da Antena 3. Os programas em geral (mais de metade das mensagens), a música e *playlists* (estas últimas com uma percentagem relativa elevada de posições neutrais) suscitaram o maior número de mensagens, mas sem que o desagrado dos ouvintes se dirigisse em número significativo a qualquer programa. Pedro & Inês destaca-se pela unanimidade das críticas que recebe.



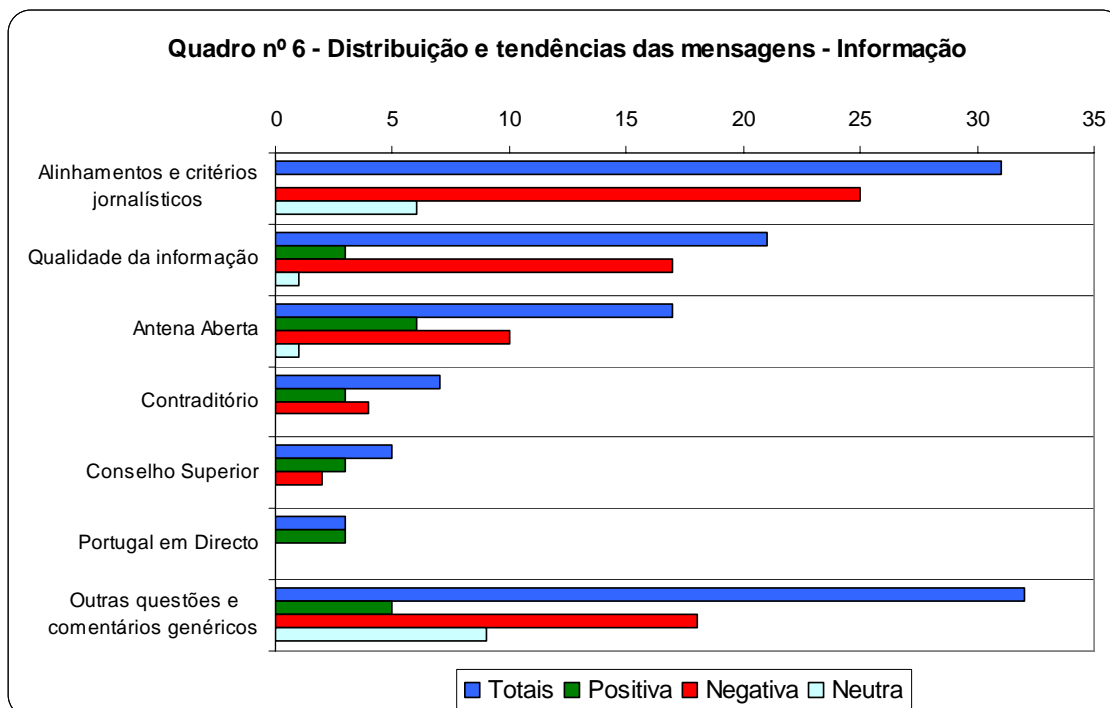
Informação

O alinhamento dos noticiários e a qualidade da informação em geral estão no centro de quase metade das mensagens recebidas nesta área temática. A larga maioria com apreciações negativas.

De todos os programas, o que mais correspondência suscita é a Antena Aberta. A maioria com apreciações negativas mas mais de um terço com elogios.

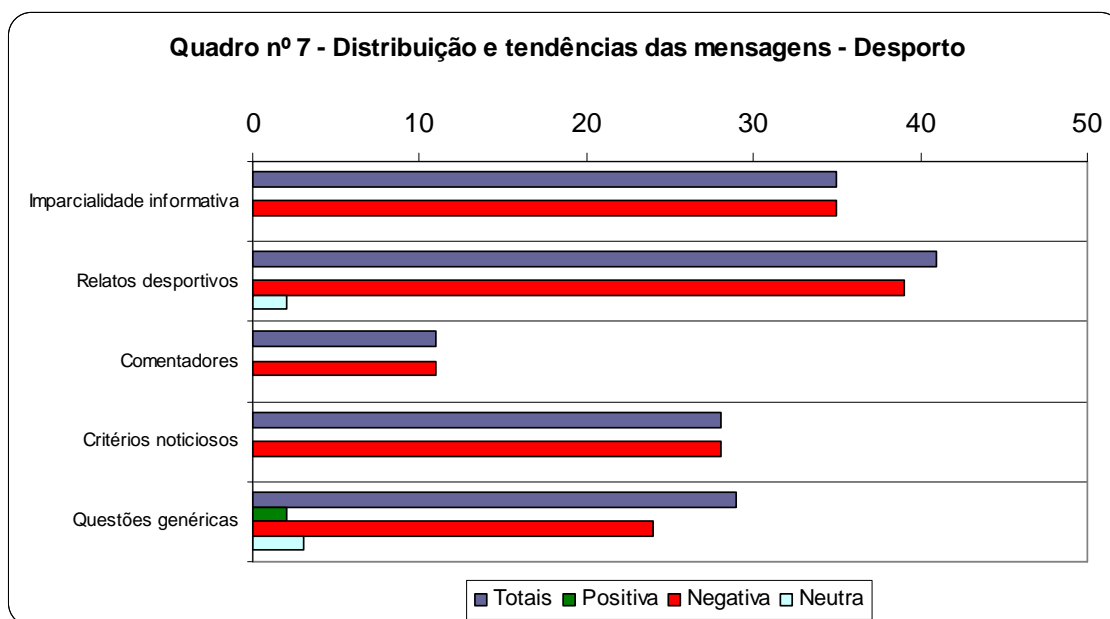
Mais fortemente ainda, embora com uma base total muito inferior de mensagens, observa-se uma divisão no auditório do programa de debate Contraditório.

Ao contrário da esmagadora maioria dos casos, o Conselho Superior recebe mais elogios do que manifestações de desagrado. Os aplausos são unânimes a Portugal em Directo. Mas a base, aqui também, é muito reduzida.



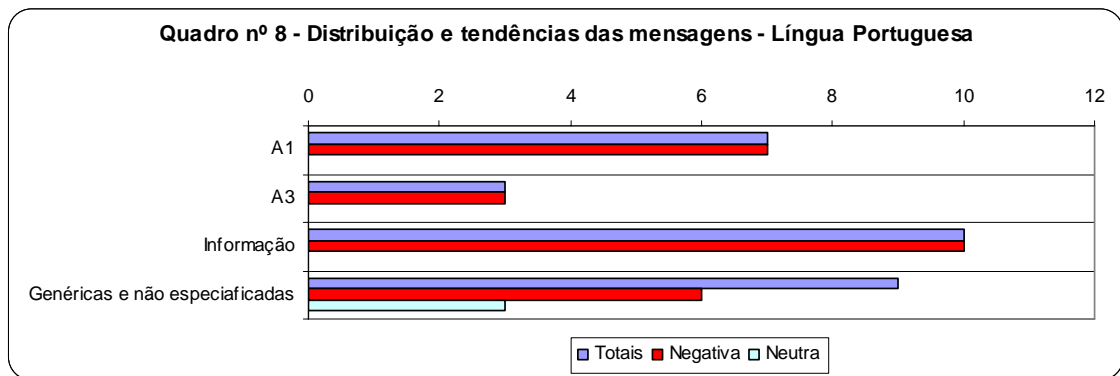
Desporto

O tema Desporto provocou, como assinalámos, um aumento significativo de correspondência, quase toda de carácter negativo. Relatos, imparcialidade da informação emitida e critérios noticiosos são, por esta ordem, os itens em que se registam mais protestos. Embora o número de mensagens seja inferior, também este ano os comentadores atraíram o desagrado unânime dos ouvintes. O tema é propício ao desencadear de paixões, algumas vezes irracionais, como constatamos todos os dias. Mas este aumento de correspondência e as percentagens negativas que o quadro seguinte indica aconselham ponderação por parte de todos: programadores, responsáveis editoriais, jornalistas e comentadores.



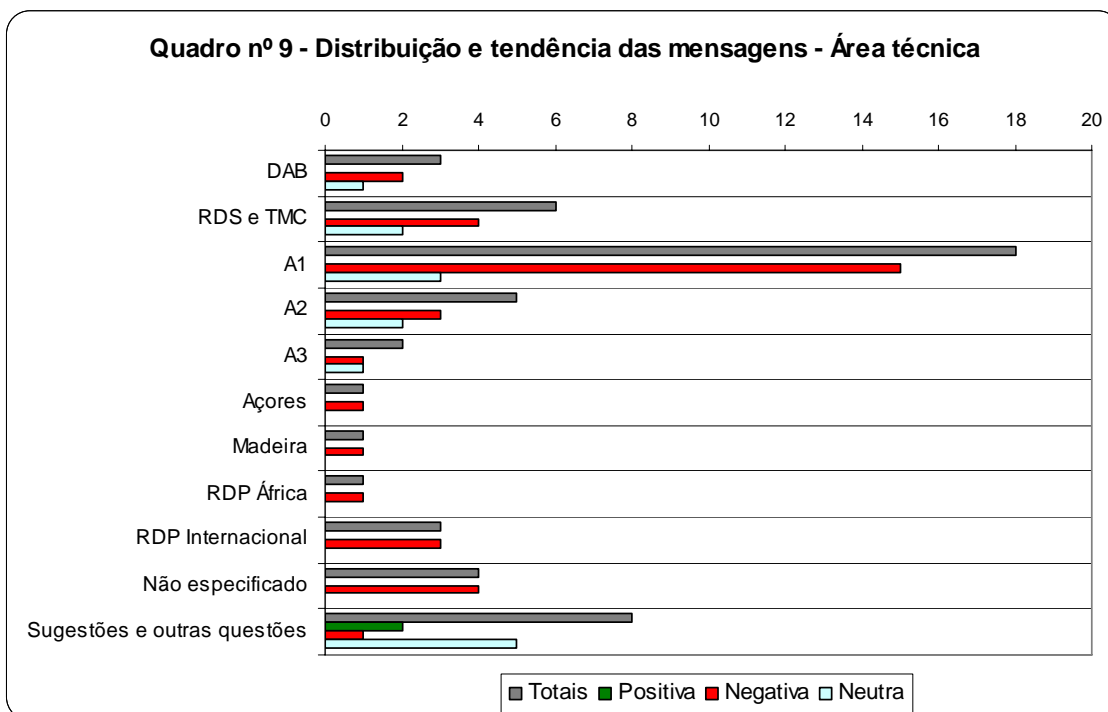
Língua Portuguesa

Diminuiu substancialmente a correspondência sobre o uso da Língua Portuguesa. A Informação e a Antena 1 (por esta ordem) foram os suportes apontados como tendo praticado mais erros. Como notou o meu predecessor, a apreciação dos ouvintes é referida a um conjunto global superior a cem horas diárias originais de emissão nas diversas estações. Por isso o baixo volume de protestos não pode deixar de impressionar. Mas mesmo que ele signifique que não se fala tão mal português, afinal, nas estações da RDP, como alguns acusam, não devemos permitir que as guardas baixem, como terei ocasião de enfatizar no **Parte III** deste documento.



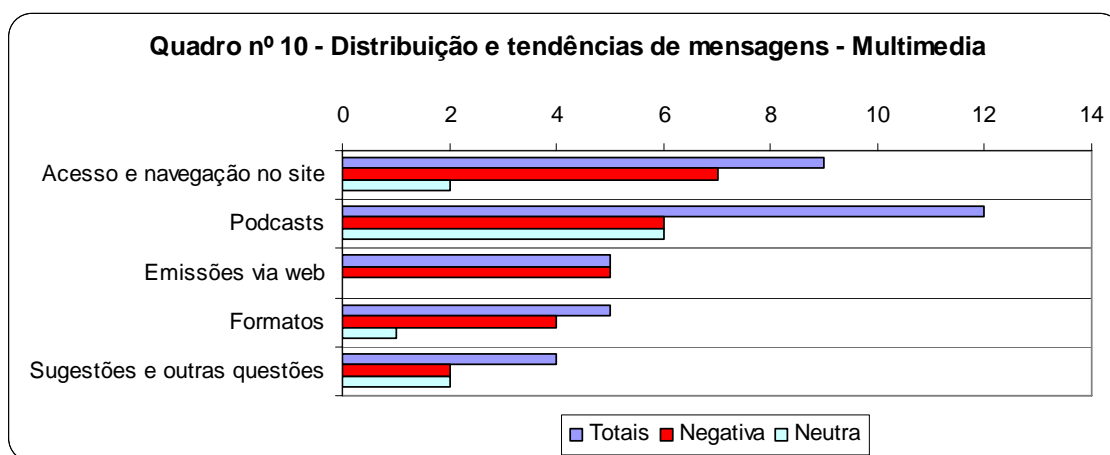
Área Técnica

Como nas análises anteriores, a qualidade da recepção das emissões, em particular na Antena 1, constituiu o tema mais repetido na correspondência dos ouvintes para o provedor, na área Técnica. Também criticadas questões relacionadas com DAB, RDS e TMC. O provedor não quer deixar de salientar, entretanto, que de todos, este é o sector que mais rápida e eficazmente dá resposta às suas indagações e aos pedidos de informação dos ouvintes.



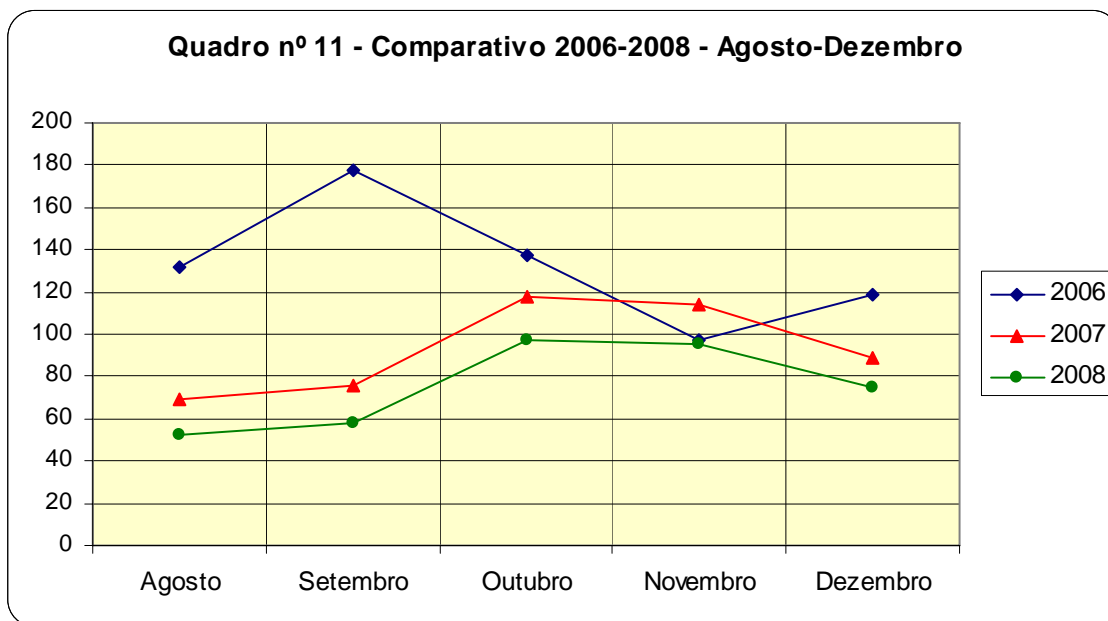
Multimédia

Embora em número reduzido, a correspondência sobre Multimédia exprime desagrado geral (nomeadamente a questão dos *podcasts*, acesso e navegação no *site*), mas regista-se aqui uma alta percentagem de mensagens neutras, o que significará que muitos dos ouvintes que se dirigem ao provedor, nesta área, pretenderam apenas colocar dúvidas ou pedir esclarecimentos.



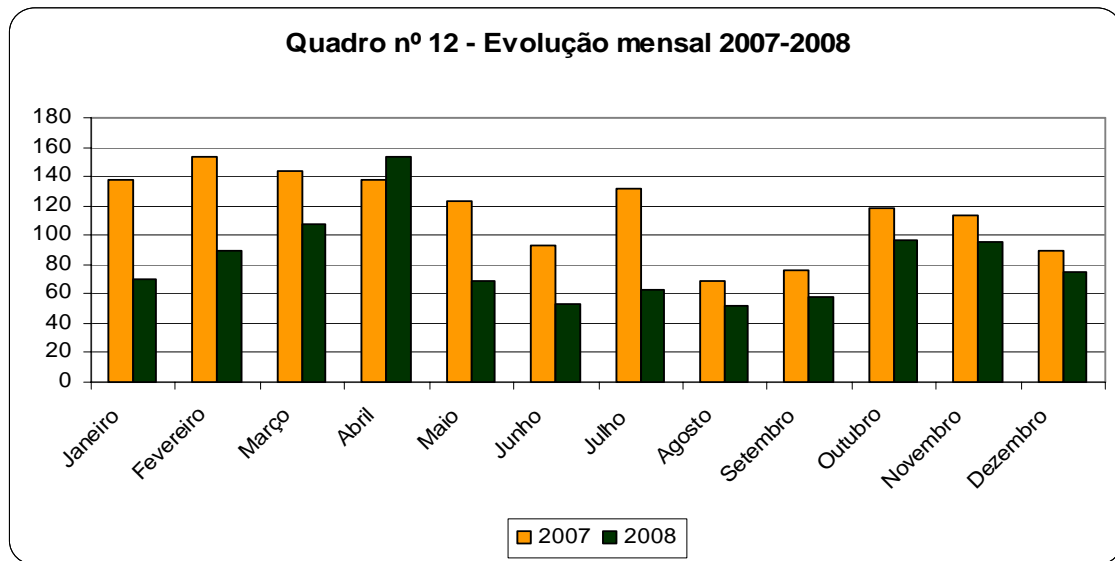
Comparações com análises anteriores

Não pode deixar de se considerar relevante, como disse atrás, a diminuição global da correspondência dirigida ao Provedor.



O quadro nº 11, comparando os primeiros cinco meses em que o anterior e o actual provedores arrancaram com a promoção e a emissão dos respectivos programas (em 2006 e 2008) bem como com o mesmo período de “cruzeiro” da actividade de José Nuno Martins mostram uma progressiva erosão no volume de correspondência dos ouvintes.

Da sua análise ressaltam duas hipóteses de explicação, que avancei, sem prejuízo de outros motivos, na **Introdução**: (1) a diminuição do efeito de novidade do cargo; e (2) os quatro meses em que o programa Em Nome do Ouvinte – principal veículo de ligação entre o provedor e os ouvintes da RDP – esteve fora da grelha, devido ao atraso na escolha do sucessor de José Nuno Martins.

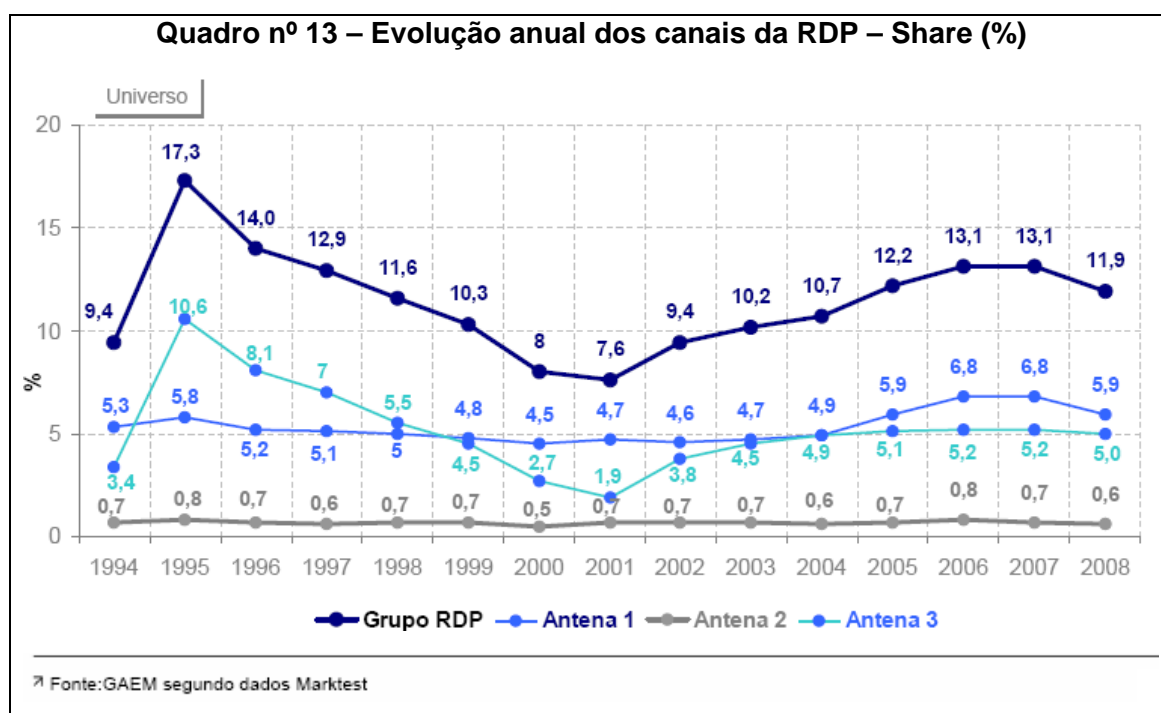


A menor interacção de parte dos ouvintes fica patente nestes gráficos de evolução mensal comparativa da correspondência. A mais forte diminuição dos fluxos de correspondência coincide de modo eloquente com a ausência do programa – entre 25 de Abril e 29 de Agosto de 2008²⁵.

²⁵ Com excepção do primeiro semestre de 2007, no mesmo sentido nos conduzirá uma análise que se debruce sobre as médias diárias dos quatro semestres do mandato de Nuno Martins e do semestre por mim cumprido: 4,2% nos cinco meses de 2006 (arranque do mandato de José Nuno Martins); 4,4% no primeiro semestre de 2007; e 2,8% no segundo semestre deste mesmo ano, fixando-se em 3,8% o total anual; 2,9% primeiro semestre de 2008; e 2,4% no segundo semestre, fixando-se o total anual de 2008 em 2,7%.

Audiências

Importa também deter o olhar sobre a evolução das audiências. Para corrigir eventuais efeitos redutores se restringíssemos a visão aos dois anos e meio de existência do cargo de provedor, recorremos a este quadro evolutivo dos *shares* de audiências entre 1994 e 2008, no grupo RDP.



Para o grupo RDP²⁶, 1995 foi o seu melhor ano, com a Antena 3 e a Antena 2 a alcançaram as mais altas percentagens de share da sua história – a Antena 3, o share de 10,6% (mais do dobro da percentagem conseguida em 2008) e a Antena 2, o share de 0,8% (que só voltaria a atingir em 2006). Ao contrário do que aconteceu com a maioria das estações que figuram no *ranking* Marktest das 17 mais ouvidas, a Antena 1, Antena 2, Antena 3 e RDP África (que em 2006 alcançara o share de 0,3%) desceram todas em relação a 2006.

²⁶ O grupo RDP ocupa a terceira posição entre os grupos de Rádio em Portugal, com 8,4% de aav (audiência acumulada de véspera). O primeiro lugar é ocupado pelo grupo Rádio Renascença, com 24,7%; e o segundo pelo grupo Média Capital, com 14,9%.

Os resultados de 2008 mostram também, em todas as estações da RDP consideradas, uma diminuição clara (tendo em conta as baixas percentagens de audiências alcançadas por cada uma delas) em relação a 2007: de 0,7% na Antena 1; de 0,2% na Antena 3; e de 0,1% na Antena 2 e na RDP África²⁷.

²⁷ Numa análise comparativa entre as principais estações portuguesas mas limitada ao período entre 2004 e 2008, notar-se-á que os *shares* de audiência se mantiveram, em termos relativos, com as exceções positivas mais significativas da RFM (mais 2,2%), da Rádio Comercial e da Antena 1, ambas com mais 1% de *share* entre o início e o fim daquele período.

As maiores perdas penalizaram o RCP (4,1%), a Rádio Renascença (1%) e a TSF (0,6%).

Nas restantes estações do serviço público referidas no estudo da Marktest, onde bebemos estas informações, a Antena 3 e a RDP África registaram uma subida de 0,1% e a Antena 2 manteve os 0,6%.

Programa Em Nome do Ouvinte

Nos termos da alínea e) do nº 1 do Artigo 27^a da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro, cabe aos provedores do telespectador e do ouvinte “assegurar a edição, nos principais serviços de programas, de um programa semanal sobre matérias da sua competência, com uma duração mínima de quinze minutos, a transmitir em horário adequado”.

A análise da experiência do meu predecessor e o entendimento que faço da linguagem radiofónica mostraram-me que a formulação que prevaleceu impede uma optimização dos objectivos legais, que são o de proporcionar, de forma adequada, ao maior número de cidadãos, a escuta regular de um programa em que o provedor dê voz aos ouvintes e emita as suas reflexões sobre o modo como o serviço público de radiodifusão está a ser cumprido pela concessionária e respectivos funcionários.

Ao iniciar o meu mandato, perante a impossibilidade de alterar radicalmente a estrutura do programa, adequando-o a cada estação e, dessa forma, aos diferentes públicos, entendi que a manutenção do tempo de duração e da emissão comum nas sete estações não aconselhavam alterações formais de tomo no programa.

Acreditei ser possível uma modificação da actual formulação legal num prazo relativamente curto. Por isso, decidi respeitar o que, neste plano, José Nuno Martins acabou por construir, perante a ausência de resposta da Assembleia da República às suas propostas, atrás referidas: o nome do programa, que de resto me parece muito feliz; os genéricos e as fontes musicais utilizadas como separadores; as duas vozes, feminina e masculina, que pontuam a explanação dos temas; e o local de gravação (estúdios da RDP, na marechal Gomes da Costa).

Pelo mesmo motivo, mantive os horários de transmissão – excepto o da emissão na Antena 1 e na Antena 1-Madeira, que tentei ainda passar para as 18 horas. Dificuldades de programação invocadas pelo director das Antenas 1, Antena 2 e Antena 3, Rui Pêgo, levaram-me a estabelecer um acordo com este responsável, fixando o horário nesse dia e naquelas estações nas 17h15 (uma hora mais tarde do que até então), como consta do quadro nº 14.

Quadro nº 14 – Horários de emissão do programa *Em Nome do Ouvinte*

Estação	Dia da Semana	Horário
Antena 1	Sexta-feira	Após NTC 17h00*
Antena 2	Domingo	17h40
Antena 3	Domingo	14h00
Antena 1 Açores	Domingo	9h05
Antena 3 Madeira	Domingo	13h00
Antena 1 Madeira	Sexta-feira	Após NTC 17h00*
RDP África	Segunda-feira	13h15
RDP Internacional**	Segunda-feira	11h40***
RDP Internacional	Segunda-feira	15h30****
RDP Internacional	Terça-feira	01h15*****

* Repete aos sábados, após o noticiário das 13h00 ** Horários justificados pelas emissões em Onda Curta, sendo que, via Satélite, Internet e DAB, a emissão é universal. *** Europa, África e Brasil **** Médio Oriente e Índia ***** Continente americano

Após a emissão dos cinco primeiros programas, em que levantei aos meus convidados questões relacionadas com programação, linguagem radiofónica e, até, o futuro da Rádio, considereei que devia concentrar a atenção nas questões concretas apontadas pelos ouvintes e em particular naquelas que fossem objecto de crítica ou de queixa.

A selecção destas assentou em quatro critérios essenciais e que tinham em conta: a relevância do tema; a diversidade das estações; a actualidade; e, naturalmente, a frequência das mensagens recebidas.

Nenhum destes critérios era, porém, determinante *per se*. Assim, e a título de exemplo: apesar de importantes, frequentes e actuais, críticas e queixas contra a programação da Antena 2 e contra a chamada *playlist* da Antena 1, inicialmente programadas para serem objecto de tratamento no “ar” logo nos primeiros programas, foram sendo sucessivamente adiadas.

À semelhança do que acontecera com o anterior provedor, ambos os temas exigiram que lhes reservasse uma série de programas, cada. Entendi, por isso, que as condições para os longos hiatos temáticos que a transmissão de cada uma dessas séries implica só estariam criadas após a prévia transmissão de programas com abordagens mais variadas quer no plano

dos conteúdos quer no que respeitasse às estações em causa. Por estas razões, ambos os temas acabaram por transitar para o início de 2009.

À semelhança também do que fez o primeiro provedor, coloquei na agenda o convite a figuras da profissão, da crítica ou da academia para me ajudarem a tratar determinados temas. Resolvi adiar esse recurso para mais tarde, porém, até pelo facto de já ter concedido dilatado espaço ao campo profissional, nos cinco primeiros programas.

Resolvidos problemas logísticos e de recursos humanos, como referi na **Introdução**, o programa Em Nome do Ouvinte foi reatado em 29 de Agosto. Precedeu-o uma campanha de promoção nas antenas da RDP, focada na presença, nos cinco primeiros, de vozes autorizadas da história da Rádio em Portugal.

Até 31 de Dezembro de 2008, foram exibidos 16 programas, conforme mostra o quadro nº 15.²⁸

²⁸ Ver resumos em **Anexo A**. Deveriam ser 17, mas a coincidência do horário de estreia na Antena 1 com o horário de transmissão do debate e votação final do Orçamento do Estado, em 28.11, levou-me a adiar a transmissão nas restantes estações para a semana seguinte. Entendo, coerente com as posições que defendi nos anos em que trabalhei em rádio, que a actualidade prevalece sempre sobre a programação. Por isso dei o meu imediato acordo ao adiamento do programa. Contra a opinião de amigos que muito prezo entendi, porém, que o adiamento do programa na data da estreia (que é a data de transmissão na estação de maior audiência, a Antena 1) implicaria, *ipso facto*, o adiamento nas restantes estações. Mas isso devia ter sido objecto de explicação, o que não aconteceu, lamentavelmente.

Quadro nº 15- Temas do programa Em Nome do Ouvinte		
Programa	Data	Tema
1º	29-Ago	A voz na Rádio
2º	05-Set	A Rádio nas antigas colónias
3º	12-Set	O melhor e o pior da Rádio
4º	19-Set	A Rádio vai acabar?
5º	26-Set	O que falta à Rádio?
6º	03-Out	Paralímpicos ou paraolímpicos?
7º	10-Out	Hino nacional, preço do crude e critérios no alinhamento dos noticiários
8º	17-Out	Predominância de futebol nos critérios de alinhamento noticioso
9º	24-Out	Protestos de um invisual e problemas de escuta da RDP nacional nos Açores
10º	31-Out	Língua portuguesa
11º	07-Nov	Afunilamento ideológico nos comentadores da Antena 1
12º	14-Nov	DAB e problemas de recepção. Entrevista com Director de Engenharia e Tecnologias, Francisco Mascarenhas
13º	21-Nov	Deficiências na captação das emissões da RDP. Cont. entrevista
14º	05-Dez	Informação meteorológica
15º	12-Dez	Informação de trânsito
16º	19-Dez	Críticas a Esplendor de Portugal. Histórias Devida

Pareceres e Recomendações

O relativamente escasso volume da correspondência gerado permite garantir, sempre que possível, uma resposta individualizada a cada mensagem de ouvintes. As questões suscitadas por estes nem sempre impõem a necessidade de abrir um processo de averiguação interno.

Assim, o Provedor encarrega-se ele próprio de elaborar respostas directas, baseado no conhecimento do terreno que tem e com os meios de análise de que dispõe.

Uma primeira “Recomendação” impôs-se logo em 17 de Setembro, dedicada à polémica político-jornalística-linguística do uso do termo “paralímpicos”, que proliferou pelos *media* na altura dos Jogos Paraolímpicos.

Recomendação I

Durante a última semana multiplicaram-se os artigos e referências, na imprensa escrita, sobre a forma correcta de aludir aos jogos e atletas portadores de deficiências físicas e que neste momento se encontram em Pequim.

Não restou dúvidas – pareceu-me claro – que só há uma maneira de designarmos esses mesmos jogos e atletas: paraolímpicos.

Convenci-me, na escuta que vou fazendo, que a ideia tinha sido interiorizada por jornalistas e apresentadores da RDP.

Ontem, porém, fui alertado para o facto de que haveria alguns que continuavam a cometer o erro, chamando-lhes paralímpicos.

Contestei, baseado na minha experiência de ouvinte. Até esta manhã, em que voltei a ouvir a famigerada palavra dita repetidamente aos microfones.

Nesse sentido, e apesar de estarmos a horas do fecho de mais uma edição dos Jogos Paraolímpicos de 2008, apelo-vos no sentido de fazerem chegar a jornalistas e apresentadores a recomendação para que, doravante, usem a palavra correcta: paraolímpicos.

As direcções editoriais quer da RDP quer da RTP não concordaram com esta recomendação. Acolhi, naturalmente, os argumentos do director de Informação, João Barreiros, não me coibindo, naturalmente, de reafirmar a minha posição, alicerçada no parecer de linguistas ouvidos no programa.²⁹

Não raras vezes, e perante a pertinência das críticas dos ouvintes, o provedor aproveita erros apontados para chamar a atenção do director respectivo, pedindo-lhe que faça chegar as correcções aos elementos da sua estrutura.

Aconteceu, neste período, por mais de uma vez, a propósito de erros cometidos por jornalistas em construções frásicas que já antes haviam sido objecto de tratamento público no programa Em Nome do Ouvinte e mesmo de uma Recomendação sobre o tema, enviada em 22.10 ao Director de Informação, e que dizia o seguinte:

Recomendação II

Sempre que há a divulgação de sondagens ou de outros estudos estatísticos, verifica-se uma sucessão de erros na transmissão das respectivas percentagens.

O mais recente exemplo ocorreu em noticiários dos passados dias 9 e 10, a propósito de uma sondagem da Universidade Católica para a Antena 1, RTP e Jornal de Notícias e de um estudo sobre Cuidados Paliativos.

*Quer em títulos, quer no desenvolvimento de jornais, ouviram-se várias vezes construções frásicas do género: "quarenta e dois por cento **acha**", "cinquenta e cinco por cento **diz**", "dois em cada três portugueses não **sabe** o que são cuidados paliativos", "quinze por cento **tem** uma ideia", "sessenta e cinco por cento **responde**", etc..*

*Do mesmo modo que ninguém diz, na linguagem corrente, "dois portugueses **acha**" ou "tês portugueses **diz**", também aquelas frases exigem o verbo conjugado no plural: "quarenta e dois por cento **acham**", "dois em cada três portugueses não **sabem**", "sessenta e cinco por cento **respondem**", e assim por diante.*

²⁹ Cf. Anexo A, com o resumo do programa nº 6, cuja versão integral pode ser lida e/ou ouvida na página dos provedores, no portal da RTP (www@rtp.pt).

O Provedor observa com agrado que, quer na Informação quer na Programação, o erro não é tão comum como foi num passado ainda recente. Mas porque o objectivo deve ser o de erradicar o erro por completo recorre a estes dois exemplos, como forma de sensibilização generalizada a todas as estações do serviço público.

Em sete dos dezasseis programas, e apesar da resposta dada pela estrutura profissional, o provedor entendeu obrigação sua dar parecer sobre questões levantadas pelos ouvintes.

Aconteceu nos programas nº 6, de 3.10, sobre a opção da rádio pública pela palavra paralímpicos, em vez de paraolímpicos, como linguistas aconselham; nº 7, de 10.10, sobre comportamento de um repórter numa cerimónia durante a execução do hino nacional e sobre a predominância do futebol na grelha da Antena 1; nº 8, de 17.10, sobre a passagem prolongada de um cómico francês em antena e sobre um alinhamento noticioso; nº 10, de 31.10, sobre uso do verbo “conferir” por jornalistas; nº 11, de 7.11, sobre a diminuição do tempo de duração da Antena Aberta, afunilamento ideológico nos comentadores e a credibilidade da editora Eduarda Maio; nº 15, de 12.8, sobre informação de trânsito e uso de expressões excessivamente coloquiais; e no programa nº 16, de 19.12., sobre comentários críticos dos colaboradores do programa Esplendor de Portugal.³⁰

Eis, a título de exemplo, um excerto do programa nº 11, em que abordei três questões de matéria editorial que considero relevante – afunilamento ideológico da rádio pública; presença de individualidades do poder na Antena Aberta; e passagem da jornalista Eduarda Maio para a edição do período noticioso da manhã, na Antena 1, depois de ter escrito recentemente o livro biográfico “O Menino de Ouro do PS”, sobre José Sócrates.

Transcrevo parte do programa com comentários do director de Informação, João Barreiros, acerca das duas primeiras questões, perguntas de um dos ouvintes sobre Eduarda Maio e a resposta desta jornalista, acompanhando-as do meu próprio parecer:

Provedor – (...) Secundando a opinião do ouvinte Jaime Menezes e de outros ouvintes que se pronunciaram recentemente sobre este problema, disse a João Barreiros que sinto também no painel de comentadores da RDP a ausência de outras vozes críticas. Embora minoritárias, no plano eleitoral ou

³⁰ Textos consultáveis na página do Provedor do Ouvinte, no portal da RTP (www.rtp.pt) em *Todos os Guiões*

mesmo na sociedade, elas são essenciais também em democracia como modo de enriquecimento do espaço de debate público.

IB – Eis a resposta do Director de Informação:

João Barreiros – Devo começar por dizer que é a primeira vez que a questão de uma eventual falta de pluralismo nos canais do serviço público de rádio nos é colocada, pelo menos como problema central na nossa organização noticiosa. É evidente que – em casos pontuais – os ouvintes ou mesmo algumas personalidades ou instituições com interesse nas matérias já suscitaram o problema.

Tendo aumentando de forma significativa o número de analistas contratados pela rádio, nos últimos anos, estou de consciência tranquila. Mas gostava de enquadrar melhor esta questão:

Julgo que a notícia, na rádio, se desenvolve em três etapas:

No seu anúncio: passou-se isto, naquele lugar

Na sua explicação, é a segunda etapa: porque é que se passou assim e não de outra maneira, que consequências terá e,

terceira etapa: na sua apreciação qualitativa.

Os analistas que contratamos são sobretudo jornalistas especializados cuja missão é explicar o acontecimento. E mesmo sabendo que cada jornalista tem o seu olhar sobre os factos, ele mantém – nessa condição – a responsabilidade ética e profissional de ser absolutamente rigoroso no tratamento das notícias. Ele deve fazer sobressaltar os pontos mais relevantes, ajudar-nos no enquadramento, contextualizar. Mas não deve, em princípio, fazer juízos qualitativos.

Por outro lado, em determinados programas de maior ou menor dimensão, espera-se que os participantes expressem as suas opiniões pessoais. Aí, já estamos no terceiro plano, onde – diria – se inscrevem o Contraditório ou o Conselho Superior.

É preciso não nos esquecermos que, para além dos analistas e comentadores contratados pela rádio, temos em antena, diariamente, os próprios actores da vida pública, que aparecem nos diversos noticiários produzidos ao longo do dia. E a rádio não é só informação noticiosa: em 2008, os vários canais de serviço público apresentaram programas com a participação e a opinião de pessoas tão diferentes como João Govern, Vicente Jorge Silva, Maria João Seixas, Francisco José Viegas, ou a opinião nos blogues trazida por Pedro Rolo Duarte.

Acho que a importância do pluralismo é tão vital no serviço público que me permito até propor ao Provedor do Ouvinte que leve mais longe este esforço de discussão – quem sabe, até um programa inteiro ou mesmo uma pequena série sobre a questão. Infelizmente, a discussão pluralismo incide sempre sobre a presença das forças políticas, quando me parece que essa análise para que somos constantemente empurrados está ultrapassada e resulta numa sub-representação de outras dinâmicas da sociedade portuguesa, com menos lobby mas talvez mais actividade.

Apesar de tudo isto, faremos um esforço para encontrar novas vozes no serviço público, porque nos parece que também aqui – é nossa responsabilidade estar na vanguarda.

(...)

Provedor – Este engenheiro do Porto quer saber as razões que aconselharam a edição do programa [Antena Aberta] a ter presentes na antena individualidades ligadas à questão em debate em cada dia?

E pergunta por que é que o tempo da Antena Aberta foi reduzido em quase uma hora.

João Barreiros – O tema da Antena Aberta tem sido discutido nos últimos anos dentro da rádio e foi mesmo longamente abordado numa série de programas Em Nome do Ouvinte, do anterior Provedor. Já nessa altura tive a ocasião de dizer que é desejável, quando possível, encontrar pessoas que possam – durante o programa – enquadrar o tema. Isso aconteceu sempre que era possível. A única alteração mais recente é a presença (física) de um convidado (o que também não acontece todos os dias), com o mesmo objectivo. Acho que os ouvintes ganham em ter alguém que explique ou contextualize o que está a ser analisado. Da mesma maneira que considero ser este um programa claramente de serviço público – um programa da democracia – também sou o primeiro a defender que se ali for dita alguma falsidade ela deve ser de imediato desmontada, o que, em muitas circunstâncias, o jornalista apresentador não está em condições de fazer porque, naturalmente, não conhece em profundidade todos os temas.

Base musical Para manter durante as locuções

IB – João Barreiros, director de informação da RDP, acerca de críticas a faltas de pluralismo na estação pública.

O programa Antena Aberta (enquanto fórum à disposição de quem queira nele expressar-se sobre questões na agenda pública) é um tema polémico: há quem o defenda e quem o rejeite absolutamente.

Por isso o Provedor do Ouvinte já anunciou a intenção de lhe dedicar um programa inteiro.

Provedor – Sem prejuízo desse regresso ao tema, a questão levantada pelo ouvinte Rui Alberto Lopes Feio, do Porto, e as respostas do director de informação, João Barreiros, suscitam-me duas observações críticas:

Uma, que concorda com o que o director de informação disse – o recurso a especialistas, sejam governamentais, partidários, empresariais ou de qualquer outra proveniência ajuda sempre a esclarecer melhor o tema em debate.

A menos que haja um abuso nesse recurso, mas tal deverá ser visto caso a caso.

Nos sete dias úteis que antecederam a gravação deste programa, por exemplo. (concretamente entre 13 e 21 de Outubro), contabilizei entre 12 convidados apenas um alto funcionário do Estado, no caso do Ministério da Educação.

Os restantes eram comentadores políticos, económicos e futebolísticos, professores de medicina e de economia, o bastonário dos dentistas e os presidentes de uma sociedade médicas, de associações e confederações ligadas ao ensino.

É claro que se trata de uma amostra aleatória. Outra semana daria certamente outro resultado. Mas há aqui uma tendência que denota uma preocupação de teor informativo e analítico e não propagandístico ao privilegiar a presença de técnicos, especialistas e comentadores jornalísticos.

Estou de acordo, pois, com a inovação – repito-me, mas é importante que o diga.

Mas por outro lado concordo com o lamento do ouvinte sobre a diminuição do tempo útil de fórum.

Num dos dias que analisei, os ouvintes começaram a falar depois das 11 e meia e geralmente não foram chamados antes das 11 e um quarto – o que significa que para eles normalmente não resta mais do que três quartos de hora e muitas vezes menos, pois os especialistas podem ser chamados a pronunciar-se ao longo do programa.

Por isso faço daqui um apelo aos responsáveis da RDP para que encontrem formas de reforçar e não de diminuir o tempo de antena à disposição dos ouvintes.

Dar voz ao ouvinte. Desafiá-lo a pronunciar-se sobre temas que dizem respeito à pólis constitui um exercício concreto da liberdade de expressão, e é aí certamente que reside a maior riqueza deste formato radiofónico.

Base musical

Para manter durante as locuções

IB – Um ouvinte devidamente identificado escreve do Pinhal Novo, Setúbal.

Diz-se estupefacto por ter verificado que Eduarda Maio passou a fazer os noticiários da manhã, no período nobre da rádio pública. São duas as razões da estupefacção, conforme escreve na mensagem, datada de 19 de Outubro:

AR – “1ª: Tem a ver com o facto de ela passar a apresentar noticiários – até aqui não o fazia – depois ter escrito muito recentemente uma Biografia de José Sócrates, primeiro-ministro de Portugal, denominado "O Menino de Ouro do PS".

Até parece – e espero estar enganado – que foi premiada por esse facto. Se não foi o caso, da fama, certamente, não se livrará.

Mas a questão mais grave pode ter a ver com a credibilidade que ela perdeu enquanto jornalista.

Tem ou não a imparcialidade em risco, sobretudo quando noticiar o que quer seja sobre o PS e o seu secretário-geral?

2ª: Não conhecendo pessoalmente a jornalista, ouvia-a e tinha-a como boa profissional e equilibrada. A partir do momento em que, nestas condições, ela aceitou o cargo, percebi que me enganei.”

IB – O mesmo ouvinte dirige-se directamente, ao Provedor:

AR – “Não acha o senhor provedor que toda a questão é grave? (tão pouco tempo depois do livro sair a jornalista passa a fazer notícias?). Não acha o senhor provedor que, afectando a jornalista a sua própria credibilidade, afecta também a credibilidade e a imparcialidade da Antena 1? (uma rádio que sempre teve de lutar – e bem – para não ser colada aos poderes políticos?)”

Provedor – Responderei às suas perguntas. Mas antes gostava que o ouvinte escutasse quer as razões da visada, a jornalista Eduarda Maio, quer as razões da hierarquia da empresa.

Na verdade, dei a conhecer esta crítica a ambos. A João Barreiros, director de informação da RDP, responsável pela transferência, digamos, de Eduarda Maio do programa Antena Aberta para a edição dos jornais da manhã formulei uma segunda pergunta, pretendendo saber se o director de informação se colocou, na altura, a questão de saber se a credibilidade da jornalista, na apresentação da própria antena aberta, e a da RDP saíam ou não atingidas.

Eis a resposta que recebi:

João Barreiros – Fui eu quem convidou Eduarda Maio para apresentar os noticiários da manhã na Antena 1, e fi-lo porque não tenho dúvidas nem sobre as suas capacidades profissionais, nem sobre a sua isenção. A imparcialidade de um canal público é uma das suas justificações, e muito me agrada até que o recém-publicado relatório do ISCTE, encomendado pela Entidade Reguladora, mostre que o serviço público de Rádio é mais credível que o das rádios privadas para um número muito elevado de ouvintes.

Seria um disparate, portanto, tornar débil um valor importante para a nossa organização. Mas não há razão para pensar que, por escrever a biografia do primeiro-ministro, a jornalista Eduarda Maio ficou fragilizada na sua condição profissional. Em primeiro lugar porque essa biografia não foi encomendada nem pelo próprio nem pelo Partido Socialista. Em segundo, como me assegurou a própria, porque teve inteira liberdade de escrever o que queria escrever, produzindo assim um trabalho puramente jornalístico. O seu grau de envolvimento político nesta matéria é zero. Além disso, escolheu ao longo dos últimos três anos, diariamente, os temas da Antena Aberta, alguns dos quais bastante incómodos. E fê-lo pelo interesse que encontrámos na discussão dos mesmos, doesse a quem doesse, fosse do Governo, fosse da Oposição. O ouvinte, aliás, reconhece os seus méritos, na mensagem que enviou ao Provedor do Ouvinte.

Recentemente, a investigadora Irene Pimentel, Prémio Pessoa 2007 pela investigação sobre a

história da Pide, publicou a biografia de um dos principais inspectores daquela organização, Fernando Gouveia, um perseguidor dos comunistas, caracterizado como figura brutal pelas torturas a que procedia. O Diário de Notícias perguntou a Irene Pimentel se o livro não pode transformar-se no branqueamento dessa polícia política. Acho que o nosso ouvinte faz aqui a mesma pergunta, o que para mim é consequência da escassa publicação de biografias portuguesas e da existência de alguns textos laudatórios nos quais não integro o trabalho de Eduarda Maio.

Base musical Para manter durante as locuções

IB – João Barreiros, director de informação da Antena 1

Provedor – Como se impunha, endosseï a Eduarda Maio as perguntas do ouvinte, cuja identidade preservei, como me pediu, apesar de não entender esse pedido (trata-se da expressão de um direito à crítica, para quê anonimatos?).

Eduarda Maio respondeu nos termos que vamos ouvir:

Eduarda Maio – Queria ressaltar que este ouvinte questiona directamente o Sr. Provedor sobre o assunto em apreço e não a mim, mas uma vez que me é solicitado pelo Sr. Provedor um comentário meu, aqui o deixo:

A ... vou chamar-lhe dúvida... que o ouvinte levanta deixa-me perplexa e ao mesmo tempo satisfeita.

Perplexa porque pela lógica do seu raciocínio: o facto de ter feito um trabalho de investigação jornalística sobre o actual primeiro-ministro, significa, no entender do ouvinte, que só posso ser uma simpatizante assídua do político e que tudo farei, nas minhas funções como jornalista, para o favorecer nas notícias a que todos os dias me dedico pela manhã.

Não tenho notícias de que após três volumes de biografia política de Álvaro Cunhal, o social-democrata José Pacheco Pereira se tenha convertido à causa comunista.

E se a lógica do ouvinte estiver certa, respiro então de alívio pelo facto de em vez de uma biografia política, não me ter dedicado por exemplo ao levantamento e investigação jornalista do crime em Portugal, porque ela transformar-me-ia, por certo, numa perigosa criminosa.

E ainda bem que não fiz uma investigação sobre a culinária nacional. Ou correria o risco de me converter num imenso repolho...

O simplismo gratuito e imponderado está longe das regras que o jornalismo me tem ensinado ao longo de muitos anos de exercício.

Rejeito-o e rejeito quem a ele se entrega.

Fico satisfeita finalmente porque a... volto a chamar-lhe... dúvida que o ouvinte levanta... não é

acompanhada de um único exemplo real ou objectivo de eventual mau tratamento ou tratamento preferencial, de um qualquer assunto, ou de uma qualquer personalidade das notícias.

Devem concordar comigo, de como o terreno do concreto é muito mais justo, para todos, do que o chão da suspeita.

AR – Eduarda Maio, editora das manhãs informativas da Antena 1.

Provedor – Estas as respostas da jornalista visada e do director, que eu considero igualmente visado na crítica.

O ouvinte dirige-me também duas perguntas. Recordo-as:

IB – “Não acha o senhor provedor que toda a questão é grave? (tão pouco tempo depois do livro sair a jornalista passa a fazer notícias?). Não acha o senhor provedor que, afectando a jornalista a sua própria credibilidade, afecta também a credibilidade e a imparcialidade da Antena 1? (uma rádio que sempre teve de lutar – e bem – para não ser colada aos poderes políticos?)”

Base musical Para manter durante a locução

Provedor – Acho que a questão da credibilidade se coloca em permanência, na actividade de um jornalista. Por maioria de razão, ela colocar-se-á quando um jornalista escreva um livro sobre um actor político.

Tudo depende daquilo que diz, em concreto.

Não concordo com o ouvinte quando este admite que Eduarda Maio perdeu credibilidade para editar noticiários mas podia continuar a apresentar o programa Antena Aberta.

O programa Antena Aberta é um programa de índole jornalística. Se ela perdeu credibilidade para o programa, que comenta factos, declarações, acontecimentos, perdeu credibilidade para as notícias

Escrever um livro em si, sobre um político ou sobre um empresário ou sobre qualquer outra figura do espaço público não constitui violação de qualquer norma ética, muito menos profissional.

Uma biografia de um primeiro-ministro, em livro, é apenas um texto mais longo do que uma biografia de um primeiro-ministro em texto de jornal ou de revista.

Quer uma – o livro; quer outro – o texto jornalístico, podem pôr em causa a credibilidade do jornalista. Mas só se forem hagiográficos ou mesmo não o sendo, se tiverem desprezado as regras profissionais do rigor e da independência.

Cortina – Neste caso, o Provedor entende que...

Base musical Para manter durante a locução

Provedor – Confesso que preferiria que tivesse recusado o convite da editora alguém que apresentava um programa tão sensível como a antena aberta e que, pelos vistos, não punha de parte a ideia de apresentar no futuro o mais importante período diário de informação numa estação de rádio de serviço público.

Não é que a jornalista tivesse deixado de ser séria, credível e imparcial.

Mas não teria corrido o risco de deixar de o parecer, aos olhos de alguns dos seus ouvintes.

Talvez como poucas outras profissões, a actividade jornalística encontra-se em escrutínio permanente, perante os ouvintes/leitores/telespectadores.

Até hoje (eis a minha opinião) Eduarda Maio tem confirmado, na edição noticiosa, as qualidades de equilíbrio e rigor que lhe conferiram a credibilidade conquistada no programa Antena Aberta.

(...)

Queixas formais

Vários ouvintes fizeram-me chegar um reparo sobre a inserção de publicidade na página dos provedores. A mesma iniciativa foi tomada tendo como destinatário o provedor do Telespectador.

Essa publicidade, porque era comercial, abarcava, como é óbvio, as mais diversas temáticas. Por vezes, e certamente por acaso, certos anúncios adquiriam um tom mais chocante pelo carácter das páginas em que acabavam por sair. Assim, podiam ler-se anúncios de astrologia ou de publicidade ao viagra ou a carros usados, ao lado de rubricas sobre quem é o provedor, estatuto dos provedores ou indagações.

Sabendo estabelecer a diferença entre a parte editorial e a parte publicitária de uma publicação, nenhum dos provedores se sentiu pessoalmente atingido por aquela proximidade.

Uma mensagem mais veemente de um ouvinte/telespectador, ameaçando fazer uma queixa formal junto da ERC, mostrou-nos, contudo, quanto aquela situação podia atingir a sensibilidade de alguns utilizadores daquele serviço. Nesse sentido, tomámos a iniciativa de solicitar aos responsáveis da RTP que retirassem a publicidade daquelas páginas ou, pelo menos, a substituíssem “por outro tipo de anúncio, com carácter mais anódino”.

O pedido foi satisfeito, alguns dias passados.

PARTE III

Reflexões finais

Após quase duas décadas de afastamento, quebradas por um breve regresso, entre finais de 1995 e meados de 1997, o mandato que abracei há seis meses fez-me mergulhar de novo no mundo radiofónico, que voltei a observar com uma especial atenção crítica e não com o sentido da pura fruição em que a condição de simples ouvinte me colocara.

Na área da Programação em geral, a Antena 2, a *playlist*, o peso do futebol avultaram como as áreas temáticas cuja abordagem pelos ouvintes maior impacto me causaram neste regresso.

Na área da Informação, impuseram-se-me como temas a privilegiar os critérios de alinhamento dos noticiários, em particular uma predominância neles de acontecimentos relacionados com o mundo do futebol (nada verdadeiramente de novo, na rádio pública...)

Quer numa quer na outra áreas, apontaram-se recorrentemente deficiências de locução e um mau uso da língua portuguesa.

Penso, nisso acompanhando a maioria dos antigos profissionais que ouvi nos primeiros programas Em Nome do Ouvinte, que a grande voz da Rádio é aquela que tem alguma coisa para dizer.

Esta convicção vai de par, contudo, com a certeza de que um bom conteúdo ganha sempre que servido por uma forma cuidada. E que isto passa por um seguro domínio das técnicas vocais, nisso não se podendo deixar de apostar como prioridades da formação, a par da língua portuguesa.

Penso na verdade também (consciente embora que aí me encontro relativamente isolado entre os meus camaradas de profissão), que os erros de português hoje são muito menos e menos graves do que os erros cometidos nestas mesmas estações radiofónicas entre o final da década de 1970 e o final da década de 1980.

Sustento, apesar disso, que – como a objectividade no jornalismo, sempre perseguida, nunca alcançada – a RDP, chefias e trabalhadores devem ter como objectivo a excelência no uso da língua. Ainda que esta acabe, nalgum momento, por ser manchada por erros, às vezes vindos até de quem menos se esperaria.

Mas porque uma rádio de serviço público não pode autorizar-se erro nenhum nesta matéria sem logo tudo fazer para evitar a sua repetição, a RDP deverá multiplicar acções de formação especiais nesta matéria.

Erros frequentes de português foram não apenas verberados em programas, mas também objecto de recomendações a que dei, nalguns casos, repercussão pública.³¹

Ouvintes questionaram ainda – alguns com argumentos bem fundados –, o papel, acção e falta de diversidade nas posturas ideológicas dos comentadores da RDP, hoje muito limitadas àquilo que um ouvinte designou por “centrão”.³²

Além das mensagens de ouvintes, as críticas à Antena 2 e à *playlist* em vigor na Antena 1 chegaram à imprensa escrita e andam pela blogosfera. Numerosos ouvintes fizeram *forward* de tais posições para o provedor.

Refiro-me em particular aos textos “A *macdonaldização* da Antena 2”, da autoria do professor universitário e ex-secretário de Estado da Cultura, Mário Vieira de Carvalho, no *Público* de 13.12, e “*Playlist* da Antena 1: uma vergonha nacional”, escrito em forma de carta aberta ao Primeiro-Ministro, ao Presidente do CA da RTP e a mim próprio e publicado em 25 de Novembro no blogue A nossa Rádio, de Álvaro José Ferreira.

Entendi essas iniciativas não como campanha, mas como uma genuína tomada de posição de ouvintes insatisfeitos com aspectos da programação da rádio clássica. Por isso os tive em conta quando preparei duas séries de programas sobre esses dois temas (aliás já abordados, não por acaso também em séries, pelo meu predecessor) com que haveria de iniciar o novo ano.

Os protestos contra um alegado peso excessivo do desporto (igual a futebol, na programação radiofónica em geral³³ e em particular do serviço público) questionaram o tempo que lhe é reservado na grelha da programação assim como o destaque que a informação lhe confere nos alinhamentos noticiosos.

³¹ Ver páginas 55-57

³² Ver programa nº 11.

³³ Com 85 por cento, o futebol lidera claramente a lista das modalidades desportivas objecto de relato, no citado estudo encomendado pela ERC à ESCS e à *Change Partners*. Seguem-se-lhe, a grande distância e por esta ordem, o hóquei em patins e o futsal, muito à frente do basquetebol. O desporto figura no primeiro lugar entre os temas da programação informativa, à frente, inclusive, da informação sobre a região (79%, contra 70%), sendo porém que esta “também estará obviamente relacionada com o acompanhamento de clubes e competições com interesse especial para os ouvintes preferenciais” (ERC, 2009:100-101 e 112).

A maioria das queixas que recebi focava-se em ocorrências radiofónicas concretas, muito poucas tentando o voo do casuístico para o global. Já ressaltai as excepções: regulares mensagens sobre os critérios do alinhamento dos noticiários e um bom número de críticas pormenorizadas de ouvintes da Antena 2, criticando não apenas opções mas também o modelo prevalecente na rádio clássica desde a entrada da actual equipa dirigente.

A questão dos comentadores da RDP suscitou também o comentário bem fundamentado, ainda que breve, de um ouvinte que, porém, entendeu não dever ir mais longe quando o desafiei a aprofundar um pouco mais as suas observações e confiá-las publicamente num futuro programa.

Deixo para o Relatório final do mandato considerações sobre o tema da utilidade do cargo. Por agora, prefiro abordar, de forma necessariamente breve, um outro tema polémico: o carácter pedagógico que, segundo alguns, a função deveria assumir.

Há quem espere desta uma avaliação pedagógica, através da qual o profissional visado pelas críticas ou queixas seja conduzido didacticamente a perceber o(s) erro(s) cometido(s).

Os profissionais, por seu lado, tendem a não aceitar esta função "julgadora" do provedor ou dos seus convidados.

Durante a sessão de "avaliação" a que fui sujeito pelo CO, um dos seus elementos perguntou-me se pensava exercer o cargo, se nele acaso fosse confirmado, com um estilo "mais cordato", como lhe parecia indicar a minha intervenção inicial, ou de uma forma "mais assumida", tomando posições que poderiam chegar à rotura com os responsáveis.

O mesmo conselheiro quis saber de mim se iria defender ou não o fim de programas do género da Antena Aberta, sobre o qual teceu considerações frontalmente desfavoráveis.

Aproveitei esta questão polémica para lhe responder que, pelo contrário, considerava este tipo de programa como o perfeito exemplo de *empowerment* da cidadania propiciado pela rádio e cuja manutenção (com as ressalvas óbvias em relação a vulnerabilidades conhecidas mas evitáveis do modelo) eu defenderia com grande convicção.

Acrescentei, contudo, que a veemência posta na defesa deste programa seria exceção, dado que pretendia manter uma postura geral de conciliação e não de confrontação.

Esta seria por mim assumida se e quando outra opção não me restasse, perante alguma questão que considerasse verdadeiramente importante e relevasse, claro, das minhas competências legais.

Os primeiros seis meses de mandato só reforçaram, em mim, esta predisposição.

ANEXOS

Anexo A – Programa de Acção³⁴

Começo naturalmente por saudar o senhor presidente, dr. Manuel Coelho da Silva, e todos os ilustres membros deste Conselho de Opinião.

As senhoras e os senhores representam os diferentes sectores da opinião pública.

A vossa legitimidade mergulha num muito abrangente leque da sociedade portuguesa: pois emana da Assembleia da República, das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, da Associação Nacional dos Municípios, associações sindicais e patronais, confissões religiosas, associações de pais, de defesa da família, de juventude, dos telespectadores, dos autores, dos consumidores, dos direitos das mulheres.

É na base dessa larga e variada representação de entidades e de associações da sociedade civil que se encontra, afinal, a massa dos cidadãos cujas necessidades de natureza democrática, social e cultural o serviço público de rádio e de televisão tem por missão garantir.

Entre as várias e importantes competências do conselho de opinião inclui-se a de emitir parecer vinculativo sobre a pessoa indigitada para o cargo de provedor do ouvinte. Compareço perante vós nesta qualidade e com a humildade democrática de quem se encontra consciente das implicações daquela competência específica.

Não vou maçar-vos com a enunciação dos princípios básicos do serviço público de rádio e de televisão, tal como estabelecidos no contrato de concessão de Junho de 1999 (com as adaptações introduzidas, sucessivamente, pelas leis nº 4/2001, de 23 de Fevereiro, 33/2003, de 22 de Agosto, e 7/2006, de 3 de Março e agora substancialmente alterado pelo novo contrato de concessão, que aguarda ainda contudo o visto do Tribunal de Contas); nem com a leitura das competências atribuídas aos provedores no artº 27º da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro.

Bem conheceis todos estes articulados legais.

³⁴ Intervenção perante o Conselho de Opinião da RTP, SA, em 18 de Junho de 2008

Faço questão, contudo, de os abordar ainda que sumariamente dado tempo escasso de que disponho, acrescentando-lhes uma referência, também sumária, naturalmente, aos vários constrangimentos que geralmente se colocam à acção do provedor, quer interna quer externamente, nesta empresa como nas outras, em Portugal e onde quer que tenha havido esta experiência.

Começo por enfatizar a função vital do serviço público, pois este corresponde às próprias necessidades de natureza democrática, social e cultural de cada sociedade.

É claro que a independência, o pluralismo, a credibilidade não são apanágio exclusivo do serviço público. São múltiplos os exemplos, quer entre nós, quer lá fora. Do mesmo modo que serviço público não significa necessariamente (não significou sempre, antes pelo contrário, entre nós, como sabemos historicamente), independência, pluralismo, credibilidade.

Nunca, porém, talvez, como agora, a legislação portuguesa e europeia foi tão longe e tão fundo no desenho de um quadro exigente que coloca a prestação do serviço público ao serviço das necessidades de natureza democrática e cultural da sociedade, da informação e esclarecimento dos cidadãos e da formação de uma consciência cívica e social.

Neste quadro, relevo, dentre as obrigações do serviço público de rádio o pluralismo, o rigor e a imparcialidade da informação, bem como a sua independência de todos os poderes; a difusão de uma programação que exprima a diversidade social e cultural nacional, combatendo todas as formas de exclusão ou de discriminação; a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e estrangeiros; a promoção e divulgação da criação artística nacional e o conhecimento do património histórico e cultural do País; e as obrigações específicas de manter e actualizar os arquivos sonoros e de assegurar o funcionamento do Museu da Rádio, para além da cooperação com os operadores radiofónicos dos países de língua portuguesa e de organizações e entidades estrangeiras ligadas à actividade radiofónica.

Quanto ao Provedor:

Penso que é minha obrigação dar-vos o quadro de entendimento que traço para mim próprio da função de Provedor do Ouvinte, no quadro do serviço público.

A função principal quer deste quer do Provedor do Telespectador consiste em analisar e fazer seguir para as estruturas, os responsáveis e os profissionais, as queixas, sugestões,

dúvidas dos destinatários do serviço público de rádio e de televisão – os ouvintes e telespectadores

Todas as mensagens dos ouvintes terão, assim, não apenas de ser lidas, mas ser tidas na devida conta, isto é, analisadas, quando for caso disso, encaminhadas, e sempre respondidas.

Entendo, por isso, a função do Provedor como de mediação entre os ouvintes – a quem representa, pois é em nome deles que o cargo existe – a estrutura e os profissionais.

Na página de Daniel Cornu, mediador do leitor do grupo suíço de imprensa Edipresse e prestigiado autor de obras sobre jornalismo, nomeadamente de *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*³⁵, encontrei estas frases que me parecem muito ajustadas sobre o papel do provedor (não por acaso designado mediador na francofonia): O mediador é uma instância de arbitragem e de conciliação dos leitores das publicações da Edipresse suíça. Podem a ele recorrer os leitores insatisfeitos com a resposta dada pela redacção às suas observações ou reclamações de ordem deontológica, relacionada com práticas jornalísticas. As competências do mediador abrangem o conteúdo dos textos que a redacção publicou ou se recusou a publicar, o seu tratamento e apresentação.

Ao contrário da prática generalizada noutros países, os provedores do ouvinte e do telespectador têm, em Portugal, um veículo privilegiado desse contacto público - um programa de rádio e de televisão, a que o legislador atribui tão grande importância que não hesitou em impor-lhe regularidade semanal e inclusivamente um tempo mínimo de duração.

A realização de um programa constitui uma fórmula transparente, democrática e para mais perfeitamente identificada com o meio a que diz respeito – a Rádio e a Televisão, pois dá a ouvir as queixas, elogios, sugestões bem como as respostas dos visados, esclarece dúvidas acerca do exercício dos profissionais, enquanto “agente de interpretação”, como muito acertadamente lhe chamou José Nuno Martins, no seu primeiro relatório, e diz de viva voz, quando for caso disso, o que ele próprio pensa do que acabou de ser dito.

Nesta função de mediação, onde fica a fronteira entre o que é a representação do ouvinte ou do telespectador e o acordo com o mesmo ouvinte ou telespectador? E como evitar que a acção julgadora, que a função de avaliação e de emissão de pareceres implica, necessariamente, tenda a confundir-se com a actividade programadora dos responsáveis das antenas?

³⁵ Lisboa, Instituto Piaget, 1999

Apesar de aparentemente pouco nítidas, afigura-se-me essencial tornar distintas as linhas de separação.

Convido-vos a rememorarem, comigo, dois artigos do capítulo V da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro, que procedeu à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão.

Refiro-me aos artigos 24º e 27º.

O artº 24º estabelece que os provedores são designados “de entre pessoas de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal cuja actividade nos últimos cinco anos tenho sido exercida na área da comunicação”.

As alíneas a) b), c) e d) do artº 27º, por seu lado, entregam-lhe a competência para “avaliar a pertinência de queixas e sugestões dos ouvintes e telespectadores”; “produzir pareceres” sobre as mesmas queixas e sugestões e transmiti-las aos ouvintes e telespectadores; e indagar e formular conclusões sobre os critérios adoptados e os métodos utilizados” pelos profissionais.

Encontro na redacção dos excertos que acabei de ler dos dois artigos o fundamento para aquilo que designarei como uma importante margem de confiança (que representa ao mesmo tempo uma responsabilização) por parte do legislador na capacidade de análise e de julgamento dos Provedores.

O que implica, por parte destes, quando for caso disso, algo mais do que a função importante sem dúvida, mas instrumental, de ponte, entre ouvintes/telespectadores/ e profissionais/estruturas de administração.

Apesar de a lei 8/2007 sobre a reestruturação da concessionária de serviço público não ter acolhido todos os seus termos, os dois primeiros Provedores do serviço público de Rádio e de Televisão (José Nuno Martins e José Manuel Paquete de Oliveira, a quem aproveito para saudar, sem prejuízo de uma mais contextualizada palavra de apreço especial, no final desta intervenção, ao provedor cessante, José Nuno Martins) apontam-se como missão “representar e defender, no contacto com as empresas de serviço público de rádio e televisão, as perspectivas dos ouvintes e dos telespectadores diante da oferta radiofónica e televisiva”; “fomentar os índices de credibilidade” das estruturas da empresa e “contribuir para uma cultura de autocrítica

e de prevenção de eventuais atitudes corporativistas no interior das empresas”, bem como “estimular o cumprimento da ética profissional e dos códigos deontológicos por parte de todos os profissionais”.

O exercício de mediação – sustentam – não dispensa, antes exige que o provedor, no exercício do seu papel, privilegie “funções pedagógicas e de formação do cidadão como consumidor de Rádio e de Televisão” para o que poderá recorrer a consultas de personalidades ou entidades, internas ou externas, de modo a fundamentar melhor a sua posição.

Estas considerações, as competências que lhes são atribuídas, a colocação dos provedores fora da cadeia de hierarquias da Rádio e da Televisão assim como a impossibilidade quer destas quer de quaisquer outras entidades lhes abreviarem ou porem termo ao mandato, dão-nos a dimensão da independência e ao mesmo tempo da responsabilidade que a lei quis reconhecer e atribuir a uma função que, para mais, como notam os dois provedores, está condenada a ser exercida de forma solitária.

Neste sentido, e parafraseando o provedor cessante, direi ser meu entendimento que se nem sempre o provedor pode estar de acordo com os profissionais, nem sempre tem de concordar com o Ouvinte ou o Telespectador.

Mas acrescentar-lhe-ei, da minha lavra, porém, que mesmo quando esteja menos de acordo com os profissionais e mais de acordo com os ouvintes, deve evitar cair na tentação de deixar que os ouvintes ou ele próprio se substituam aos profissionais;

e que mesmo quando esteja mais de acordo com os profissionais ou os responsáveis e menos de acordo com os ouvintes, nunca deve ignorar ou menosprezar a sensibilidade dos ouvintes tomando-a como sinais a que deve dar e fazer dar a maior atenção.

Terceiro e último ponto que gostaria de abordar: conhecidos que são os constrangimentos internos e externos que a experiência própria e alheia nos mostra surgirem no caminho do provedor, não estaremos perante um cargo de designação pomposa mas de duvidosa utilidade, até pelo carácter recomendatório e não vinculativo das suas apreciações e pareceres?

A função do provedor, como deixei dito de algum modo há pouco, exerce-se num vaivém (*interacção*, diríamos numa linguagem mais cuidada) permanente entre três pólos:

(1) o da recepção; (2) o da produção e edição; (3) e o da estrutura de direcção e administração.

Para citar um académico brasileiro Jorge Lucas, num trabalho sobre os “ouvidores” (termo adoptado pelos brasileiros para designar o provedor) do jornal *O Povo*, de Fortaleza³⁶, entendo o trabalho do provedor como uma actividade essencialmente polifónica, isto é, um jogo de vozes (explícitas ou implícitas) que se misturam e conjugam no âmbito do enunciado, para recorrer a uma formulação de Mikhail Bakhtin (sobre quem o professor José Rebelo, aqui presente, nos poderá dar aulas inteiras)

Bastava isto, este campo institucionalmente aberto à expressão livre de reclamações, sugestões, ideias para que os problemas que sempre surgem se tornem, simplesmente, pedras que no meio do caminho sempre se encontram.

Cito dois problemas crónicos: a actividade de provedor cria mal-estar nas redacções e no grupo profissional; e acaba muitas vezes por funcionar mais como instrumento de marketing (dá uma imagem de abertura e transparência que afinal se revela oca, pois nada afinal muda de substancial na empresa)

Quanto ao primeiro, de resto premonitoriamente abordado logo nas primeiras semanas de mandato dos dois provedores, num encontro nacional por estes promovido, em 5 de Junho de 2006, penso que basta recorrer a dois exemplos que trago de fora para ilustrar a afirmação.

Mário Mesquita, primeiro provedor do leitor no *Diário de Notícias* escreve num balanço do seu mandato que julgo será assinado por debaixo por qualquer dos seus sucessores e homólogos de outros jornais portugueses³⁷: “Que sentirá [o provedor] quando verifica, ao fim de cinquenta e duas semanas de presença nestas páginas, que, se a memória não o trai, nem um só jornalista da casa – à excepção do próprio Director – reconheceu ter escrito uma frase menos feliz, um título pouco rigoroso ou assumiu a responsabilidade por uma investigação insuficientemente aprofundada?”.

No trabalho já referido do outro académico brasileiro, as respostas de antigos provedores de *O Povo*, de Fortaleza, a um inquérito mostram que é comum a deterioração quando não o corte de relação entre o provedor e antigos colegas (sejam estes da redacção pertençam às chefias). É muito difícil apontar erros no trabalho dos outros, sejam ou não estes oficiais do mesmo ofício.

³⁶Ombudsman – por uma avaliação da crítica, in *Observatório comunicacional: PCLA-vol. 4-número 4:Julho/agosto7setembro 2003*, www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista16/observatorio%2016-1.htm - 70k

³⁷ Mário Mesquita, *O jornalismo em Análise – a coluna do provedor dos leitores*, Coimbra, Minerva, 1998

“ Decididamente não é fácil. Precisa ter bons argumentos; capacidade de questionamento, reflexão e ponderação; respeito por opiniões diferentes (quando não se trata de erro notório) e preparo emocional para pressões, que podem vir inclusive de leitores. Não é nada fácil, tampouco confortável.” (...) “É sempre bom aprender a ver diferentes perspectivas, ampliar o exercício de reflexão, lidar com diferentes contextos.”

Quanto a um eventual carácter autopromocional do cargo, para as empresas, a questão está em apurar se todos nós – ouvintes, profissionais, responsáveis da administração, para não falar do próprio provedor e do conselho de opinião – nos conformamos que assim aconteça.

A função de provedor, defendendo, revelar-se-á necessária e relevante na medida em que toque de forma actuante cada um daqueles pólos: veicule as queixas, sugestões, críticas de quem ouve, oferecendo-lhes um canal de contacto mais directo; questione o campo profissional e os responsáveis, incitando o primeiro a reavaliar opções técnico-profissionais, metodologias, modos de trabalho, competências e os segundos a fornecerem meios e criarem condições suficientes de trabalho e a conterem eventuais tentações de interferência nos conteúdos; e, por fim, dê a cada um destes pólos eco do olhar dos outros, criando uma dinâmica que, quando melhor funciona é, necessariamente, criativa e, quando não, tem o mérito, ao menos, de tornar mais transparente e participada a forma de prestação do serviço público.

Falei das competências e das responsabilidades do provedor e de alguns constrangimentos à sua actuação. Para além da legislação em vigor, usei, como fonte inspiradora, os dois relatórios daquele a quem coube ocupar o cargo pela primeira vez, em Portugal, José Nuno Martins.

Termino esta exposição geral dirigindo-lhe uma saudação especial. Sobram-me as razões para o fazer de uma forma que ultrapassa o dever de cortesia.

José Nuno Martins foi (é, neste momento ainda, porque, apesar dos inconvenientes que tal provocou na sua vida privada, decidiu permanecer no cargo até à sua substituição muito para além da data prevista) o primeiro Provedor do Ouvinte do serviço público de radiodifusão.

E sendo-o, foi também (o que muito honra o serviço público) o primeiro provedor de toda a rádio em Portugal. Coube-lhe por isso, ao lado do Provedor do Telespectador, Pacote de

Oliveira (a quem peço licença para saudar também com admiração e afecto) imprimir a marca da experiência original no exercício desta função.

E que marca!, permitam-me que observe, com um misto de admiração pelo trabalho pioneiro que fizeram, e de temor, pela consciência das dificuldades próprias em manter (já não digo suplantar) o alto patamar técnico a que o exercício da função foi por ambos erigido, bastando para o comprovar uma consulta aos respectivos relatórios, que constituem um notável espólio deixado aos seus sucessores e a quem queira reflectir mais profundamente sobre o estado do serviço público de rádio e de televisão em Portugal e a apreciação que sobre ele fazem os cidadãos.

Uma terceira razão para este cumprimento especial a José Nuno Martins releva de motivos profissionais e pessoais.

Apesar de alguns anos nos separarem em idade (com a vantagem da juventude a ir para ele, como é notório) entrámos ambos a concurso no mesmo dia na Rádio Universidade e ali realizámos, juntos, o primeiro programa (Pop 3-9-7 Metros); profissionalizámo-nos verdadeiramente ambos no mesmo dia no mesmo programa da mesma estação – PBX, Rádio Clube Português, 1967; e, embora tivéssemos seguido caminhos diferentes dentro do campo radiofónico – José Nuno Martins mais na área dos programas; eu quase exclusivamente na área da Informação, o que nos levou, naturalmente, a desenvolver sensibilidades diferentes na forma de olhar o mundo –, sempre nos considerámos acima de tudo homens da Rádio.

Foi com este lema abrangente – que põe a tónica técnica e a exigência deontológica em tudo o que se diz, seja na apresentação de um disco ou na reportagem de um acontecimento – que a geração a que pertencemos irrompeu, em meados dos anos de 1960, pelo sistema radiofónico nacional.

Disse irrompeu, porque foi assim mesmo: não nos moviam apenas a força e o ânimo que sempre transporta a geração que chega; nós, os que nos apresentámos aos microfones da Rádio em 1965, 66, 67, 68, fizemo-lo possuídos da convicção de que a tal mudança simultaneamente técnica e ética se impunha no panorama radiofónico nacional. E que incumbia a nós esse papel.

Recordo, apenas a título de exemplo e para que os senhores conselheiros mais velhos identifiquem melhor os protagonistas dessa mudança, os nomes, entre outros, de Rui Pedro,

Pedro Castelo, João Alferes Gonçalves, João David Nunes, José Manuel Nunes e, logo a seguir no tempo, Joaquim Furtado, Fernando Balsinha, Aníbal Cabrita, Mário Figueiredo, Paulo Coelho – todos com origem no Rádio Universidade.

Aos quais acrescento os de alguns outros que já se encontravam no meio ou a ele chegaram entretanto – Carlos Cruz, Fialho Gouveia, Luís Filipe Costa, João Paulo Guerra, Paulo Fernando, Manuel Bravo, Jorge Dias, Cândido Mota, Jorge Gil, Júlio Isidro, Jaime Fernandes, João Paulo Dinis, Luís Paixão Martins, Rui Morrison, Francisco Sena Santos.

Se lhes juntarmos aqueles que vieram ou retornaram de Angola, logo a seguir ao 25 de Abril – cinco nomes apenas, entre aqueles de quem mais próximo me senti: Brandão Lucas, Emídio Rangel, Fernando Alves, David Borges, João Canedo – teremos o quadro de uma geração que revolucionou a Rádio portuguesa e nos anos 90 foi paulatinamente passando o testemunho aos que entretanto se apresentavam ao microfone, seguros de que tinham alguma coisa a dizer de novo aos seus concidadãos, e cuja qualidade se tem vindo a comprovar, desde então, quer nas rádios privadas quer em muitos espaços das diferentes antenas que constituem o serviço público de rádio.

Que a minha pessoa – se essa for a decisão deste conselho – suceda a José Nuno Martins, na função de Provedor do Ouvinte, será, por este conjunto de razões, motivo acrescido de orgulho geracional.

Anexo B – O que penso da Regulação³⁸

“Já ninguém põe em causa a necessidade da regulação”. Esta frase, proferida pelo patrão de imprensa, Francisco Pinto Balsemão, na última conferência da ERC, na Gulbenkian, há um mês, foi vista como uma evolução no pensamento deste senador da democracia portuguesa.

No final, o presidente da ERC, Azeredo Lopes, não hesitou em enfatizá-la, entre o que de mais importante se passou na conferência.

Bem vistas as coisas o que Balsemão disse é equivalente à banalidade de declarar que a vida em sociedade precisa de ser regulada por um mínimo de normas estabelecidas.

E no entanto Azeredo Lopes teve razão. A importância que atribuiu à frase, proferida por quem foi proferida, dá-nos assim a medida do ponto a que chegámos em Portugal – um ponto em que o próprio presidente da Entidade Reguladora acha que o simples reconhecimento da necessidade de normas já é um avanço.

Estou de acordo com ele e, pasme-se, também com Balsemão, quando este acrescentou que o organismo regulador deveria ser o último recurso num processo que deveria iniciar-se na auto-regulação e passar, quando necessário, pela co-regulação.

Mas mais me encontro ainda com Manuel António Pina quando este jornalista e escritor, chamado a comentar Balsemão, lembrou que a mera auto-regulação não impediu que o jornalismo se transformasse em comércio e, assente nas lições que a vida lhe tem dado, concluiu que a auto-regulação e auto-vinculação moral são frequentemente pouca coisa se não forem acompanhadas de vinculação externa a um mínimo ético, caucionada por alguma forma de coercividade.

³⁸ *Tornar eficaz a regulação e salvar o jornalismo*, intervenção no Congresso Nacional de Radiodifusão, em Vila Real, em 14 de Novembro de 2008

A regulação (ou, se lhe quisermos chamar: um conjunto bastante de normas universais e coercivas) é essencial para o funcionamento dos *media* (os velhos, os novos e aqueles que hão-de chegar ainda).

(Digo um conjunto bastante, porque entendo que a regulação, como já deixei entredito, não deve ser nem minimal nem excessiva.)

Se for/se fosse possível ficarmo-nos por aqui seria bom sinal. Sinal de que os interesses e lógicas internas do campo profissional (jornalistas e outros comunicadores) se contêm nos limites do respeito pelos direitos alheios.

Sinal de que o mercado e os interesses, quando não caprichos, da indústria não se sobrepõem aos da sociedade, numa tentativa de colonização não apenas desta mas até do próprio Estado.

São numerosas as questões que se levantam hoje, no domínio da regulação. Não porque, de um momento para o outro, os operadores ou os profissionais se tenham rebelado e decidido desafiar o bom senso. Mas porque a realidade é movente e a mudança se nos impõe quase de dia para dia, sem nos deixar tempo para lhe estudar todos os ângulos de incidência e só depois tomar uma posição.

Acontece-nos a todos olharmos para o que estamos a fazer e darmos por nós de boca aberta de espanto, porque de repente descobrimos que tudo aquilo que constituiu o essencial daquela nossa manhã ou tarde ou noite nem sequer existia há cinco, sete anos - o telemóvel que está a carregar de fotografias digitais o computador sobre que nos debruçámos; o *you-tube* em que acabamos de visionar uma cena captada por um cidadão comum e que ganha em poucas horas a atenção global; a *internet* a que acedemos há minutos para através dela, no *Google*, tirarmos uma dúvida sobre uma data, uma citação correcta; o som em mp3 que acabámos de passar para *wave* para podermos nós mesmos cortar e montar ali, uns minutos antes de partirmos para o estúdio de gravação; estúdio para onde nos dirigimos sem um disco, sem a catrefada de bobinas de há não muito tempo, tudo metido dentro do pequeno artefacto em forma de isqueiro em que trazemos os textos e os registos digitais dos últimos programas.

Este é, porém, apenas o lado digamos admirável mundo novo do paradigma em que mergulhamos. Porque há o outro, digamos que desconhecido e eventualmente perigoso lado desse mundo sempre com novas facetas de espantosa novidade.

Um mundo, como notou alguém, composto de proximidade e de distância. Um universo novo, mutável e complexo.

Deixem-me dar-vos um exemplo, apenas um exemplo e muito recente. Tem duas ou três semanas. Um ouvinte dirigiu-se-me de uma das antigas colónias. Uma mensagem com uma pergunta. Uma simples pergunta:

«Sendo a RDP África um órgão estrangeiro e sendo vários participantes dessa rádio estrangeiros, se houver violação dos direitos fundamentais dos ouvintes do país de destino, como resolver esse conflito? *Quid juris?*»

Claro, é uma pergunta para o bom senso, mas sobretudo para juristas (o ouvinte identifica-se como juiz conselheiro do tribunal constitucional de um dos PALOP). Só que para ela, cada um de nós – responsáveis administrativos e editoriais, animadores de emissão, autores – tem a necessidade e o dever de estar desperto.

Respondemos-lhe que o Provedor não tem competência para se pronunciar sobre questões jurídicas que possam eventualmente vir a decorrer de um das emissões da RDP. Mas não deixámos muitas dúvidas quanto à ideia que prevalece no Gabinete dos Provedores e que é a de que essas questões jurídicas deverão sempre ser analisadas à luz da competência territorial dos órgãos jurídicas locais.

Pensando bem, afinal, a questão não é de hoje. Quase desde o início das transmissões regulares de radiodifusão, não tarda faz um século. Foi essa aliás uma das grandes forças da rádio – quebrar barreiras físicas e governamentais, atravessando fronteiras e derrubando muros de Berlim e outros, levantados onde quer que um poder ditatorial se encontrasse.

Acontece porém que hoje não são só as BBC, as Deutsche Welle, as Free Europe, Rádios Moscovo, ondas curtas lançadas de Pegões contra o império. É a pequena rádio local que soa

online, no conforto do escritório, do quarto, da sala do cidadão global em qualquer lado do mundo, levando-lhe ali mesmo no momento o comentário, a saudação, a acusação, a difamação.

Não, não soa *online*. Brilha no plasma do café ou da casa, porque a rádio passou a ser também para os olhos.

E deixou de ser efémera, para nos esperar num gigantesco arquivo sonoro a que temos acesso imediato – uma revolução que atirou para um passado que certamente não vai voltar um dos princípios reguladores da rádio que fazíamos, as gerações anteriores e a geração em que eu cresci e me formei como homem da rádio.

A Rádio, em suma, como lembrava também na Gulbenkian Arsénio Reis, da TSF, abandona agora um meio regulado (ela própria) e passa a habitar um meio não regulado (a *internet*). Agindo em permanente (ainda que virtual) conexão planetária.

Que espaço é esse? A quem pertence? Quem nele controla o quê? O que resta nele de privacidade, de direito ao bom-nome? Como defender nele o direito a saber e a ser informado do abuso do direito à liberdade, do direito a informar?

A pequena rádio e os pequenos ou grandes jornais, televisões desenvolvem hoje em todo o mundo componentes online, multiplicando dessa forma, como alguém escreveu, as oportunidades da difamação, agora com um carácter transnacional.

A única forma, neste quadro, de preservar os direitos de cada cidadão é chegar a um acordo internacional sobre os princípios jurídicos que hão-de prevalecer e a forma de os aplicar no quadro da *internet*.

Um exemplo apenas, que já começou a ser colocado: qual o país onde a alegada difamação deve ser julgada – o do emissor ou o do destinatário da informação? Aquele onde se fez o *upload* ou aquele onde se fez o *download* que constitui o objecto da queixa? Sendo que este último – o país do *download* pode até ser um terceiro país, ao qual nem ao emissor nem o receptor têm vínculos jurídicos?

Disse há pouco que hoje a pequena rádio já soa *online*. Embora em situação bem mais complexa agora do que quando tudo isto se encontrava contido na esfera do Estado e das respectivas fronteiras, pessoalmente, só vejo uma forma de conciliar os dois pilares – o da liberdade e o da protecção contra as violações da própria liberdade, ou, se quisermos, o da emancipação e o da regulação.

Definir, no paradigma que agora fenece, o primado do direito à liberdade de expressão, de informar e de ser informado, munindo a comunidade internacional dos mecanismos necessários para garantir estes direitos e punir a sua violação.

E pôr em marcha ao mesmo tempo uma multiplicidade de recursos e de acções educativas que garantam aos cidadãos o pleno domínio das tecnologias e ao mesmo tempo os dotem de uma aguda consciência ética que incite ao respeito pelos direitos do outro – sejam os direitos à opinião e ao bom nome sejam as diferenças de género, de raça, de religião, de opção sexual, etc..

Tudo isto num desejável quadro a que a UNESCO já chamava, em 1995, uma esfera pública mundial na qual haja lugar para vozes alternativas.³⁹

A revolução digital, já o sabemos, implica uma revolução no tempo noticioso (que já foi o da hora seguinte, a certa altura passou a ser da meia hora seguinte, e depois do quarto de hora seguinte e hoje é o do minuto em que estamos)

Nunca como hoje, o profissional se viu tão em permanência desafiado a descodificar em breves momentos os significados mais profundos do que lhe é dado transmitir às audiências. Nunca como hoje o profissional se viu confrontado com a exigência (extraordinária mas altamente complexa) de finalmente se dirigir à aldeia que é todo o mundo: aqueles que conhece e aqueles que desconhece; aqueles com quem se encontra, no quotidiano, porque vizinhos, habitantes da mesma cidade, compatriotas, e aqueles que habitam nos antípodas e no entanto com ele dialogam, porque o escutam, o vêem, o lêem no ecrã do computador.

³⁹ “*Can we envisage a world public sphere in which is room for alternative voices? Can we the media professionals sit together with policy-makers and consumers to work out mechanisms that promote access and a diversity of expression despite the acutely competitive environment that drives the media moguls apart?* (UN-UNESCO World Commission on Culture and Development, 1995), apud Marc Raboy, “*Dreaming in Technicolor. The Future of PSB in a World Beyond Broadcasting*”, in *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, vol. 14, n. 3, 361-365 (2008), Sage Publications.

Contra estes desafios só encontro quatro armas eficazes: (1) a ética e (2) a educação ética, (3) a competência profissional e (4) um corpo de normas reguladoras.

Tendo a imbricar ética e competência profissional. Acho que esta, a competência profissional, é um pressuposto daquela, a ética. Defendi-o na sessão de abertura do II Congresso dos Jornalistas, em 1986 e reafirmo-o agora: a incompetência é um pecado contra a deontologia.

Conciliar velocidade com profundidade; ser fiel aos princípios do rigor, da exactidão, da imparcialidade são deveres deontológicos.

Quando falei de incompetência profissional pensava nos jornalistas e nos outros comunicadores. Mas também na incompetência dos patrões de imprensa, muitos dos quais tendem a tratar dos media como apenas mais um dos seus ramos de actividade, subordinando-o ao objectivo único da rentabilidade e ignorando não apenas as especificidades do meio mas também a importantíssima componente social e de serviço público dos jornais, sejam eles de âmbito nacional ou regional e local, da televisão e da rádio, sejam esta também de expansão nacional, regional ou local.

Permitam-me, a este propósito, sublinhar algo que ouvi recentemente ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas especificamente dirigido ao campo patronal e com o qual concordo: não podem aceitar-se loas à auto-regulação e à co-regulação, num quadro em que prevaleça a desregulamentação. E desregulamentação, neste quadro, quer dizer também, como Alfredo Maia assinalou, precariedade de emprego, exploração profissional e despedimentos dentro dos grupos.

As novas tecnologias abrem-nos um mundo que não é apenas admirável. É também desconhecido. Por isso se acentuam com tanta frequência os seus extraordinários benefícios, mas também os riscos que podem trazer à esfera privada e à própria democracia.

Daí que, na luta contra os riscos do paradigma emergente se considere essencial uma atitude à altura dos desafios por parte de todos os actores nele envolvidos: os actores que pertencem ao campo jornalístico (em particular profissionais e patrões), o actor Estado, enquanto

garante da regulação externa, e o fundamental actor sociedade civil, em breve a sociedade civil mundial, onde terá de prevalecer a ética de discussão pública preconizada por Habermas.

Retorno brevemente à Rádio e aos desafios que a aguardam no futuro, que já começou.

Por que afinal a rádio vai ser no futuro tudo aquilo que não sabemos ainda. Tudo isso que não sabemos ainda como será, porém, com o som na essência. O som da vida captada na rua, no espaço público e formatado (mesmo que pela mediação da máquina) pelo emissor – o profissional, o cidadão antes mero ouvinte agora também gerador de conteúdos.

O emissor portanto sempre no momento *kairos* da comunicação. Mesmo que ele próprio se encontre, no instante anterior, no instante seguinte, na posição de destinatário.

Não se trata, pois, de negar o pilar da emancipação, submergido pelo pilar da regulação necessária. Mas sim de trazer a primeiro plano, antes da heteroregulação, o da responsabilidade individual e do grupo profissional. De tal modo individual que a maior parte das vezes os conflitos a haver são resolvidos pelo próprio emissor (profissionais, empresas).

Neste quadro de mutações vertiginosas e de complexos desafios, permitam-me duas notas, a terminar, e ainda que brevemente, sobre o futuro do serviço público de rádio.

Não sem antes deixar dito, para que não subsistam equívocos, o que disse a este propósito perante o Conselho de Opinião da RDP, antes da nomeação: “É claro que a independência, o pluralismo, a credibilidade não são apanágio único do serviço público. São múltiplos os exemplos quer entre nós quer lá fora. Do mesmo modo que existir um serviço público não significa necessariamente (não significou sempre, antes pelo contrário, entre nós como sabemos historicamente), que ele garanta *ipso facto* independência, pluralismo, credibilidade. Nunca, porém, talvez, como agora, a legislação portuguesa e europeia foi tão longe e tão fundo no desenho de um quadro exigente que coloca a prestação do serviço público ao serviço das necessidades de natureza democrática e cultural da sociedade, da informação e esclarecimento dos cidadãos e da formação de uma consciência cívica e social.”

Penso, como outros têm observado no espaço público quanto à rádio em geral, que o único futuro possível para o serviço público de rádio é reinventar-se.

Não é garantido que as actuais instituições de serviço público quer na Europa quer nas Américas e na Ásia (onde nasceu, recentemente uma empresa de serviço público, a TPBS tailandesa), sejam capazes de vencer esse desafio.

Mas também não descortino, à luz histórica das experiências até agora desenvolvidas, quer na Europa quer nas Américas, que as audiências, isto é, os cidadãos possam prescindir de estações independentes quer do mercado quer do governo e cujo lema, garantido por lei, coloque em primeiro lugar o primado do serviço público

Termino fundindo numa paráfrase o que disse Francisco Pinto Balsemão acerca da regulação e o que disse Almada Negreiros acerca da salvação do mundo.

Penso que cada vez mais menos gente põe em causa a regulação e a necessidade da componente de serviço público nos sistemas radiofónicos nacionais. As palavras que não tornar eficaz a regulação e salvar o jornalismo nos *media* – nos tradicionais e nos que começam a impor-se – já foram todas ditas. Só falta fazer a regulação adequada e salvar os *media*.

Anexo C – Resumos dos programas Em Nome do Ouvinte

21 profissionais dizem o que pensam da RDP

Programa nº 1, emitido em 29 de Agosto de 2008⁴⁰

Artur Agostinho, Igrejas Caeiro, João David Nunes, Joaquim Furtado e Emídio Rangel são alguns dos antigos profissionais da rádio que aceitaram um desafio do novo provedor do ouvinte da RDP, Adelino Gomes, para irem ao seu programa dizer o bem e o mal que pensam da rádio que se faz hoje em Portugal e em particular no serviço público.

Antes de começar a responder no “ar” às queixas e sugestões dos ouvintes, Adelino Gomes, que sucedeu no cargo a José Nuno Martins, dedicará as primeiras quatro edições do programa semanal Em Nome do Ouvinte a temas como as vozes que se ouvem, o português que se fala, os melhores os piores programas que se fazem hoje na RDP, na opinião dos seus convidados.

Além dos nomes indicados, respondem às perguntas de Adelino Gomes os antigos profissionais, ligados directa ou indirectamente à RDP, António Luís Rafael, António Pedro, Cândido Mota, Carlos Brandão Lucas, Joaquim Letria, Manuela Arraiano, Maria Dinah, Maria Helena D’Eça Leal, Maria José Mauperrin, Maria Júlia Guerra, Mário Figueiredo, Pedro Castelo, Rui Morrison, Rui Flores e Vítor Nobre.

A Rádio que se fazia em África

Programa nº 2, emitido em 5 de Setembro de 2008

Neste programa, Adelino Gomes ouve o testemunho de Carlos Brandão Lucas, Maria Dinah e Emídio Rangel (Angola), António Luís Rafael e Manuela Arraiano (Moçambique) e Vítor Nobre (S. Tomé e Príncipe), sobre a Rádio que se fazia nas antigas colónias portuguesas de África.

⁴⁰ A data indicada refere-se à transmissão na Antena 1. Cf. Na página xxx indicam-se os dias e horários de emissão em cada uma das estações.

O programa apresenta trechos raros de gravações do Rádio Clube da Huíla (Angola) e do Rádio Clube de Moçambique. O primeiro registo pode encontrar-se na internet, mas o segundo nunca mais foi ouvido desde a transformação do Rádio Clube de Moçambique em Rádio Moçambique, ocorrida com a independência, em 1975.

Dada a riqueza dos testemunhos e a especificidade dos sete canais da RDP, o Provedor decidiu fazer uma segunda versão, mais alargada, do programa (30', em vez dos 20' da versão geral) destinada aos ouvintes da RDP África e RDP-Internacional.

O melhor e o pior da Rádio

Programa nº 3, emitido em 12 de Setembro de 2008

Neste programa, o Provedor da RDP pede a nomes marcantes da história da Rádio que avaliem programas e noticiários hoje no "ar", em particular nas sete estações do serviço público. O programa inclui depoimentos de António Luís Rafael, Artur Agostinho, Emídio Rangel, Joaquim Furtado, Joaquim Letria, João David Nunes, Luís Filipe Costa, Maria Dinah, Mário Figueiredo, Rui Flores e Rui Morrison, que tornam públicas as suas opiniões sobre o melhor e o pior que se faz hoje na rádio em geral e em particular na Rádio pública.

A Rádio vai acabar?

Programa nº 4, emitido em 19 de Setembro de 2008

Neste programa, o Provedor da RDP pede a nomes marcantes da história da Rádio que reflitam sobre o futuro da Rádio e em particular sobre o que é preciso que aconteça para que a Rádio não acabe.

Antes da abordagem deste tema e como prometeu no programa anterior, o Provedor regressa ao tema do terceiro programa desta série especial: o melhor e o pior que se faz na Rádio de hoje, em particular na Rádio pública. A Antena Aberta e a Informação Desportiva na RDP são dois dos exemplos desenvolvidos por alguns dos convidados do Provedor, que volta à conversa com o antigo jornalista da RDP, hoje integrado na Missão das Nações Unidas no Chade, Rui Flores.

O programa inclui ainda depoimentos de António Luís Rafael, António Pedro, Artur Agostinho, Cândido Mota, Emídio Rangel, Igrejas Caeiro, João David Nunes, Joaquim Furtado, Joaquim Letria, João David Nunes, Luís Filipe Costa e Pedro Castelo.

O que falta à Rádio

Programa nº 5, emitido em 26 de Setembro de 2008

No final de uma série dedicada às opiniões de 21 antigos profissionais, o Provedor do Ouvinte da RDP faz o balanço do que foi dito. E apresenta um conjunto de sugestões e conselhos a quem faz a Rádio de hoje.

A rádio, se quiser sobreviver, precisa de criar uma corrente de afectos e capacidade para surpreender os ouvintes, defendem Emídio Rangel e João David Nunes.

Artur Agostinho, que entrou na Rádio em 1938, aconselha os profissionais de hoje a que não se acomodem e utilizem a concorrência da televisão e da internet para desenvolverem a criatividade e encontrarem “novas formas de expressão e de servir os ouvintes”.

Alguns dos convidados apontam ainda, como uma falha da rádio actual, a dramatização de contos e histórias morais breves e a ausência de programas infantis, além de um deficiente tratamento do som.

Respondem ao inquérito, neste quinto programa, Artur Agostinho, António Luís Rafael, Cândido Mota, Carlos Brandão Lucas, Emídio Rangel, Luís Filipe Costa, João David Nunes, Joaquim Furtado, Maria José Mauperrin, Mário Figueiredo, Pedro Castelo e Rui Flores.

Paralímpicos ou paraolímpicos?

Programa nº 6, emitido em 3 de Outubro de 2008

O programa de hoje é dominado pela polémica sobre o uso da palavra “paralímpicos”, em vez de “paraolímpicos”, pela generalidade da comunicação social portuguesa, e pelo uso da figura do direito de resposta pelo director de Informação da RDP, João Barreiros, após acusações por um antigo relator desportivo de que há cunhas e política no recrutamento de jornalistas desportivos para a rádio pública.

João Barreiros, que ocupa o cargo há uma dezena de anos, diz-se atingido pessoalmente e garante que, se for provado um único caso, demitir-se-á de imediato.

O Provedor informa que tanto ele como o seu colega da RTP, Paquete de Oliveira, recomendaram aos directores das estações públicas de rádio e televisão que os jornalistas passassem a utilizar a palavra paraolímpicos, tal como os dicionários de referência indicam e vários linguistas defendem.

Os responsáveis, porém, não seguiram a recomendação dos provedores, argumentando que a palavra paralímpicos é a usada quer pelos responsáveis desportivos quer pelo legislador, ao estabelecer a composição do Conselho Nacional de Desporto.

Este programa é o primeiro em que o provedor responde, no "ar", a perguntas dos ouvintes.

O peso do futebol na Antena 1

Programa nº 7, emitido em 10 e Outubro de 2008

A omnipresença do futebol nos noticiários da RDP, em particular da Antena 1, constitui o tema de fundo de Em Nome do Ouvinte.

A questão tem sido levantada por numerosos ouvintes, que se dizem desagradados com o peso do futebol nos alinhamentos dos noticiários da estação pública.

"Será que, no estado actual do nosso país, o que de mais importante acontece, e por isso, merecedor de notícias de abertura, são assuntos relativos a futebol?", pergunta o ouvinte Carlos Alberto Silva, de Aveiro.

Adelino Gomes faz-se eco ainda de duas outras questões polémicas, colocadas por ouvintes da rádio de serviço público.

A primeira foi levantada pelo ouvinte Nuno Miguel Andrade Ferreira, de Pinhal de Frades, Seixal, distrito de Setúbal, descontente com o facto de um dos comentadores da Antena 1 ter continuado a falar durante a execução do hino nacional, no último congresso do PSD.

A segunda, enviada da ilha do Faial, Açores, pelo ouvinte Francisco Medeiros, pretende saber por que é que a RDP indica os preços do crude em dólares e não em euros.

Crítica ao alinhamento de noticiários

Programa nº 8, emitido em 17 de Outubro de 200

É ou não despropositado que em plena crise financeira mundial, a Antena 1 dedique 14 dos cerca de 15 minutos de um dos seus noticiários mais importantes da manhã a falar de tudo menos dessa mesma crise? E que dos 14 minutos dedicados ao resto, quase metade seja futebol e questões conexas?

O provedor parte destas perguntas, postas pelo ouvinte Daniel Martins, de Lisboa, para questionar os responsáveis da estação sobre os critérios que presidem ao alinhamento dos noticiários da rádio pública.

O provedor elogia Júlio Isidro pela capacidade autocrítica demonstrada. Um ouvinte de Viana do Castelo censurou-lhe a passagem, na íntegra, de uma faixa de um disco do cómico francês Robert Lamoureux, cujas piadas eram difíceis de seguir pela generalidade do auditório. A atitude de Júlio Isidro constitui “um exemplo pela frontalidade com que assume ter cometido um erro”, sublinha.

Antenas 1 e 3 nos Açores, RDP África em todo o país

Programa nº 9, emitido em 24 de Outubro de 2008

Quais as limitações técnicas que impedem a escuta da Antena 3 e da Antena 1 “original” nos Açores? Por que razão a RDP África é ouvida em Lisboa, Coimbra e Faro e não no Porto?

O Provedor do Ouvinte da RDP aproveita perguntas colocadas por ouvintes de Vila Nova de Gaia e de S. Miguel, Açores, para questionar responsáveis da RDP sobre a impossibilidade de sintonizar a RDP África e as antenas 1, 2 e 3 em todo o território nacional.

Este programa integra ainda, como tema de fundo, os protestos de um invisual do Marco de Canaveses, indignado com os termos com que na linguagem corrente comentadores radiofónicos se referem a quem deveria merecer-lhes outra atenção e respeito.

O singular das estatísticas

Programa nº 10, emitido em 31 de Outubro de 2008

Formas erradas de pronunciar os “ésses” no final de certas palavras; o uso abusivo do verbo “conferir”, quando se trata de notícias; a insistência, errada, em colocar o verbo no singular quando o sujeito é constituído por uma expressão de percentagem com o numeral no plural – a língua portuguesa constituirá tema único do programa de hoje.

O provedor recorre, neste programa, às opiniões dos linguistas Maria Regina Rocha, consultora do programa Cuidado com a Língua!, da RTP, e co-autora, com José Mário Costa, do livro com o mesmo nome, editado pela Oficina do Livro, e Carlos Rocha, editor executivo do Ciberdúvidas.

O provedor mostra-se preocupado com a tendência, muito generalizada entre jornalistas e apresentadores, para colocar no singular verbos que deveriam obrigatoriamente estar no plural. Tal acontece em frases erradamente construídas como “dois em cada três portugueses não sabe...” ou “10 por cento não responde”.

A situação será diferente, esclarece Maria Regina Rocha, se o termo encaixado estiver no singular, pois o predicado concorda em número e género com esse termos encaixado: “53 por cento do corpo docente pensa que...”, “42 por cento da população está admirada...”, “mais de 60 por cento da vida é passada a trabalhar”.

Afunilamento ideológico na Antena 1

Programa nº 11, emitido em 7 de Novembro de 2008

O programa desta semana faz-se eco de protestos contra um alegado afinilamento ideológico favorável a posições mais à direita, entre os comentadores contratados pela rádio de serviço público.

Ouvintes queixam-se ainda da diminuição do tempo que lhes é reservado na Antena Aberta, programa transmitido em simultâneo pela Antena 1 e pela RTP N. Os mesmos ouvintes entendem que o actual esquema do programa favorece a presença de individualidades ligadas ao poder, o que redundaria, na opinião de um dos queixosos, que escreve do Porto, numa “redundante propaganda do regime”.

O provedor acolhe também as mensagens de um ouvinte que faz acusações de uma certa homofobia na informação da Antena 1, a propósito da forma como foi tratado o recente debate sobre o casamento de homossexuais, e responde às perguntas de um outro que pretende saber o que pensa sobre o facto de a jornalista Eduarda Maio ter passado a editar a informação da manhã no canal generalista da rádio pública, poucos meses depois de ter escrito a biografia do actual primeiro-ministro, José Sócrates.

Problemas técnicos na RDP

Programa nº 12, emitido em 14 de Novembro de 2008

Em Nome do Ouvinte divulga esta semana uma série de queixas sobre más condições de recepção das estações de serviço público de rádio. Um dos ouvintes considera mesmo que a justificação da RDP, respondendo que se trata de “problemas técnicos”, se torna num chavão “insultuoso”, já que aqueles problemas “persistem há muito”.

Ouvem-se as queixas de ouvintes do Porto, Espinho, Marvão e Faro. Responde aos ouvintes e ao provedor o director de Engenharia e Tecnologias da RTP, Francisco Mascarenhas.

Este responsável da empresa sustenta que não há dinheiro nem meios técnicos que garantam 100 por cento de cobertura do país, mas garante que os 1 500 quilómetros da rede de feixes hertzianos que a RDP instalou têm uma fiabilidade de cerca de 99,9 por cento. Isto significa no total, porém, “vários minutos” e “muitos ouvintes” afectados.

Francisco Mascarenhas revela que há um atraso de um ano na instalação de um novo sistema, via satélite, de distribuição do sinal das emissões das estações da RDP, imputável às empresas internacionais contratadas, e que o problema foi remetido para as “instâncias próprias”, para decisão.

O programa desta semana inclui ainda um esclarecimento de Luís Caetano, sobre o regresso do programa "Um Certo Olhar". O programa, transmitido às 10h00 de Domingo na Antena 2, tem um novo painel de comentadores, constituído por Luísa Schmidt, Carla Hilário Quevedo, Francisco José Viegas e Luís Caetano (moderador).

O fracasso do DAB

Programa nº 13, emitido em 21 de Novembro de 2008

Segundo programa dedicado a problemas de sintonização das emissões das sete estações da RDP. O Provedor aproveita para pedir ao director de Tecnologias da RTP, Francisco Mascarenhas, que faça um ponto de situação sobre o sistema DAB, cujo lançamento a RDP liderou em finais da década de 1990. O responsável técnico da empresa reconhece que a iniciativa "foi um fracasso" em Portugal, em consonância com o que tem acontecido em países como a Espanha ou a França, mas em contraste com o que ocorre em países como a Grã-Bretanha ou a Dinamarca.

Temperaturas em Ponta Delgada

Programa nº 14, emitido em 28 de Novembro de 2008

Há ou não há, na rádio pública, um tratamento privilegiado para Lisboa, Porto e Faro, quando se trata de divulgar o estado do tempo e as temperaturas no país?

Por que razão a RDP indica, por sistema, as máximas previstas para Ponta Delgada e não também as temperaturas em Angra do Heroísmo e na Horta, cidades onde estão sedeadas, igualmente, figuras ou instituições do poder autónomo dos Açores? Porquê alguns insistem em chamar a Ponta Delgada a capital dos Açores?

As perguntas dos ouvintes são respondidas pelo apresentador do programa da manhã da Antena 1, António Macedo, e pelo director da RDP Açores, Pedro Bicudo.

Trânsito e falsas coloquialidades

Programa nº 15, emitido em 5 de Dezembro de 2008

Os problemas do trânsito na 2ª circular ou na VCI, para quem vive em Faro ou em Bragança...Excessos de coloquialidade lisboeta para quem ouve na Guarda ou em Viana do Castelo...

Estes dois temas, levantados por um ouvinte da Antena 3, no Algarve, preenchem a edição desta semana do programa Em Nome do Ouvinte.

Os desabafos do ouvinte dão pretexto para uma conversa com o chefe do Serviço Nacional de Trânsito, António Torrado, e com o director-adjunto da Antena 3, José Mariño.

O provedor fornece alguns exemplos de modos de comunicar que ao contrário de seduzir, como pretendem os seus autores, afastam e até irritam os ouvintes que escutam a emissão fora dos grandes centros populacionais.

Excessos de linguagem no Esplendor de Portugal

Programa nº 16, emitido em 19 de Dezembro de 2008⁴¹

Vários ouvintes questionaram o Provedor sobre o termo do programa História Devida. Nas mensagens recebidas havia um sentimento de desilusão ou desagrado pelo fim do programa, bem como a expressão do desejo de que este regressasse à antena.

Ouvintes do Esplendor de Portugal – um programa semanal, da responsabilidade de Rui Pêgo – manifestaram também o seu desagrado ao Provedor. Um deles ... o primeiro a contactar o Provedor, logo no início do mandato deste... pediu medidas adequadas perante os excessos de linguagem que ouviu na emissão de 3 de Julho. Outros ouvintes voltaram a fazê-lo, a propósito de dois programas posteriores.

O Provedor deu-lhes razão, embora verberasse os termos xenófobos que fundamentavam algumas das queixas, nisso concordando com o realizador do programa.

⁴¹ Por razões de programação (transmissão em directo da votação do Orçamento para 2009, na Assembleia da República), a emissão de 12 de Dezembro de Em Nome do Ouvinte foi adiada para esta semana.

Anexo D – O ponto de vista de grandes nomes da Rádio

Transcrição integral dos primeiros cinco programas, em que incluí o essencial do pensamento de 21 antigos profissionais da Rádio ligados à RDP.

Programa nº 1 – 29.Agosto.2008

A – Medley histórico	01:07	Jaime da Silva Pinto, Fernando Pessa, Júlia Maria, Jorge Dias, Manuela Arraiano
----------------------	-------	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Antes de começar a responder, no “ar”, os ouvintes, Adelino Gomes dedica uma série de quatro programas ao modo como nomes marcantes da rádio que se fazia em Portugal e nas suas antigas colónias ouvem e acompanham programas e noticiários da rádio pública que se faz hoje.

Provedor – Convidei 21 antigos profissionais a dizerem, publicamente, o que pensam sobre a rádio de hoje.

Em particular aquela que se faz nas sete estações do serviço público de radiodifusão, cujo trabalho me compete seguir com ouvidos mais críticos.

As suas idades vão dos 37 aos 91 anos.

Trazem-nos a memória vivida de sete décadas de rádio em Portugal e nas colónias.

Apresento os que vamos ouvir no programa de hoje:

B – Artur Agostinho Eu entrei para rádio porque criei os meus mitos, os meus exemplos, as minhas referências. O Fernando Pessa foi a primeira grande referência que eu tive, depois o Olavo d'Eça Leal, o Jorge Alves, aquela gente desse tempo. E eu gostava de ser como eles, é aquela história que hoje acontece com os artistas, é a mesma coisa no teatro...	00:19	Artur Agostinho
---	--------------	-----------------

IB – Artur Agostinho, 87 anos. O mais completo homem da rádio portuguesa de todos os tempos.

C – Igrejas Caeiro (Indicativo “Companheiros da Alegria”)	00:10	Arquivo Histórico RDP
--	--------------	--------------------------

Provedor – Igrejas Caeiro, 91 anos. Aqui ouvido no indicativo de um dos programas mais populares da sua longa carreira de apresentador e realizador radiofónico.

Afastado da Emissora Nacional por ter apoiado listas da oposição, em 1948, e impedido de realizar espectáculos, em 1954, por ter elogiado Nehru, como estadista.

Foi director de programas da Emissora Nacional, a seguir ao 25 de Abril.

D – Maria Helena D’Eça Leal (Diálogos de Olavo D’Eça Leal)	00:10	Arquivo Histórico RDP
---	--------------	--------------------------

Provedor – Maria Helena D’Eça Leal, aqui com Igrejas Caeiro, num dos famosos diálogos de seu irmão Olavo.

Uma voz de oiro na Emissora Nacional, no Rádio Clube Português e na Rádio Comercial.

E – Luís Filipe Costa (Leitura de notícia no RCP)	00:10	Arquivo Histórico RDP
--	--------------	--------------------------

Provedor – Luís Filipe Costa. Fundou e dirigiu o Serviço de Noticiários do Rádio Clube Português, no início da década de 1960. Integrou a comissão administrativa da estação a seguir ao 25 de Abril de 1974.

F – Maria Júlia Guerra Eu sou uma ouvinte muito atenta e assídua e quase que apenas da Antena 2.	00:05	Maria Júlia Guerra
--	--------------	--------------------

Provedor – Maria Júlia Guerra – locutora, realizadora de programas e hoje formadora na área das técnicas vocais. Reformada da RDP desde 1993.

G – João David Nunes (Excerto do Programa Galileu/Galilei)	00:20	Arquivo Pessoal do Provedor
---	--------------	--------------------------------

Provedor – João David Nunes, 60 anos. Fundou e dirigiu a Rádio Comercial – canal da RDP que marcou a rádio dos anos 80 em Portugal.

<p>H – Cândido Mota</p> <p>A rádio tem que se transformar e está-se a transformar cada vez mais, a boa rádio, numa rádio de palavra: transmissão de ideias, transmissão de informação.</p>	<p>00:05</p>	<p>Cândido Mota</p>
---	---------------------	---------------------

Provedor – Cândido Mota, a voz mítica do programa Em Órbita, e um dos elementos da celebrada equipa de redactores-locutores do serviço de noticiários do Rádio Clube Português, antes do 25 de Abril.

<p>I – Mário Figueiredo</p> <p>Eu acho que inventei os <i>post-its</i> antes do tempo, porque colava pequeninos papéis à telefonia desde miúdo, com os programas que queria ouvir, as histórias do Silva Pinto, etc., eu seleccionava muito aquilo que queria ouvir. Nasci em 47, portanto não se podia ter a rádio ligada a qualquer hora, havia que poupar.</p>	<p>00:16</p>	<p>Mário Figueiredo</p>
--	---------------------	-------------------------

Provedor – Mário Figueiredo, 60 anos. *Porque Hoje é Sábado e Contraponto*, na Antena 1, programas principais em que participou ou que realizou. Também *Culturando*, no canal clássico da RDP, de que era director-adjunto quando se reformou, em meados da década de 1990, com 41 anos.

<p>J – Maria José Mauperrin</p> <p>Quando entrei para rádio em 1968, havia o culto das grandes vozes...</p>	<p>00:04</p>	<p>Maria José Mauperrin</p>
--	---------------------	-----------------------------

Provedor – Maria José Mauperrin.

Locuções e realização de programas na Emissora Nacional, Rádio Clube Português e Rádio Comercial.

Para esta última estação criou e realizou o programa *Café Concerto*, na memória ainda dos que ouviam rádio nos anos 80.

<p>K – Joaquim Letria</p> <p>Agora perdeu-se o hábito da <i>station identification</i>, ou de se dizer “está a ouvir a rádio tal”, a gente não sabe o que anda a</p>	<p>00:12</p>	<p>Joaquim Letria</p>
---	---------------------	-----------------------

ouvir, [mas] há uma que eu nunca me engano: é quando oiço o António Macedo, já sei que estou a ouvir a Antena 1.		
--	--	--

Provedor – Joaquim Letria, jornalista na secção portuguesa da BBC até ao 25 de Abril. Realização e apresentação de vários programas na Rádio Comercial e na Antena 1 da RDP.

L – Joaquim Furtado (Excerto da leitura de um comunicado do MFA)	00:05	Arquivo Histórico da RDP
---	--------------	--------------------------

Provedor – Joaquim Furtado começou a trabalhar na rádio em 1970. Ouvimo-lo na leitura do primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas, na madrugada do dia 25 de Abril de 1975. Esse momento constituiu o *ex-libris* de uma carreira radiofónica que teve nos noticiários do Rádio Clube Português e no programa Tempo ZIP da Rádio Renascença o seu primeiro cartão de visitas profissional.

Cortina 21 (Adelino Gomes, Em Nome do Ouvinte...)	00:05
--	--------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – A voz na Rádio – tema do primeiro programa do novo Provedor do Ouvinte.

IB – Adelino Gomes vai querer saber também se é melhor ou pior do que no tempo dos seus convidados o português falado pelas vozes da Rádio de hoje.

Provedor – Começemos pela questão da voz, que é quase um mito, neste meio.

A rádio é primeiro uma voz e só depois um programa?

Primeiro a forma e só depois o conteúdo?

O que é isso afinal de uma grande voz da Rádio?

M1 –Luís Filipe Costa Eu julgo que para a Rádio é precisa uma voz clara, distintiva, para que a gente perceba logo ao primeiro contacto com que estação emissora estamos a contactar e que seja também a voz de quem sabe ler e sabe ler bem. A voz corresponde a uma boa leitura.	00:20	Luís Filipe Costa
--	--------------	-------------------

<p>M2 – Maria Júlia Guerra</p> <p>Eu não vou discutir uma voz bonita ou feia. Isso é muito subjectivo. Mas clara, não se ouvindo a respiração, de uma maneira geral, não se atropelando, na fala, articulando bem as palavras. Tudo isso é fundamental.</p>	<p>00:13</p>	<p>Maria Júlia Guerra</p>
<p>M3 – Cândido Mota</p> <p>AG – Já não vivemos no tempo das grandes vozes? E isso é sentido como uma falta na rádio de hoje?</p> <p>CM – Se eu tivesse uma empresa de entregas ao domicílio por estafetas, não iria, por muito respeito que essas pessoas me mereçam, não iria buscar hemiplégicos para fazer esse trabalho. Pô-los-ia a fazer outra coisa qualquer, mas não os punha com certeza a correr no meio do trânsito de bicicleta ou de mota para ir fazer as entregas. Da mesma forma, faz-me uma certa confusão como é que se vai buscar uma pessoa que é gaga ou belfa ou qualquer coisa assim do género para fazer... <i>paga fazed pogamads de gádio</i>. Não consigo perceber.</p>	<p>00:43</p>	<p>Cândido Mota</p>
<p>M4 – Artur Agostinho</p> <p>Isto é como no teatro, oh Adelino, onde há actores, há grandes actores e atrizes que são excelentes, mas que não “passam” do palco para a plateia. Não ultrapassam, dizia-se no meu tempo, o pano de ferro, aquele pano que protegia dos incêndios. E portanto, este espírito de comunicação, essa comunicabilidade era importante. A voz poderia ser suplantada a qualidade em benefício da capacidade de comunicar.</p>	<p>00:25</p>	<p>Artur Agostinho</p>
<p>M5 – Maria José Mauperrin</p> <p>MJM – Quando entrei para rádio, em 1968, havia o culto das grandes vozes. Tanto que eu sofri muito com a minha...</p> <p>AG – Não acredito...</p> <p>MJM – É verdade. O Luís Filipe Costa costumava dizer que nós éramos as duas vozes mais feias da rádio. Porque as pessoas implicavam muito com os nossos tons, com o nosso timbre. As mulheres nessa altura eram as vozes doces, encantatórias, que é coisa que eu não tenho. O que é importante era a presença da voz, o que é que a voz está a transmitir? O que é que a gente sente quando se está a ouvir uma voz.</p>	<p>00:36</p>	<p>Maria José Mauperrin</p>

<p>M6 – João David Nunes</p> <p>Não sei. Acho que é completamente impossível definir o que é uma grande voz. Uma grande voz é aquela que se impõe por si, que tem um colorido especial, que é facilmente identificável. No que diz respeito à Rádio, que seja aquilo que muitos classificam como uma voz redonda, agradável, de companhia...</p>	<p>00:25</p>	<p>João David Nunes</p>
---	---------------------	-------------------------

<p>M7 – Mário Figueiredo</p> <p>MF – A concepção de uma grande voz, em 1974, era uma voz, daquilo a que nós, de uma forma arrogante (os que não pertenciam à Emissora Nacional) dizíamos “os papagaios”. Era uma voz tonitruante, sem defeitos, bacteriologicamente pura.</p> <p>AG – Mas será que se passou do 8 para o 80, ou do 80 para o 8, e que hoje há um défice de vozes?</p> <p>MF – Até aí o jornalista da rádio escrevia e depois havia o locutor, que lia a notícia que o jornalista de rádio fazia. Em 74 houve, naturalmente, também aqui uma revolução e toda a gente achou que era muito melhor intérprete da sua notícia. Daí que tivesse, naturalmente, havido alguns excessos, pessoas que não tinham vozes minimamente capazes de irem para o microfone, acharam-se no direito, e ninguém se achou no direito de não permitir que eles fossem...</p>	<p>00:51</p>	<p>Mário Figueiredo</p>
---	---------------------	-------------------------

<p>M8 – Joaquim Letria</p> <p>Eu trabalhei uns anos na BBC e havia uma coisa muito interessante que eles recordavam e que nós, nos nossos cursos de produção (porque tínhamos cursos de produção longos, até <i>How to behave in front of a microphone</i>), havia uma coisa que eles recordavam sempre: era as emissões da BBC em que os <i>announcers</i>, os apresentadores, iam de <i>smoking</i>. É porque eles entendiam que uma pessoa de <i>smoking</i>, de facto, tem uma atitude diferente do que uma pessoa em mangas de camisa, e é verdade. E portanto isso influenciava o seu tom de voz e todo o tom de um programa que se pretendia que se tivesse uma determinada característica</p>	<p>00:46</p>	<p>Joaquim Letria</p>
--	---------------------	-----------------------

<p>M9 – Maria Helena D’Eça Leal</p> <p>Acho que a palavra é a coisa mais importante de tudo, e as pessoas quando falam têm de saborear as palavras. A palavra fez-se para se saborear, e quando eu oiço isso fico presa, fico entregue, digo assim “que bem que fala”. Como os nossos</p>	<p>00:21</p>	<p>Maria Helena D’Eça Leal</p>
--	---------------------	--------------------------------

actores e as nossas actrizes. Há gente nova agora cheia de qualidades.		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Helena D’Eça Leal, nesta definição saborosa do que é a voz em Rádio. Saborosa e optimista.

IB – Antes, ouvimos Joaquim Letria, Mário Figueiredo, Pedro Castelo*, João David Nunes, Maria José Mauperrin, Cândido Mota, Artur Agostinho, Maria Júlia Guerra e Luís Filipe Costa.

Provedor – Bela, agradável, cheia, expressiva, saborosa, mas acima de tudo capaz de comunicar – disseram-nos em resumo os convidados. Todos eles chegados ao microfone depois de prestarem provas, cujas dificuldades, no caso da Emissora Nacional, não desapareceram ainda da memória de Maria Júlia Guerra e de Artur Agostinho.

<p>N1 – Artur Agostinho</p> <p>Era preciso saber falar razoavelmente português, saber umas coisinhas de francês e de inglês, havia umas provas, para isso, escritas e uma prova oral. Depois havia a prova do improviso, em que uns se saíam melhores do que outros, evidentemente, porque havia bons locutores que não eram capazes de improvisar, mas havia outros que improvisavam. Davam um tema e faça aí uma reportagem, suponha que está no Terreiro do Paço a fazer a inauguração de não-sei-quê, ou a chegada da Rainha Isabel.</p>	00:26	Artur Agostinho
---	-------	-----------------

<p>N2 – Maria Júlia Guerra</p> <p>Lembro-me como se fosse hoje: estava sentada, assim, num estúdio, sozinha, entra alguém, dá-me um sobrescrito, “quando lhe dissermos, daquele lado do vidro, quando lhe fizermos sinal, abre e lê o tema que tem que desenvolver”. Para surpresa minha, o tema era a chegada da equipa de futebol ao aeroporto de Lisboa, depois de ter vencido o Campeonato do Mundo à equipa do Brasil. E eu perguntei assim: “Dão-me licença? Eu posso dizer que ganhámos por 21-2?” “O que quiser”. Então foi óptimo, porque eu não falei de futebol. Falei dos técnicos dos vários países, que aguardavam no aeroporto a chegada dos</p>	01:29	Maria Júlia Guerra
--	-------	--------------------

<p>futebolistas, para saber que alimentação é que eles tinham tido, que exercícios é que eles tinham para terem resistido tanto àquela equipa valorosa do Brasil, e para terem ganho daquela maneira. E foi assim que me mandaram calar, que já chegava. Mas depois disso, o que é muito interessante, tínhamos uma prova curiosa – não havia ainda vídeo, nada disso – e então tínhamos uma maquineta que alguém rodava e que nos dava uma imagem. Suponhamos, uma praia, pessoas a tomarem banho. Tínhamos de falar sobre isso. Quando estávamos a falar, quando estava, cada uma das pessoas, era um tema diferente, aparecia por exemplo um avião já numa floresta. Portanto tínhamos de fazer uma ligação da praia com a floresta, com o avião, e assim sucessivamente. Coisas mesmo diabólicas...</p>		
---	--	--

AR – Maria Júlia Guerra. Antes, ouvimos Artur Agostinho.

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – E a língua portuguesa – é mais ou é menos respeitada hoje, na Rádio? Cândido Mota, Maria Júlia Guerra, Maria José Mauperrin, Pedro Castelo* e Igrejas Caeiro não perdoam e assestam baterias para todo o lado.

<p>O1 – Igrejas Caeiro</p> <p>AG – Fala-se mal português, hoje, na Rádio?</p> <p>IC – Eu acho que sim, muito mesmo, e isso é grave. Porque, mesmo pessoas muito importantes não sabem falar. É evidente, há pessoas de grande categoria... Antes, as pessoas tinham cuidado de ler e de falar.</p> <p>AG – Será... O defeito é da Rádio, é dos professores, da família... É de quem?</p> <p>IC – É um bocado de todos, não é?</p>	00:29	Igrejas Caeiro
--	--------------	----------------

<p>O2 – João David Nunes</p> <p>Tudo o que meter comunicação e utilização da língua tem qualidades e tem defeitos. Infelizmente há, do meu ponto de vista, uma tendência para que a qualidade venha diminuindo.</p>	00:15	João David Nunes
--	--------------	------------------

<p>O3 – Cândido Mota</p> <p>Estou farto de ouvir as pessoas a dizerem que fulano tal cumpriu <i>com</i> o seu dever, estou farto de ouvir dizer das pessoas as maiores patacoadas que se possam imaginar...</p>	00:09	Cândido Mota
--	--------------	--------------

<p>O4 – Maria José Mauperrin</p> <p>Não se fala mal na rádio, fala-se em toda parte. O primeiro-ministro deste país diz <i>precaridade</i> – já para não falar no <i>entretimento**</i>, que pode ter sido um lapso, não é?</p>	<p>00:12</p>	<p>Maria José Mauperrin</p>
--	---------------------	-----------------------------

<p>O5 – Maria Júlia Guerra</p> <p>AG: Fala-se hoje melhor ou pior na Rádio?</p> <p>MJG: Ah, muito pior... que horror... Mas toda a gente fala pior, não é? Até se aprende com os grandes mestres... Portanto, fala-se muito mal, não há nenhum cuidado com a Língua Portuguesa, o que é lamentável.</p>	<p>00:15</p>	<p>Maria Júlia Guerra</p>
--	---------------------	---------------------------

<p>Base musical</p>	<p>Para manter durante as locuções</p>
---------------------	--

IB – Apesar das críticas, nem todos os antigos profissionais ouvidos pelo Provedor do Ouvinte concordam que a língua portuguesa seja menos respeitada hoje, na Rádio, do que no passado.

Provedor – Cândido Mota e Luís Filipe Costa lembram a existência de um “filtro natural” que actuava nas estações: a figura respeitada de um profissional mais velho.

<p>P1 – Cândido Mota</p> <p>O que eu tenho é a impressão que faz falta neste momento é o <i>filtro natural</i> que havia antigamente. Tu lembras-te, aqui há uns anos, quando nós trabalhámos juntos, no Rádio Clube e em todo o lado, havia pessoas que, meu Deus!, eram abaixo de tudo. Mas o que é um facto é que havia uns <i>filtros naturais</i> que faziam com que essas pessoas naturalmente dessem à costa como aquilo que não pertence ao mar e o mar deita fora para a praia, percebes? Hoje em dia estão a faltar <i>filtros</i>, é só isso</p>	<p>00:25</p>	<p>Cândido Mota</p>
--	---------------------	---------------------

<p>P2 – Luís Filipe Costa</p> <p>Antigamente nós tínhamos homens como o Jaime Silva Pinto, vultos que nos diziam “Não digas isso, não faças assim.” A figura <i>paternal</i> desapareceu e essa figura paternal era boa neste sentido: “Olha, não digas <i>dignatários</i>, diz <i>dignitários</i>”, e coisas assim...</p>	<p>00:15</p>	<p>Luís Filipe Costa</p>
---	---------------------	--------------------------

<p>Base musical</p>	<p>Para manter durante as locuções</p>
---------------------	--

Provedor – Ficou famosa uma lista de erros graves, alguns também grosseiros, cometidos na Rádio nos anos que se seguiram ao 25 de Abril. Nos dias que antecederam a gravação deste seu depoimento, o autor da lista, Joaquim Furtado, ouviu a RDP com maior atenção. Da escuta não saiu uma nova lista de erros de palmatória, mas ficaram alguns apontamentos a merecerem a atenção dos profissionais e dos responsáveis.

<p>Q – Joaquim Furtado</p> <p>Evidentemente que ouço erros de Português, apesar de tudo, com frequência, e sendo as estações com o perfil que têm talvez até mais inadmissíveis esses erros, mas realmente não com a frequência nem com, talvez, o grau de gravidade que tinham há alguns anos. Mas, por exemplo, hoje é muito frequente ouvir erros como <i>as gramas</i>, não é?, <i>as gramas</i> que... Qualquer dia, alguém que diga <i>o grama</i> é considerado um ignorante. Ou, por exemplo, a palavra <i>ênfase</i> muito usada no masculino; ou, por exemplo, <i>a rúbrica</i> em vez de <i>rubrica</i>; a habitual confusão entre <i>minorar</i> e <i>minimizar</i>, que são palavras que são frequentemente usadas para significar a mesma coisa, quando elas por vezes significam o contrário. Também é preciso ver, evidentemente, que não estamos aqui a considerar aspectos que às vezes podem ser, por alguns ouvintes mais exigentes, considerados erros e que talvez não sejam, isto é: a linguagem oral admite algumas imperfeições relativamente, digamos, ao padrão escrito, e portanto isso deve ser considerado.</p>	<p>01:06</p>	<p>Joaquim Furtado</p>
--	---------------------	------------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Antes ainda de começar a responder de viva voz, no “ar”, às mensagens dos ouvintes, Adelino Gomes apresenta uma série especial com opiniões sobre A RÁDIO DE ONTEM E DE HOJE. Com um olhar particular para aquilo que se passa nas estações de Serviço Público.

IB – Hoje, os temas foram as vozes e o modo como a língua portuguesa é tratada pelos que falam ao microfone.

AR – No próximo programa, o segundo desta série especial, o Provedor do Ouvinte traz-nos o ponto de vista de profissionais que chegaram de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, por alturas do 25 de Abril de 1974.

2	GENÉRICO Final	00:25
---	----------------	-------

Duração final – 19'58"

* Referido por lapso neste programa. Pedro Castelo participa em algumas das próximas emissões desta série especial de *Em Nome do Ouvinte*, mas a sua participação neste primeiro programa foi cortada já em pós-produção, por razões de tempo.

** Lapso da depoente: *entretimento* está registado nos dicionários como equivalente a *entretimento*.

Programa nº 2 – 5.Setembro.2008

<p>A – Medley histórico</p> <p>Rádio Clube da Huíla, por Pereira Monteiro, e despedidas no Rádio Clube de Moçambique, por Manuela Arraiano.</p>	<p>00:42</p>	<p>www.esnips.com/web/MundoDaRadio Arquivo Rádio Moçambique</p>
--	---------------------	--

<p>Base musical</p>	<p>Para manter durante as locuções</p>
---------------------	--

AR – Nas ex-colónias portuguesas de África e em particular nas infindáveis distâncias geográficas de Angola e Moçambique a Rádio desempenhava um papel decisivo na aproximação entre as pessoas e as comunidades. Ainda hoje, de resto.

IB – Quem eram os grandes nomes que estavam ao microfone nos rádio-clubes e nas emissoras oficiais de Angola, de Moçambique, de S. Tomé e Príncipe?

Que Rádio se fazia nos territórios ultramarinos, hoje países independentes?

Que Rádio os profissionais de então vieram encontrar na metrópole?

Qual o papel desses profissionais na Rádio que passou a fazer-se em Portugal, a partir de finais da década de 1970?

AR – Estas as principais perguntas para as quais o Provedor do Ouvinte, Adelino Gomes, procura resposta, neste segundo programa da série dedicada à opinião de antigos profissionais sobre a Rádio que se faz em Portugal.

Provedor – Para o programa de hoje, convidei seis figuras que sobressaíram no panorama radiofónico ultramarino e, posteriormente, na Rádio que se passou a fazer em Portugal depois do 25 de Abril de 1974.

Hoje encontram-se afastadas dos microfones, algumas já há bastantes anos, mas muitos ouvintes de lá e de cá vão recordar-se certamente de todos ou de quase todos estes nomes: Carlos Brandão Lucas, Emídio Rangel e Maria Dinah (Angola); Vítor Nobre (S. Tomé e Príncipe); e, de Moçambique, António Luís Rafael e Manuela Arraiano, a

senhora da voz fresca e jovem que ouvimos no início deste programa a dar as boas-noites, durante anos, a milhares e milhares de ouvintes do então Rádio Clube de Moçambique, hoje Rádio Moçambique.

Fazia-o à hora de fecho de emissão, que começava com o toque de sentido e terminava com o hino nacional.

<p>B – Manuela Arraiano</p> <p>Excerto do documento original das despedidas do Rádio Clube de Moçambique (fade out lento)</p>	<p>00:14</p>	<p>Arquivo Rádio Moçambique</p>
--	---------------------	---------------------------------

<p>Base musical</p>	<p>Para manter durante as locuções</p>
---------------------	--

AR – Voltaremos a ouvir mais dilatadamente no final do programa de hoje esta gravação histórica, que nos foi enviada por Rádio Moçambique, a quem agradecemos.

IB – A senhora desta voz, Manuela Arraiano, hoje octogenária, a residir em Bruxelas, vem daqui a pouco a esta antena, participar por telefone na evocação radiofónica daquele tempo, com outra figura cimeira do Rádio Clube de Moçambique, António Luís Rafael, cujo início profissional remonta a finais da década de 1940, em Lisboa.

<p>C – António Luís Rafael</p> <p>ALR – O Henrique Mendes começou a fazer locução no mesmo dia em que eu comecei, na antiga Rádio Peninsular, na Rua Voz do Operário. E havia lá um programa de um professor de Linguística, que era o Professor Vasco Botelho do Amaral. E o programa chamava-se <i>As Intransigências do Senhor Caturra</i>. E eu comecei a fazer umas pontas de locução nesse programa com o Henrique Mendes.</p> <p><i>AG – Estamos em que ano?</i></p> <p>ALR – Estamos em 1948, finais de 48, porque eu pouco mais fiz do que isso. Ainda fui ao Clube Radiofónico de Portugal, onde estava também a dar os primeiros passos o Matos Maia, que eu conheci muito bem, e pronto, e depois aí acabou a minha aventura radiofónica. O meu pai já tinha estado anos antes em Moçambique e resolveu regressar. Deram-me a <i>chance</i> de concorrer à Rádio Clube de Moçambique, à primeira ainda não foi, mas entretanto abriu um outro concurso e eu concorri, fiquei em primeiro lugar. E entrei, e lá fiquei até Outubro de 1975.</p> <p><i>AG – Grandes diferenças entre essa Rádio que começaste a</i></p>	<p>02:25</p>	<p>António Luís Rafael Adelino Gomes</p>
--	---------------------	--

<p><i>fazer aqui e a Rádio que encontraste lá e que vieste a fazer lá?</i></p> <p>ALR – Sem qualquer espécie, digamos assim, de ideias pré-concebidas acerca de estabelecer paralelos entre as duas rádios, a rádio que eu fiz em Portugal era a rádio dos emissores associados, sabes tão bem como eu como funcionava, era um único emissor que servia para o Rádio Graça, Rádio Peninsular, era a Voz de Lisboa, era a Rádio de São Mamede, era a Rádio Restauração, o Clube Radiofónico de Portugal, era uma série delas, trabalhavam duas horas por dia cada um[a], essa era a rádio onde eu trabalhava. O que sobrava era a Emissora Nacional, extremamente formal nos seus formatos, porque era a emissora do Estado, o Rádio Clube Português, que já nesse tempo tinha muito boas emissões, e a Rádio Renascença, mas aí nunca tinha posto os pés. Portanto, o que eu fui encontrar foi um mundo novo e que considero superior, na altura, ao que se fazia na então denominada metrópole.</p> <p><i>AG – Em termos concretos o que é que era superior?</i></p> <p>ALR – Era superior a actualidade musical, era superior a qualidade dos estúdios, trabalhávamos num edifício que foi construído de raiz para a estação da rádio, as condições técnicas eram óptimas, o pessoal técnico era excelente, todo o material era sempre a última palavra, mal saía um microfone novo, um gira-discos novo e etc. Eram montados à experiência, depois eram capazes de alterar toda a nomenclatura dos estúdios, etc., e a qualidade da programação era sobretudo exigente. Aliás, nesse tempo a admissão na Rádio Clube Moçambique seguia o mesmo figurino da antiga Emissora Nacional: tinha prova de escrita, tinha prova de cultura geral, e só depois de passar essas duas provas, curiosamente, é que iam ver se a pessoa tinha uma boa voz, se tinha voz compatível para falar ao microfone.</p>		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Nesta conversa, sobre a rádio que se fazia em Moçambique nas décadas de 1950, 60 e 70 do século passado, António Luís Rafael evocou-nos um conjunto de grandes nomes, entre eles o de Manuel Arraiano, a quem nos apresentou por telefone e com quem lembrou tempos comuns da profissão.

<p>D – António Luís Rafael e Manuela Arraiano</p> <p>ALR – A Manuela Arraiano é uma rapariga que julgo que está</p>	<p>02:40</p>	<p>António Luís Rafael Adelino Gomes</p>
--	---------------------	--

<p>perto dos 80 anos de idade, se é que não os tem já. Estávamos em casa e sabíamos que ela estava a sorrir. Uma dicção admirável, olha, era uma mulher que em qualquer estação de Rádio faria carreira, sem sequer dúvidas algumas. Muito culta, que, pronto, fez o trabalho que tinha que fazer até à descolonização, ela era casada com um cidadão italiano, depois da descolonização, julgo que foram para Itália, ele julgo que também faleceu, e julgo saber agora que ela vive na Bélgica. Creio que em Bruxelas.</p> <p>AG – <i>Vamos ligar-lhe.</i></p> <p>ALR – Vamos ligar-lhe!</p> <p>AG – Alô?</p> <p>MA – Alô?</p> <p>ALR - Estou a falar com a Manuela Arraiano?</p> <p>MA – Sim.</p> <p>ALR – Minha querida, está a falar-te o António Luís Rafael.</p> <p>MA – Ah. Porquê?</p> <p>ALR – Porquê? Ainda te lembras de mim?</p> <p>MA – Muito bem.</p> <p>ALR – Ah...</p> <p>AG – E eu posso explicar agora o resto.</p> <p>ALR – E agora o Adelino Gomes vai explicar o resto, porque ele é que é o dono do programa, não sou eu.</p> <p>AG – Nós estamos a fazer um programa a evocar a rádio que se fazia, há 40, há 50 anos, tanto aqui, na então metrópole, como em Angola, Moçambique... E o António Luís Rafael, quando eu lhe pedi que viesse aqui recordar essa rádio, recordou-se de imediato do nome da senhora.</p> <p>MA – Sim?</p> <p>AG – <i>Eu nunca a ouvi na Rádio, mas gostava, no fundo, que a senhora nos dissesse, aqui em conversa com o António Rafael, que memórias guarda dessa Rádio que fazia em Moçambique.</i></p> <p>MA – Olhe, muito boas. Nós tínhamos poucos recursos. Eu estive na BBC, e vi o trabalho da BBC, e até me vieram as lágrimas aos olhos. Porque nós fazíamos [o] Teatro em Sua Casa com pouquíssimos recursos, e a BBC tinha tudo pronto, tudo preparado, todos os truques já preparados, e tinham mestres na recitação, que eram actores célebres. E nós com o nosso modesto contributo lá fazíamos um teatro que não foi mau. Ficou na memória de todos o Teatro em Sua Casa.</p> <p>ALR – Nós tínhamos um estúdio para teatro, que estava ao lado da cabine onde se faziam as emissões do programa C, que era um estúdio equipado com diversos materiais para poder fazer teatro: tínhamos piso de areia, piso de terra, portas</p>		<p>Manuela Arraiano</p>
---	--	-------------------------

<p>a abrir e a fechar, campainhas... Lembras-te?</p> <p>MA – Sim lembro, mas era muito modesto, em comparação com o que tem a BBC.</p> <p>ALR – Ah claro, mas tínhamos em compensação um grande edifício, que era muito bonito e foi feito da raiz para rádio, não era uma casa alugada.</p> <p>MA – Pois era.</p>		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Manuela Arraiano, em conversa com o seu antigo companheiro radiofónico António Luís Rafael e com Adelino Gomes

Cortina (Em Nome do Ouvinte, o Programa do Provedor do Ouvinte...)	00:05
---	--------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB – Antes de começar a responder directamente no “ar” aos ouvintes, o novo provedor da RDP, Adelino Gomes, dedica uma série de quatro programas especiais ao modo como 21 de figuras da Rádio ouvem e acompanham programas e noticiários da Rádio Pública que se faz hoje em Portugal.

Hoje, seis delas evocam a Rádio que faziam em Moçambique, em Angola (dentro de alguns minutos) e em S. Tomé e Príncipe, já a seguir.

AR – Vítor Nobre foi durante uma década locutor, apresentador e entrevistador no Rádio Clube de São Tomé e Príncipe, uma estação privada que emitia apenas em Onda Média, mas cujo raio de acção não atingia o Príncipe.

IB – Em conversa com o Provedor, Vítor Nobre evoca o tipo de rádio que fazia num arquipélago onde a música clássica passou a ocupar, em meados da década de 1960, seis horas de programação.

E onde todos os anos se transmitia, do cinema Império, um concerto de Sequeira Costa, em homenagem ao seu mestre Viana da Mota, nascido na são-tomense Vila da Trindade

<p>E – Vítor Nobre</p> <p>VN – Em São Tomé e Príncipe, em 1962, havia o Rádio Clube de São Tomé, que eu presumo não se ouvir muito bem na Ilha do Príncipe, era mesmo na Ilha de São Tomé, fundamentalmente. Onda Média, só Onda Média...</p>	02:38	Vítor Nobre Adelino Gomes
--	--------------	------------------------------

<p><i>AG – Rádio privada?</i></p> <p>VN – Rádio privada, um rádio-clube. Eu acho que a Emissora Nacional toma conta do Rádio Clube, transformando-o em Emissor Regional de São Tomé e Príncipe, a exemplo do que terá acontecido também na Guiné, lá mais para 1967, 1966, não me lembro bem.</p> <p><i>AG – E essa rádio que a Emissora Nacional leva para lá vai ser muito diferente daquela que se fazia no Rádio Clube?</i></p> <p>VN – Não. Há só um particularismo que é melhorar condições técnicas, colocar FM, e criar um Programa 2, o que é uma coisa muito estranha para São Tomé e príncipe, porque...</p> <p><i>AG – Música clássica?</i></p> <p>VN – Música clássica, a maior parte do tempo pré-gravada, com pouca presença de locutores ao microfone. Mas música clássica durante, também já não me recordo muito bem, mas pelo menos durante 6 horas.</p> <p><i>AG – Retransmissão de Lisboa, ou não?</i></p> <p>VN – Autónomo! Um Programa 2, elitista – Beethoven, Mozart, etc., etc. – e para quem?, pergunto-me eu hoje, não é?, que assisti a concertos do Sequeira Costa, onde haveria na plateia do cinema Império para aí 30 pessoas...</p> <p><i>AG – Mas Sequeira Costa actuava em São Tomé?</i></p> <p>VN – Claro. Porque o seu mestre Vianna da Motta tinha nascido na Vila da Trindade e ele ia homenagear todos os anos – claro, com o cachet pago, presumo, pela Câmara Municipal ou pelo Governo – ia todos os anos fazer um concerto de homenagem ao seu mestre Vianna da Motta.</p> <p><i>AG – E então a rádio retransmitia o concerto?</i></p> <p>VN – Claro. E eu lembro-me de ter entrevistado o Sequeira Costa, pelo menos uma ou duas vezes, para o senhor falar da sua vida e do seu mestre e da música clássica.</p> <p><i>AG – Uma ideia da programação, para além das transmissões em directo de Sequeira Costa?</i></p> <p>VN – Muito dirigida à população autóctone, curiosamente. Porque nós passávamos música portuguesa, música africana – lembro-me de até hoje reter na memória um grande saxofonista, Manu Dibango – música tradicional de São Tomé e Príncipe que não era editada em disco mas em fita. Lembro-me do conjunto Leonino, do conjunto Maracujá, dos Untué, que tinham um vocalista famosíssimo na terra, que era um negro bonito que fazia grande furor no meio das mulheres. Ou seja, havia essa preocupação de transmitir, a par da música portuguesa – os Tony de Matos da altura, Simone de Oliveira, etc., etc., a música tradicional de São Tomé.</p>		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – A Rádio de São Tomé e Príncipe na memória de Vítor Nobre.

IB - Em conversa com o Provedor do Ouvinte, Adelino Gomes, o antigo locutor do emissor regional recorda os momentos em que a modorra colonial radiofónica do pequeno arquipélago foi acordada pelas guerras do Biafra e dos Seis Dias e pela deportação de Mário Soares, cuja filha Isabel passou a dada altura a acorrer diariamente aos estúdios, à hora do noticiário.

<p>F – Vítor Nobre</p> <p>VN – A informação... Havia o problema das fontes. Mas havia uma fonte que era sagrada, que eram os noticiários da Emissora Nacional que nós gravávamos...</p> <p>AG – <i>Eram transmitidos todos lá?</i></p> <p>VN – Não. Gravávamos, passávamos ao papel – porque quem fazia os noticiários éramos nós, os locutores. Copiávamos da gravação – com uma maquina da Phillips que, ainda me lembro, tinha uns pedais tipo acelerador, travão – e nós passávamos, às vezes arranjávamos... A Guerra dos Seis Dias: eu lembro-me, eu e o Raul Cardoso, que ainda está por aí vivo, nós durante 6 dias ouvíamos os noticiários possíveis e imaginários... Também da BBC de Londres, dos alemães... Tudo o que era português. Só não podíamos era ouvir nem a rádio Moscovo nem a rádio Pequim...</p> <p>AG – <i>E a guerra do Biafra que tinha sido antes e a que São Tomé estava de algum modo ligada?</i></p> <p>VN – Tabu! Tabu, não se podia falar! Como não se podia falar da presença de Mário Soares quando esteve exilado na mesma altura... O Mário Soares era uma notícia presente nas Avenidas, acompanhado pelo polícia político atrás, pelo agente da PIDE, não é? Enquanto lá esteve o Mário Soares, nós sabíamos quem era o Mário Soares, sabíamos quem lhe dava explicações de francês e de Inglês, o professor Miranda. Sabíamos qual era o carro do Mário Soares, um velhinho Volkswagen. Mas nunca ninguém falou com ele.</p> <p>AG – <i>Vocês eram fonte de informação do Dr. Mário Soares.</i></p> <p>VN – Sim, de certa maneira.</p> <p>AG – <i>Como?</i></p> <p>VN – Nomeadamente, sobre o estado de saúde do Professor Salazar. «O Professor Salazar continua apirético, não-sei-quê, tem melhoras, não tem melhoras, e tal...» E a gente lia aquele comunicado. A seguir entrava a filha do Mário Soares, depois do noticiário, e vinha o contínuo lá da rádio – Minamale, era assim que se chamava: «Siô Nobre, está ali a filha do Mário Soares!», «Mande entrar.» Ela entrava para a cabine onde eu estava, que era um estúdio auto-operado, dava-lhe folhas de</p>	<p>02:34</p>	<p>Vítor Nobre Adelino Gomes</p>
---	---------------------	--------------------------------------

<p>papel, a esferográfica <i>bic</i>, [e] ela transcrevia as notícias, o estado de saúde, para levar ao pai. Curiosamente, há uma noite em que o boletim de saúde tinha para aí três folhas e a Isabel demorou muito tempo a copiar tudo, não é?, porque não havia máquina de fotocopiar, portanto ela tinha que copiar. E lembro-me do Mário Soares chegar ao ‘aquário’ da cabine e bater no vidro: «Oh Isabel, então?» e ela abriu a porta e disse: «Oh pai, hoje há muitas e boas notícias.» O Salazar estava quase a morrer, eu presumo...</p> <p><i>AG – E a polícia política deixava-o ir ao emissor regional?</i></p> <p>VN – Deixava. Andava atrás, a uma distância de 10, 15 metros. Saía a Isabel e entrava o agente da polícia política: «Ah desculpe eu sei que teve aqui a Isabel, posso saber o que teve a fazer?» «Esteve a ler as notícias, sobre o estado de saúde do Salazar.» «Pronto, ok, obrigado.» Era para fazer o relatório...</p>		
--	--	--

IB – S. Tomé e Príncipe, antes da independência.

Conversa de Vítor Nobre com o Provedor do Ouvinte da RDP, Adelino Gomes, que pediu ao seu interlocutor que comparasse a rádio que fazia no Emissor Regional daquele arquipélago com aquela que veio encontrar na Emissora Nacional, em 1972.

<p>G – Vítor Nobre</p> <p>VN – Eu acho que a Rádio em São Tomé nessa altura era muito autêntica, do ponto de vista da população, ou seja: havia uma preocupação – não sei se havia directivas, eu presumo que não porque tínhamos, digamos, a liberdade que era possível ter na altura – sobre conteúdos. Eu lembro-me de em 1966, depois de ter feito a tropa em Nova Lisboa durante 9 meses, ouvir um programa chamado “O Puzzle da Rádio”, que era uma espécie de uma gincana comandada pela Rádio, e adaptei a São Tomé e fiz um “Puzzle da Rádio” em São Tomé. É evidente que os participantes eram os europeus, porque os são-tomenses não tinham carro, não é? Foi uma festa na própria cidade. Portanto, havia esse tipo de liberdade, e a programação musical... Nós passávamos a Miriam Makeba, que estava completamente expulsa da África do Sul, e nós passávamo-la. Mas havia, digamos, a preocupação de satisfazer os ouvintes africanos, até porque à noite chegámos a ter discos pedidos durante 2 a 3 horas.</p> <p>Quando chego a Portugal, eu noto que é tudo muito diferente, é natural. Porquê? Porque há mais música estrangeira, mas, digamos, é muito pouco portuguesa a programação das rádios aqui em Portugal. Aliás eu tenho ainda hoje muitas saudades de música italiana, da música francesa que a rádio em Portugal passava. E nós praticamente só passávamos música Portuguesa e música de São Tomé e Príncipe.</p>	<p>01:29</p>	<p>Vítor Nobre</p>
--	---------------------	--------------------

Nesse sentido eu acho que a rádio em São Tomé, tinha mais a ver com a terra do que a rádio aqui em Portugal.		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Vítor Nobre, a rádio em Portugal e em S. Tomé e Príncipe, por alturas de 1972.

Cortina (Em Nome do Ouvinte...)
--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB – Nestes seus primeiros encontros radiofónicos com o auditório das sete estações do Serviço Público de Rádio, o Provedor do Ouvinte, Adelino Gomes, está a apresentar uma série de programas com a opinião de antigos profissionais sobre a Rádio que se fazia no passado em Portugal e nas suas antigas colónias e a Rádio que se faz hoje.

H – Rádio Clube de Huíla Excerto de gravação - Fade out	00:14	Eunice Correia / Pereira Monteiro
---	--------------	--------------------------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor - Já ouvimos logo no início, parte desta gravação histórica porque rara de um dos pujantes rádio-clubes de Angola.

Nela se distingue a voz de Pereira Monteiro, um jornalista hoje reformado como chefe de redacção na RDP-Coimbra e que na altura chefiava os serviços de produção daquela estação angolana.

I – Emídio Rangel <i>AG – Emídio Rangel, que rádio era esta que vocês faziam no início dos anos 70, em Angola?</i> ER – É necessariamente uma Rádio que tem duas características muito especiais: primeiro era uma rádio feita em grande competição. Em Angola havia cerca de 16 a 18 estações de Rádio, em grande competição, havia um mercado publicitário activo, tem portanto publicidade que lhe permite fazer uma multiplicidade de coisas... Eu acho que em Angola, a PIDE, e outras estruturas semelhantes, não eram tão activas em relação aos meios de comunicação social. Havia necessariamente situações limite, em que eles actuavam, obviamente sem dó nem piedade, junto da comunicação social, junto dos jornalistas,	01:04	Emídio Rangel Adelino Gomes
--	--------------	--------------------------------

mas a acção da PIDE em Angola, do meu ponto de vista, é feita mais no sentido de perceber quem está na retaguarda e pertence aos Movimentos de Libertação, e portanto colabora com os Movimentos de Libertação. É uma intervenção voltada para a Guerra.		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Emídio Rangel deu os primeiros passos radiofónicos em Angola. Com pouco mais de 20 anos chefiava uma equipa de dezena e meia de pessoas sempre a girar, de Luanda aos Jogos Olímpicos de Munique ou a um qualquer grande prémio de automobilismo. Já na RDP, Rangel ganhou prémios nacionais e internacionais com reportagens de grande impacto, uma das quais objecto de tentativa de censura por parte da administração de então da empresa pública. Quase quatro décadas depois, regressou a Angola como consultor. Pretendi saber dele como viu a evolução da Rádio neste país.

<p>J – Emídio Rangel</p> <p>ER – Necessariamente, é uma Rádio que mostra algumas debilidades, mas, com inteira franqueza, acho que se faz uma Rádio interessante em Angola. Hoje, faz-se uma Rádio interessante em Angola. Faz-se uma Televisão péssima, e faz-se uma Rádio interessante.</p> <p>AG – <i>O que é que é péssimo em Televisão, e o que é interessante em Rádio?</i></p> <p>ER – A Televisão tem um total desacerto em relação aos seus públicos. Do ponto de vista informativo é uma estação em que as pessoas não acreditam, do ponto de vista do entretenimento, há ali uma desfasagem que é extraordinariamente complicada. Eu, de resto, devo dizer-te que não conheço nenhum país no mundo onde a estação com mais audiência não é a estação local. A estação com mais audiência em Angola é a Globo, e a segunda estação de Televisão em Angola com mais audiência é a Record. E depois é que aparece a TPA.</p> <p>AG – <i>E o que é que faz da diferença da Rádio?</i></p> <p>ER – A Rádio não perdeu, curiosamente, a sua escola. É preciso dizer que era um meio de informação predominante, com um grande peso e uma grande importância em Angola, era o mais importante. Havia o <i>prime-time</i> da Rádio, não era tanto o período da manhã, entre as 7 e as 10, era à noite, as famílias estavam... Os grandes programas faziam-se entre as 8 e as 10 da noite, portanto as famílias ouviam esses programas, e eram programas com grande peso. Portanto a situação alterou-se bastante. Mas acho que hoje se faz uma boa Rádio. Mesmo, por exemplo, a nível desportivo: há um canal que só faz informação desportiva em Angola, e que fazem informação, do meu ponto de vista,</p>	<p>02:35</p>	<p>Emídio Rangel Adelino Gomes</p>
--	---------------------	--

<p>bem-feita, acompanham tudo o que acontece, enfim, em termos globais, no planeta, mas sobretudo aquilo que acontece em Portugal. Sabem tanto ou mais do que nós aqui em Portugal, sobre o desporto em Portugal, estão completamente entrosados, informados sobre esta situação. E fazem uma Rádio muito viva, muito cheia de vivacidade, com uma marca muito importante. O que eu sinto é que aquela escola de Rádio não perdeu o seu vínculo, há ali uma passagem clara de uma geração para outra geração, que torna a Rádio muito melhor do que a Televisão.</p>		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Duas outras figuras da rádio angolana – estas com presença forte na Rádio Eclésia, estação ainda hoje em funcionamento e que na altura se ouvia já em todo o território – são Carlos Brandão Lucas e Maria Dinah.

Pedi a esta última que evocasse outras vozes que marcaram o tempo radiofónico dos últimos anos da presença portuguesa no país.

<p>K – Maria Dinah</p> <p>Alice Cruz, Rui Romano, o Ribeiro Cristóvão, que se fez em Angola, o Jorge Prestrelo, a Fátima Cid, o Emídio Rangel, o Fernando Cruz Gomes, o Pereira Monteiro, o Artur Peres, o Santos e Sousa que era o nosso mestre e um senhor.</p>	00:20	Maria Dinah
--	-------	-------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Maria Dinah, locutora e apresentadora ao lado de Carlos Brandão Lucas, com quem apresentou programas na RDP em finais da década de 1970. Pretendi saber junto de Carlos Brandão Lucas se essa Rádio, dispersa pelos distritos, comunicava, verdadeiramente, com os angolanos.

<p>L – Carlos Brandão Lucas</p> <p>CBL – Eu acho que comunicava, mas com os brancos. Sejam realistas.</p> <p>AG – Não havia uma rádio para os negros?</p> <p>CBL – Havia uma rádio para os negros.</p> <p>AG – Qual?</p> <p>CBL – Que era a Voz de Angola. Agora as outras transmitiam o Tony de Matos e Amália Rodrigues. Isto não é pejorativo em relação a eles,</p>	00:39	Carlos Brandão Lucas
--	-------	----------------------

evidentemente. Mas as próprias pessoas que estavam à frente dos programas não tinham na altura consciência do que. E mesmo que tivessem não deixariam que eles tivessem essa consciência. Portanto a rádio em Angola tinha uma função de unidade europeia, no sentido dos brancos de Portugal.		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Carlos Brandão Lucas, que acabamos de ouvir, veio marcar, com o seu estilo, a Rádio que se passou a fazer na nacionalizada RDP, onde ingressaram também Maria Dinah e Emídio Rangel.

Todos eles concordam com António Luís Rafael, que assinala o maior à-vontade e dinamismo da Rádio que se fazia em Angola e em Moçambique.

Emídio Rangel aponta, a este propósito, a falta de memória daqueles que elogiam a Rádio que se fazia em finais daquela década em Portugal

M – Emídio Rangel Às vezes vejo pessoas a fazer o elogio dessa época. Evidentemente [que] nessa época, como em todas as épocas, há sempre excepções, há pessoas com grande mérito, com grande qualidade, que conseguem abrir espaços, que acho que no fundo são espaços de respiração da própria Rádio. Mas a Rádio em si era uma rádio muito institucional, muito pesada, muito feita com regras pré-estabelecidas, a informação muito marcada, muito oficial: a notícia do sr. Presidente da República, a segunda notícia tinha que ser a notícia do sr. Primeiro-Ministro, a terceira notícia tinha que ser a notícia do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros... E portanto esta rádio deixou... Ainda perdurou no tempo, mesmo depois do 25 de Abril.	00:55	Emídio Rangel
---	--------------	---------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Emídio Rangel, a lembrar a rádio de antes do 25 de Abril em Portugal

IB - De hoje a uma semana, nesta estação, neste horário: o melhor e o pior da rádio de serviço público, na opinião destes e de outros antigos profissionais da rádio, ouvidos pelo provedor da RDP, Adelino Gomes

AR – No final, como anunciado, excerto o toque de silêncio seguido das boas-noites dadas por Manuela Arraiano, gravação histórica com que durante anos, todas as noites, se assinalava o fecho da emissão do Rádio Clube de Moçambique.

N – Manuela Arraiano (Despedidas do Rádio Clube de Moçambique)	02:42	Arquivo Rádio Moçambique
--	--------------	-----------------------------

2	GENÉRICO Final	00:25
----------	-----------------------	--------------

O – Pós-genérico (Manuela Arraiano - Final despedidas do Rádio Clube de Moçambique)	00:06	Arquivo Rádio Moçambique
---	--------------	-----------------------------

Duração final – 30'06"

Nota: Este programa teve duas versões: uma de 20', transmitida nas Antenas 1, 2 e 3, na RDP Açores e na RDP Madeira, e outra de 30', destinada à RDP África e RDP Internacional. O guião que aqui se publica diz respeito à versão longa deste programa.

Programa nº 3 – 12.Setembro.2008

A – Medley histórico 1 – “Noite de Teatro” (Emissora Nacional); 2 – Indicativo de “O Gosto pela Música” (EN); 3 – Indicativo “Diário Sonoro” (EN); 4 – Reportagem da recepção na Assembleia Nacional ao Presidente do Brasil, por D. João da Câmara (22.4.1955); 5 – Reportagem do terramoto de Agadir, por Artur Agostinho (EN, 1960); 6 – Reportagem do 25 de Abril de 1974, por Alfredo Alvela (RCP); 7 – Ereira, reportagem por Emídio Rangel (RDP, 1984).	00:42	Arquivo Histórico
--	--------------	-------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Alberto Ramos – Este é o terceiro programa da série especial sobre a rádio que se faz hoje.

Começámos com gravações de vozes e programas do arquivo histórico da RDP, efectuadas entre 1955 e 1984.

Isabel Bernardo – No programa anterior, antigos profissionais da Rádio em África recordaram formas e modos de fazer rádio em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Neste programa, o Provedor do Ouvinte, Adelino Gomes, vai pedir a nomes marcantes da história da Rádio que avaliem programas e noticiários hoje no “ar”, em particular nas sete estações do Serviço Público.

AR – Entre os 21 antigos profissionais que aceitaram o desafio, há até quem deixou de ouvir a RDP.

Mas também quem nunca falhe os noticiários da Antena 1 ou a programação da Antena 2.

IB - As respostas que o Provedor recebeu, talvez surpreendam alguns ouvintes: não são poupadas críticas à Radiodifusão Portuguesa; mas apontam-se-lhe, também, muitas virtudes.

Provedor – As perguntas que fiz não podiam ser mais directas: o que é que está melhor e o que é que está pior na rádio que hoje ouvimos?

Começo por quem não está em condições de responder pois não ouve, sequer, as emissões da RDP.

Não ouvir, neste caso, será uma entre outras formas de criticar. Talvez a mais radical.

Foi pelo menos esta a sensação com que fiquei, depois deste telefonema de Rui Morrison, o realizador, entre outros, do famoso programa Morrison Hotel, do FM da antiga Rádio Comercial.

Morrison encontra-se afastado da rádio há 10 anos, mas permanece ainda como figura de culto, agora no teatro e no cinema.

<p>B – Rui Morrison</p> <p>RM – Deixei de ouvir a Rádio Pública, deixei de ouvir a maioria das rádios inclusive.</p> <p>AG – Desagradado?</p> <p>RM – Pontualmente desagradado, pontualmente agradado, mas de uma maneira geral, desinteressado, porque achava desinteressante, pronto, muito simplesmente isso. Neste momento não tenho ponto de comparação, porque deixei de ouvir, não sei o que é que se passa, não é? Quando passo por lá é tão pontualmente que não dá para formar uma opinião. Embora tenha acompanhado por outras razões, até por ligações profissionais, um programa que era interessante, que era <i>A História Devida</i>, um programa do Miguel Guilherme. E achei por exemplo um tipo de programa interessante, diferente, original.</p>	<p>00:38</p>	<p>Rui Morrison Adelino Gomes</p>
--	---------------------	---------------------------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – O provedor pediu a Rui Morrison que fosse mais concreto nas razões deste seu desinteresse.

<p>C – Rui Morrison</p> <p>RM – De uma maneira geral o que me fez desinteressar da Rádio Pública (e não só, das outras também), é não sentir, como é que hei-de dizer?, nada de novo. Nada de... Eu sei que está tudo inventado, mas a imaginação é exactamente para a gente utilizar o que já está inventado e dar-lhe umas voltas, não é? Se quiseres, se se puder utilizar a palavra “estética” em rádio, é uma estética... Como é que hei-de dizer? Antiga, velha...</p>	00:29	Rui Morrison
---	--------------	--------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB - Rui Morrison, um antigo profissional de Rádio que deixou de ouvir Rádio.

Provedor – Um comportamento sintomático, até porque ouvimos outros convidados confessarem-nos que não são ouvintes habituais da Rádio que se faz hoje.

Cortina (Adelino Gomes, Em Nome do Ouvinte)
--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – O melhor e o pior da Rádio de hoje.

IB – O Provedor começa o resumo das suas conversas de hoje pelos elogios.

Para depois passar às críticas.

Provedor – Mário Figueiredo diz que a Rádio que se faz hoje não envergonha a Rádio que se fazia em 1974.

Emídio Rangel faz uma incursão aos primórdios da Rádio para defender que ela hoje é melhor do que era ontem.

Joaquim Letria não hesita em dizer que dentre todas as estações, é na RDP que encontra a melhor informação, neste momento.

<p>D – Joaquim Letria</p> <p>JL - Na Rádio Pública, ainda o que gosto mais é da informação, devo dizer.</p>	00:34	Joaquim Letria
--	--------------	----------------

Devo reconhecer, e não custa nada fazê-lo porque penso que é, apesar de tudo, sendo – e nós sabemos como é que a Rádio Pública, sempre é manipulada ou usada pelo Governo do turno ou pelos poderes que estão. Mas para mim, apesar disso, ainda é a melhor informação das estações de Rádio que eu ouço.		
---	--	--

E – Emídio Rangel ER – Enfim, a Rádio quando começou o que é que fazia? Transmitia concertos de música clássica, e palestras ao vivo. Portanto, havia um senhor, que era o palestrante, ficava 40 ou 50 minutos a ler um discurso, e portanto a Rádio era isto. E depois era a orquestra tal que tocava uma peça clássica, portanto a Rádio começou por ser assim, a forma como nos relacionávamos com os ouvintes era um trabalho muito unidireccional. Não havia estudos de audiências, não havia sequer o conhecimento dos públicos, acho essencial o conhecimento dos públicos	01:01	Emídio Rangel
--	--------------	---------------

F – Mário Figueiredo MF – Não acho que a Rádio que se faz hoje envergonhe a Rádio que se fez em 74 e a Rádio que se fez antes desse tempo. É uma Rádio que tem de ser, como tudo, vista e lida à luz do seu tempo, tudo tem o seu enquadramento. A Rádio desta casa onde estamos, a Rádio do Serviço Público, não me envergonha minimamente.	00:21	Mário Figueiredo
--	--------------	------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Mário Figueiredo, Emídio Rangel e Joaquim Letria.

Provedor – A qualidade dos sons que se ouvem em noticiários e na emissão, em geral – eis um dos elogios que mais vezes ouvi serem feitos à Rádio de hoje.

A evolução técnica, portanto.

Mas também a especialização, que permitiu melhorias sectoriais. E uma maior participação dos ouvintes.

Permitida pela liberdade, lembra Luís Filipe Costa.

G – Luís Filipe Costa LFC – A Liberdade. A Liberdade com que os colegas que hoje trabalham podem trabalhar. Uma coisa que nós nem sempre tivemos, não é, Adelino? Aliás eu acho que a Liberdade é intrínseca à Rádio, não é?	00:16	Luís Filipe Costa
--	--------------	-------------------

<p>H – Maria Dinah</p> <p>MD – O falar com liberdade é com certeza aquilo de que eu mais gosto. Sem dúvida nenhuma também a especialização. Porque antigamente nós tínhamos que trabalhar muito para podermos abarcar uma boa entrevista, uma boa reportagem, comentar um lançamento de um livro...</p>	00:22	Maria Dinah
--	--------------	-------------

<p>I – João David Nunes</p> <p>JDN – Hoje em dia, é óbvio que é muito mais fácil fazer-se Rádio, já que estamos a falar de Rádio – já para não falar obviamente da Televisão e de outras coisas. Mas mesmo Rádio é muito mais fácil de ser feita hoje do que era 40 anos atrás. Agora, no essencial a Rádio continua ser a mesma.</p>	00:38	João David Nunes
--	--------------	------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB – João David Nunes, Maria Dinah e Luís Filipe Costa.

Provedor – Uma curiosidade: a Antena 2, que provoca bastantes mensagens críticas na caixa de correio do Provedor, também aqui divide antigos profissionais.

A título de exemplo, dois elogios e um olhar absolutamente crítico.

Comecemos pelo elogio rasgado de Mário Figueiredo.

<p>J – Mário Figueiredo</p> <p>MF – Eu gosto muito do que ouço na Antena 2. Primeiro porque houve há algum tempo, não tanto quanto isso, uma lufada de ar fresco, sangue novo e acho que esta gente que está na Antena 2, e não falo só de locutores e até realizadores, se calhar falo também, daquilo a que nós chamávamos, não sei se ainda existem, assistentes musicais é gente de uma grande competência. Portanto são profundos conhecedores e fazem aquilo que do meu ponto de vista a Antena 2 deve fazer. Não é só para servir uma estreitíssima camada de ouvintes, melómanos, e que ouvem, bem e esses têm que continuar a ser servidos, mas é ao mesmo tempo não perder de vista os outros que podem ser ouvintes, portanto é olhar para trás e pensar que pode vir mais gente no caminho. E isto é um trabalho que vai sendo feito ou que está a ser feito, nomeadamente com coisas tão simples quanto isto: que é relativamente a uma peça enquadrá-la, dizer em que altura é que ela foi concebida, falar um bocadinho sobre o autor ou falar sobre os intérpretes. Tudo isso cria o envolvimento necessário para as pessoas ficarem a conhecer. Eu acho que este trabalho a Antena 2 o faz muito bem.</p>	01:20	Mário Figueiredo
---	--------------	------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR - Mário Figueiredo, reformado quando era director da Antena 2, há uma década e meia.

Provedor – Elogio e crítica.

Maria Júlia Guerra e Joaquim Letria conduzem-nos numa viagem ao passado da Emissora Nacional 2.

As conclusões não podiam ser mais contrárias.

<p>K – Maria Júlia Guerra</p> <p>MJG – Eu sou uma ouvinte muito atenta e assídua, e quase que apenas da Antena 2. Ora bem, a Emissora Nacional 2 naquele tempo era muito elitista. Não eram só os ouvintes elitistas, era mesmo as pessoas que colaboravam – podemos dizer o João de Freitas Branco, só para dar um exemplo muito evidente...</p> <p>AG – A Rádio de hoje, comparada com essa rádio que era para uma elite, será excessivamente popular, como alguns dizem? Menos rigorosa, como alguns dizem?</p> <p>MJG – Às vezes toca, às vezes sai dos limites de um bom senso. Às vezes, porque não dizê-lo?, é verdade. Apesar de tudo pretende alcançar um público mais vasto, o que me parece também para pôr na balança e deixar, se não abusarem, deixar que eles passem um bocadinho, mas que não insistam muito...</p>	<p>01:41</p>	<p>Maria Júlia Guerra Adelino Gomes</p>
--	---------------------	---

<p>L – Joaquim Letria</p> <p>JL – Já agora para lhe dizer o que não gosto muito, e porque era aliás a estação que eu sempre preferi desde criança, foi muito importante na minha vida – e sobretudo em períodos difíceis da minha vida, de doenças prolongadas, etc., quando era miúdo – que era a Antena 2. Hoje, aquilo é difícil e penoso de ouvir. Houve uma fase que era a qualidade dos discos, e hoje é porque a gente quer ouvir um bocado de boa música e não ouve, só ouve conversa. Ouve conversa a mais e ouve às vezes uma conversa que... bom, não comento.</p>	<p>01:00</p>	<p>Joaquim Letria</p>
--	---------------------	-----------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB – Joaquim Letria. Antes foi Maria Júlia Guerra.

Provedor – Mário Figueiredo, que ouvimos há minutos a elogiar a Antena 2, reconhece virtudes na Antena 1.

Mas critica-lhe ausência de cumplicidade com os ouvintes.

<p>M – Mário Figueiredo</p> <p>MF – Eu acho que a rádio Antena 1 perdeu empatia. Não se preocupa, se calhar – é o meu ponto de vista – em criar cumplicidades com o ouvinte. Eu sei que isto é capaz de ser uma visão passadista ou uma “conversa de velho”, mas a Rádio hoje, ainda que a Antena 1 o faça muito bem, faz como nenhuma outra a divulgação da música portuguesa, não o faz em espaços que habituem o ouvinte a uma determinada voz e a uma determinada cumplicidade. Cumplicidade que se cria entre – tem de haver diálogo na emissão – portanto em princípio uma voz feminina e uma voz masculina, e a insinuação do diálogo, às vezes até da pequenina malandrice, cria cumplicidades com o ouvinte.</p>	<p>00:53</p>	<p>Mário Figueiredo</p>
--	---------------------	-------------------------

IB – Mário Figueiredo.

Cortina 21 (Adelino Gomes, Em Nome do Ouvinte)

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – No programa de hoje, o Provedor do Ouvinte traz-nos a opinião e os gostos de antigos profissionais da Rádio Pública. Sobre programas e sobre a informação.

IB – A riqueza do que disseram não cabe num programa apenas.

O provedor deixa, por isso, algumas das opiniões para mais tarde.

Em particular, as virtualidades e os defeitos do programa Antena Aberta.

E a informação desportiva, a que um dos convidados, Pedro Castelo, chama “a ditadura do futebol”.

<p>N – Medley noticiários</p> <p>Excertos de antigos noticiários da RDP, com Francisco Sena Santos e António Jorge Branco</p>	<p>00:40</p>	<p>1º - Arquivo Histórico 2º - Arquivo pessoal</p>
--	---------------------	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Francisco Sena Santos, António Jorge Branco. Dois nomes que podemos apontar como epítomes de um estilo de apresentação de notícias pós-25 de Abril.

Para o bem e para o mal.

Para o bem, porque mais próximo das pessoas, e técnica e jornalisticamente... mais evoluído e competente.

Para o mal, porque onde havia vivacidade passou a prevalecer sofreguidão.

E no lugar da naturalidade e do domínio da palavra e da actualidade... apareceram em muitos dos seus seguidores,

a preguiça e a incompetência,

Que se prestaram a caricaturas do que deve ser um espaço informativo.

O – António Luís Rafael ALR – Faz-me muita impressão ouvir um locutor dizer “O primeiro-ministro disse hoje em São Bento que não-sei-quanto e que não-sei-o-quê e que não-sei-quanto. Não é verdade, José Não-sei-quantos?” o – que é o colega que está no exterior. E o colega que está no exterior diz: “De facto, o primeiro-ministro disse hoje não-sei-quê e não-sei-quê...” E torna a dizer o que o locutor acabou de dizer na cabeça da notícia. E quando acaba o seu RM, se está gravado, ou o seu directo, se porventura é directo, o locutor que está na cabine diz: “Foi a ligação a São Bento, onde o nosso colega disse que o primeiro-ministro disse que não-sei-o-quê e não-sei-quê”. E toma lá pela 3ª vez...	00:28	António Luís Rafael
---	--------------	---------------------

P – Joaquim Furtado JF – Os jornalistas tinham a preocupação de ligar as notícias umas às outras... AG – Por palavras... JF – Às vezes por palavras... AG – A palavra anterior à palavra seguinte... JF – Exactamente. AG – ... mesmo em contextos completamente diferentes. JF – Completamente diferentes. Estou lembrado – não é um exemplo da Rádio, mas é da Televisão – [de] um caso dum exposição que um grupo de agricultores fez ao Presidente da República, “esta exposição dos agricultores tinha etc.; exposição esteve também patente no Casino Estoril da pintora Fulana de Tal”. Há ainda um vício, digamos, ou uma moda, que é uma fórmula que, quando feita de forma descuidada, incomoda e resulta mal. É a forma de dar passagem, por exemplo, do condutor do jornal que, ao introduzir o jornalista para uma peça, ou para uma intervenção em directo, por exemplo uma situação no Parlamento que foi discutida pelos deputados, imaginemos, o jornalista diz “O problema foi levantado por Jaime Gama Figueiredo Martins”. Figueiredo Martins, aqui é o jornalista. Evidentemente que este é um caso que eu criei, mas que existe. Eu próprio já aconteceu ficar confuso!	01:20	Joaquim Furtado Adelino Gomes
---	--------------	----------------------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Joaquim Furtado. Antes, António Luís Rafael

Provedor - A repetição, não já de ideias ou mesmo de palavras, mas das próprias notícias, *ipsis verbis*, é um erro que Joaquim Furtado aponta também.

Artur Agostinho acompanha-o, desenhando um quadro histórico em que passámos do oito de antes do 25 de Abril para o oitenta dos noticiários de hoje.

Q – Artur Agostinho No meu tempo eram mais solenes, eram mais compridos porque havia menos, havia menos inserções noticiosas. Eu lembro-me que, nos meus tempos da Emissora Nacional – eu entrei para a Emissora Nacional em 1945, nem se trabalhava de manhã, não se abria no período da manhã – mas a Emissora Nacional abria ao meio-dia. À 1h havia um noticiário grande, meia hora, e depois já não havia mais notícias se não às 19, às 20h ou às 21 havia outro noticiário. Quer dizer, os noticiários tinham de ser maiores porque havia menos frequência de notícias. Eu sou partidário das notícias em “flash”. Por exemplo, das notícias de hora a hora, ou meia em meia hora, com uma actualização, mas em “flash”. E também não serem demasiadamente repetitivos. Eu sei que há sempre gente nova, gente que aparece na altura e que vai ouvir, mas também aqueles que são fiéis têm de sofrer aquela camada constante de notícias.	01:05	Artur Agostinho
--	--------------	-----------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB – Artur Agostinho

Provedor – Vale a pena determo-nos um pouco mais na questão da forma e nas más imitações de estilos consagrados mas... afinal... inimitáveis.

R – Rui Flores Acho que muitos dos jornalistas da RDP, que são agora profissionais da rádio com 15, 16, 17 anos de experiência, tiveram um mentor comum, que foi o Francisco Sena Santos. Acho que Francisco Sena Santos foi um jornalista de Rádio extraordinário, mas acho que o Francisco Sena Santos tem um estilo muito nervoso na antena, e acho que muito dos jornalistas da RDP copiaram esse estilo que, sobretudo quem como eu que ouve falar muito pouco português, começa a ter dificuldades em acompanhar. Sobretudo ao nível do ritmo, acho que é um ritmo extremamente acelerado. Eu às vezes estou a ouvir a Rádio e fico perdido: “Eh pá, não percebi, não consegui acompanhar.” O estilo da BBC, por exemplo, é um estilo mais calmo, em que a palavra é dita com mais cuidado.	01:00	Rui Flores
---	--------------	------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Rui Flores, um expatriado que no Chade, agora – como antes em Timor-Leste e antes ainda na Serra Leoa – não falha os noticiários da RDP.

IB – Rui Flores, 37 anos, é o responsável pela planificação no Gabinete do representante do secretário-geral das Nações Unidas para o Chade e para a República Centro-Africana.

Provedor – Rui Flores, que trabalhou na RDP entre 1993 e 1996, tece elogios e dispara críticas à Rádio Pública. É um dos temas que transitam para o próximo programa.

2	GENÉRICO Final	00:25
----------	-----------------------	--------------

Duração final – 19'58"

Programa nº 4 – 19.Setembro.2008

A – Medley histórico 1 – Pedro Moutinho (1955, 2º Prémio Itália, ficção científica)*; 2 – João David Nunes (1983)**; 3 – Rui Pedro (1983)**.	01:27	* Arquivo Histórico ** Arquivo Pessoal
--	--------------	---

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Alberto Ramos – A Rádio vai acabar?

Para não acabar, o que é preciso que aconteça?

O que precisam de fazer os que a fazem, para a salvar?

Vale a pena salvá-la?

IB – Este é o tema de fundo do quarto programa da série que o Provedor tem vindo a desenvolver, nesta sua apresentação aos ouvintes da RDP.

AR – Mas antes, e como prometido no programa anterior, o Provedor regressa ao tema de há uma semana: o melhor e o pior que se faz na rádio de hoje.

IB – Adelino Gomes seleccionou questões relacionadas com o programa Antena Aberta e com a Informação Desportiva como exemplos trazidos à antena pelos seus convidados.

AR – Ambos ilustram, ao mesmo tempo, virtudes e defeitos da rádio pública.

Provedor – Joaquim Furtado aponta, entre outros exemplos daquilo de que não gosta, a repetição de modelos, de estação para estação.

E detecta problemas num desses formatos, a Antena Aberta, que aliás aprecia.

<p>B – Joaquim Furtado</p> <p>Eu não gosto de uma certa falta de imaginação que leva à adopção de formatos iguais nas várias estações – por exemplo, o caso do Fórum TSF (e a TSF, abro aqui um parêntesis para dizer que nos anos 80 estabeleceu, digamos, uma renovação na área da Rádio), mas o caso do Fórum TSF, por exemplo, foi também pioneiro e que veio depois a repetir-se sem qualquer inovação em outras estações, incluindo a própria Antena 1. E a propósito deste modelo, que aliás eu aprecio, penso que ele levanta, no entanto, uma questão: por vezes as opiniões expressas, por parte dos ouvintes, trazem “agarradas” à opinião, trazem agarradas informações erradas que não são rectificadas na antena. Tal como nos jornais não há editores para rectificar ou corrigir esses erros, também na Rádio nem sempre o jornalista está preparado para responder a todas as situações e fazer todas as rectificações que eu achava que seria necessário fazer. E portanto isso por vezes significa que se perpetuam, ou se propagam, erros ou falsidades.</p>	<p>01:05</p>	<p>Joaquim Furtado</p>
---	---------------------	------------------------

<p>Base musical</p>	<p>Para manter durante as locuções</p>
---------------------	--

Provedor – Luís Filipe Costa acha que há muita resposta disparatada cuja culpa é de quem escolhe os temas do dia na Antena Aberta. Programa de que – como Joaquim Furtado, que acabámos de ouvir – também se confessa apreciador.

<p>C – Luís Filipe Costa</p> <p>Perguntar se acha bem que use o petróleo ou... Essas coisas que ainda os técnicos não sabem, se realmente o motor eléctrico será o substituto ideal, isto não é um caso assim muito simples. É que a electricidade também polui, e a temperatura está a aumentar também porque gastamos muita electricidade, portanto... Nós estamos cá para poluir,</p>	<p>00:57</p>	<p>Luís Filipe Costa</p>
---	---------------------	--------------------------

não é? Portanto, acho que a escolha dos temas às vezes provoca que haja uma certa ignorância que enfim... avança sem pensar duas vezes e que diz os maiores disparates do mundo! Eu lembro-me de um que ouvi quando foi o caso Maddie – e continua a ser o caso Maddie – pessoas que diziam “não, porque a Polícia Judiciária portuguesa é a melhor do mundo”. Fazer uma afirmação destas como se estivesse a falar de um campeonato, não é? As polícias não podem ser melhores nem piores, quer dizer, resolvem mais ou menos casos conforme o que têm para resolver e as capacidades que têm.		
---	--	--

D – RM Desporto <i>Golos relatados por Artur Agostinho (1966) e António Pedro (1983)</i>	00:58	Arquivo Histórico
--	--------------	-------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB – O desporto, aqui em gravações históricas de relatos por Artur Agostinho (1966) e António Pedro (1983).

AR – O desporto, que nos órgãos de informação em geral e em particular na Antena 1 costuma ser apontado por muitos ouvintes como sinónimo de futebol.

Provedor - Joaquim Furtado fala há anos em *cachecolização jornalística*.

E pensa que os problemas colocados pelo jornalismo desportivo extravasam em muito os limites da rádio.

Numa breve mas contundente referência ao tema, Pedro Castelo diz, com todas as sílabas, que sofremos na rádio uma *ditadura do futebol*.

E – Pedro Castelo PC – Acho que há uma ditadura do futebol, que eu era capaz de mitigar um pouco. Portanto, em termos de desporto talvez, se calhar, acho que o Serviço Público é uma capa que não pode servir de justificação para determinadas coisas que se fazem...	00:10	Pedro Castelo
---	--------------	---------------

F – Joaquim Furtado JF – ...O que eu também não gosto é daquilo a que costumo chamar a <i>cachecolização</i> da informação desportiva. Ainda há dias, nos Jogos	00:59	Joaquim Furtado
---	--------------	-----------------

<p>Olímpicos, ouvi um jornalista dizer “que Deus o ouça”. E isto a propósito do atleta Obikuelu que tinha dito, numa conferência de imprensa, que confiava na ajuda divina para vencer as suas provas. Ou “assim seja”, disse um jornalista, culminando o prognóstico de um bom resultado que um outro atleta português também avançava. Mas em relação ao jornalismo desportivo, ao chamado jornalismo desportivo, eu acho que não é só na Rádio que ele mereceria um debate. O jornalismo desportivo em geral – nos jornais, na Rádio, na Televisão – do meu ponto de vista devia ser debatido pela classe, enfim, e não apenas pelos jornalistas. Mas devia ser debatido porque penso que frequentemente potencia alguns dos defeitos que existem no resto da Informação, de uma forma que eu julgo que devia ser, digamos, reflectida.</p>		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB – Joaquim Furtado e Pedro Castelo

Provedor – António Pedro, um profissional que abandonou a Rádio aos 41 anos, quando muito ainda prometia à Rádio, faz-lhe uma crítica demolidora.

<p>G – António Pedro</p> <p>AP – Eu penso que faltam nomes de referência, falta gente com muita qualidade. Hoje existem cursos superiores, mas se calhar falta uma coisa que havia há uns anos atrás, que foi uma escola onde começaram os grandes vultos do jornalismo, em Portugal e principalmente do radiofónico que era a Rádio universidade.</p> <p>AG – Podias dizer alguns nomes, daqueles que foram teus <i>gurus</i> enquanto relator desportivo?</p> <p>AP – Fernando Correia, Romeu Correia foram grandes pontos de referência quando eu comecei.</p> <p>AG – E hoje não te sentes tão bem amparado, enquanto ouvinte?</p> <p>AP – Sinto-me praticamente desamparado, se me é permitida a expressão.</p> <p>AG – Se pudesses mandar, o que é que modificavas na rádio de serviço público no que diz respeito à informação desportiva?</p> <p>AP – Primeiro que tudo, eu penso que, para se falar a um microfone é preciso respeitá-lo e respeitar aqueles que estão do outro lado a ouvirem-nos. E hoje, penso que há muita gente que aparece a falar sem ter essa noção, sem lhe ser exigido esse rigor, sem ter sido feito um teste de voz, sem lhe ter sido avaliados os conhecimentos. Penso que funciona muito à base da “cunha”, penso que funciona muito à base da</p>	<p>01:35</p>	<p>António Pedro Adelino Gomes</p>
--	---------------------	--

<p>política e enquanto houver “cunha” e política, o país, não obstante ter mais de 30 anos de democracia, não atingiu a maturidade, a maioridade.</p> <p>AG – “Cunha” também na área desportiva?</p> <p>AP – “Cunha” em todo o lado, infelizmente.</p>		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – António Pedro

Provedor – Antes ainda entrarmos no tema de fundo do programa de hoje, gostaria de voltar à conversa com Rui Flores, antigo jornalista da RDP, hoje a trabalhar na missão da ONU, no Chade.

Imagine-se a surpresa que foi ouvi-lo dizer-nos que na Serra Leoa, onde foi porta-voz da ONU, o seu rádio estava sempre ligado na Antena 1 ou na Antena 2...

Neste contacto telefónico, Rui Flores – que trabalhou na RDP entre 1993 e 1996 – teceu elogios, mas disparou também críticas à Rádio Pública.

<p>H – Rui Flores</p> <p>RF – O que está melhor em relação à Rádio de meu tempo? A qualidade do som e da emissão da rádio melhorou muitíssimo. O que é que eu gosto menos na rádio pública de hoje, é que acho sinceramente que, sobretudo a RDP Antena 1, perdeu um estilo próprio. Esta Antena 1 de hoje é a TSF de há uns anos. Tem os mesmos programas, tem muitos jornalistas nesta altura que eram da TSF há meia dúzia de anos atrás. Portanto, as vozes até se confundem, para quem como eu que está fora há uns tempos. E acho que isso não é bom, porque eu acho que as rádios devem ter o seu estilo próprio. Em relação ao que eu gosto mais na Rádio, acho que isto é de uma enorme justiça que o diga, acho que a Rádio dá pouca atenção ao internacional, mas tem um programa de enorme qualidade que teria lugar em qualquer grande rádio do mundo, que é o Visão Global feito pelo Ricardo Alexandre. Acho que é um programa excelente que aborda os temas da actualidade internacional. Tenho dúvidas que a Rádio Pública deva ter tantas rubricas de humor, mas acho que o Portugalex é uma rubrica notável, acho que tem uma qualidade humorística extraordinária. E nós, os expatriados, que já não temos a oportunidade de acompanhar tanto a actualidade política e social do país quando ouvimos este programa nos divertimos imenso, porque percebemos que alguma coisa aconteceu</p>	01:20	Rui Flores
---	-------	------------

com uma determinada figura pública, e até vamos tentar saber o que é que se passou para conseguirmos perceber as piadas que o Portugalex põe no ar.		
---	--	--

Provedor – Rui Flores, pelo telefone, do Chade.

Cortina 21 (Adelino Gomes, Em Nome do Ouvinte)

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – A Rádio vai acabar? Que futuro espera a rádio, num tempo de triunfo da televisão e da internet?

IB – Este tema encerra o inquérito que o Provedor do Ouvinte da RDP fez de viva voz junto de 21 antigos profissionais da rádio.

Todos ligados, no passado, directa ou indirectamente, ao sistema oficial ou público da radiodifusão em Portugal

Provedor – Primeira constatação a que as respostas dos meus convidados me conduziram: são prematuras, demasiado prematuras, as notícias que dão por morta a rádio.

Vale a pena dar a ouvir algumas das respostas.

I – Artur Agostinho AA – Quando acabaram os barcos... É que não acabaram: os navios, os transatlânticos, com as viagens, passaram a ter menos gente, mas continuam a haver. Quando acabou o eléctrico e veio o autocarro, não acabaram os eléctricos. O autocarro não acabou com o táxi. AG – E no caso em que os eléctricos acabaram, por exemplo na cidade de Lisboa, foi uma pena... AA – Foi uma pena, e alguns voltam, não é? Nem que seja como atracção turística.	00:19	Artur Agostinho Adelino Gomes
--	--------------	----------------------------------

J – António Luís Rafael ALR – Acho que ainda há muita gente que gosta de estar na sala a ouvir rádio, acho que há muita gente que vai para cama com os auscultadores para não incomodar, se é casado para não incomodar a mulher, acho que a rádio é muito ouvida em muitos sítios, em muitos	00:23	António Luís Rafael
---	--------------	---------------------

quartéis, em corporações de bombeiros, em hospitais para as pessoas que estão de serviços, eu sei lá, os fulanos que estão de piquete na Água, na Luz... Eu acho que a rádio nunca vai morrer, mal de nós se acabasse.		
--	--	--

<p>K – Pedro Castelo</p> <p>PC – A Rádio, para já, é insubstituível quando as pessoas estão fora do seu habitat natural, e quando estão a fazer outra coisa, nomeadamente a guiar. Não têm hipótese. Enfim, podem ver televisão, mas com facilidade entram numa zona complicada a nível de segurança rodoviária... E a Rádio – que é mais difícil de fazer, para quem a faz, do que Televisão, é mais difícil fazer Rádio, bem feita, é claro, do que Televisão bem feita – não só não tem o seu futuro em risco como tem um futuro bastante risonho. Por exemplo, nós em Portugal ainda nem sequer chegamos à etapa das rádios por satélite que é uma coisa que, julgo eu, que nos próximos tempos – não será já, já a correr – mas proximamente estará disponível. Portanto a Rádio tem ainda uma série de etapas novas para conquistar cada vez mais ouvintes.</p>	00:48	Pedro Castelo
--	--------------	---------------

<p>L – Igrejas Caeiro</p> <p>AG – Há quem diga que a Rádio, agora, com a internet, com os computadores, com os telemóveis, etc., é capaz de ir acabar... IC – Disseram sempre isso. E ela cá está. A Rádio continua. Há coisas novas que aparecem, e tal, entra por aqui e por acolá, mas é a Rádio que é importante sempre...</p>	00:20	Igrejas Caeiro Adelino Gomes
--	--------------	---------------------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Igrejas Caeiro, Pedro Castelo, António Luís Rafael e Artur Agostinho, sem dúvidas.

IB – Mas as respostas de outros convidados levaram o Provedor do Ouvinte a abrir um capítulo dedicado aos mais cépticos.

Provedor – Em rádio, Carlos Brandão Lucas (com raízes profissionais em Angola) limita-se a ouvir António Macedo de manhã na Antena 1 e por vezes, à noite, Jorge Afonso, também na Antena 1.

Com tão reduzida escolha, não admira que para ele a Rádio venha a acabar, mais tarde ou mais cedo...

<p>M – Carlos Brandão Lucas</p> <p>CBL – Acho que a Rádio está a perder força. Sobretudo, ninguém quer ouvir Rádio quando está a Televisão no ar.</p> <p>AG – Por força das circunstâncias, ou por falta de força da Rádio da parte daqueles que a faz?</p> <p>CBL – Não, por força das circunstâncias, porque “o mundo pula e avança”. Agora os pulos que dá, e os avanços que faz, não sabemos se são sempre os melhores, mas são aqueles que o “destino”, entre aspas, isto é, o próprio movimento do tempo e da cultura levam a que aconteça.</p>	00:32	Carlos Brandão Lucas Adelino Gomes
--	--------------	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB – Carlos Brandão Lucas.

AR – Luís Filipe Costa – criador de uma escola de noticiário em Portugal, a do Rádio Clube Português – não tem ilusões. A rádio vai acabar mesmo, uma década destas.

<p>N – Luís Filipe Costa</p> <p>LFC – Eu sou dos que não têm grande opinião a respeito da vida da Rádio. Eu julgo que ela mais tarde ou mais cedo, umas décadas, vai acabar. Eu sei que isto já se disse a respeito dos livros, dos jornais impressos, agora digo eu a propósito da Rádio...</p>	00:15	Luís Filipe Costa
---	--------------	-------------------

AR – Luís Filipe Costa.

Cortina (Adelino Gomes, Em Nome do Ouvinte)

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – A rádio não acabará – esta é a opinião da maioria dos convidados do Provedor. Mas convirá que procure algum elixir de longa vida, acham alguns dos antigos profissionais que aceitaram o desafio de Adelino Gomes.

Provedor – As “mezinhas” sugeridas não podem ser mais variadas.

Comecemos pelas mais simples e comezinhas, proposta pelos velhos profissionais Artur Agostinho, António Luís Rafael e Cândido Mota.

<p>O – Cândido Mota</p> <p>CM – A Rádio no futuro vai ser, como continua a ser, uma forma de comunicação, uma forma de poder... Vê: tu vais a conduzir, não podes estar a ver Televisão, não é? Tu às vezes estás em casa a fazer um trabalho qualquer, uma coisa qualquer que não te permite estar com os olhos fixos no ecrã da televisão, mas queres-te informar, queres comunicar, queres que te chegue qualquer coisa qualquer mensagem tens que ouvir rádio, não é? E podes continuar a fazer o que quiseres, seja fritar um ovo ou descobrir o telefone, sei lá, como o Graham, não é?</p>	<p>00:30</p>	<p>Cândido Mota</p>
--	---------------------	---------------------

<p>P – António Luís Rafael</p> <p>ALR – A Rádio do futuro terá que continuar a ser entretenimento, cultura, música, informação, divulgação, música bem escolhida, sempre que possível, pessoas competentes a falar... E depois cada um, com a guitarra que tiver e as unhas, toca melhor ou pior e tem mais audiências ou menos audiências.</p>	<p>00:19</p>	<p>António Luís Rafael</p>
--	---------------------	----------------------------

<p>Q – Artur Agostinho</p> <p>AA – Acho que o grande segredo da Rádio, o que tem sido espectacular na Rádio, foi a forma como a rádio se adaptou e se formatou em consonância com o avanço feito pela televisão. Muita gente dizia agora, com a televisão, a rádio acabou, está liquidada. E não. A frescura, a actualização constante na rádio é importante para quem está aqui, ali, ou acolá. Nem toda gente está diante da televisão.</p>	<p>00:20</p>	<p>Artur Agostinho</p>
--	---------------------	------------------------

<p>Base musical</p>	<p>Para manter durante as locuções</p>
---------------------	--

Provedor – Emídio Rangel defende que o segredo está na corrente de afectos que se estabeleça ou não entre quem faz e quem escuta a rádio.

<p>Q – Emído Rangel</p> <p>ER – Eu tenho a ideia de que há uma lógica de afectos entre a Rádio e a Televisão, sobretudo, e as pessoas. Há uma corrente de afectos. Eu lembro-me de uma estação de rádio que foi concebida de forma, do</p>	<p>00:39</p>	<p>Emído Rangel</p>
---	---------------------	---------------------

ponto de vista da engenharia, perfeitíssima, não tinha nenhuma falha, mas não tinha, não precisava de nenhuma pessoa, estava tudo registado em fita magnética, era ainda do tempo dos cartuchos. E a rádio fechou, teve que fechar, já não tinha ouvintes...		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – João David Nunes diz o mesmo por outras palavras. E vai mais longe. Sustentando que a rádio deve servir as pessoas.

O antigo realizador e fundador da Rádio Comercial explica o que entende por “servir as pessoas”:

R – João David Nunes JDN – Dar às pessoas algo que as possa surpreender, que as possa comover, que as possa completar, que de alguma forma as possa actualizar em relação a certas coisas, ou que possa ser útil. São pequenas coisas, finalmente, mas são coisas tão naturais e tão óbvias que às vezes eu não percebo porque é que insiste nas <i>playlists</i> como se insiste, na repetição pura e dura de estilos que são marcados hoje em dia em Portugal, até já por consultores internacionais, etc. E quando na verdade nós estamos em Portugal, temos que fazer Rádio para os portugueses, a sociedade portuguesa tem características próprias, independentemente das globalizações.	0:46	João David Nunes
--	-------------	------------------

Base musical	Para manter durante a locução
--------------	-------------------------------

Provedor – Voltaremos ao tema na próxima semana, antes de fazermos o balanço destes quatro programas.

2	GENÉRICO Final	00:25
----------	-----------------------	--------------

Duração final – 20'00"

AR – O Provedor do Ouvinte termina hoje a série de programas com que arrancou o seu mandato.

IB – Nos quatro programas anteriores, foram ouvidas personalidades sobre as vozes, os programas, os noticiários que se ouvem hoje em Portugal.

AR – Na próxima semana, Adelino Gomes dará voz a ouvintes que lhe têm dirigido mensagens com queixas, críticas, sugestões. Mas antes de abrir os microfones à opinião dos ouvintes em geral, o Provedor entendeu útil fazer um balanço daquilo que os seus convidados disseram.

Provedor – Foram 21 os convidados...

16 homens e 5 mulheres com idades entre os 37 e os 91 anos.

Antigos locutores, realizadores, relatores desportivos, jornalistas.

Os mais velhos – como Igrejas Caeiro e Artur Agostinho – entraram no mundo da Rádio em fins dos anos 30/inícios dos anos 40 do século passado.

Ouvir este trecho de uma das respostas de Artur Agostinho é regressar a esses anos inaugurais da radiodifusão.

<p>A – Artur Agostinho</p> <p>AA – Era preciso ter voz, era preciso ter um pouco de à-vontade, um pouco de espírito de improviso, e ter sobretudo uma grande vocação, um desejo de trabalhar na Rádio.</p> <p>AG – O Artur Agostinho, rapidamente aliás, é considerado o melhor locutor do país, ainda nas chamadas “rádios minhoca”...</p> <p>AA – “Rádios minhocas”, era como se chamavam...</p> <p>AG – Andou na Rádio Peninsular...</p> <p>AA – Comecei pela Rádio Luso, foi onde eu comecei...</p> <p>AG – Clube Radiofónico de Lisboa...</p> <p>AA – Estive no Clube Radiofónico, e Rádio Peninsular. E depois da Rádio Peninsular dei o salto, como produtor e apresentador de um programa na Rádio Clube Português-Parede, ainda na Parede, depois comecei a fazer umas coisas na Rádio Renascença e depois fui convidado para entrar no quadro de locutores da Rádio Clube Português, com o Jaime Silva Pinto, a Mary, a Natália Correia, éramos os quatro, os “quatro grandes” da Rádio Clube, nos tempos de José de</p>	<p>01:00</p>	<p>Artur Agostinho Adelino Gomes</p>
---	---------------------	--

Oliveira Cosme. E depois passei daí para a Emissora Nacional. Tive uma oportunidade e aproveitei. Era a escala, era o top.		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Escolhi cinco temas de conversa: as vozes da Rádio, o uso da língua portuguesa, o contributo dos profissionais de Rádio das antigas colónias para a Rádio portuguesa do pós 25 de Abril, o melhor e o pior da Rádio actual, e o futuro da Rádio.

Não houve unanimidade, naturalmente.

Mas registaram-se grandes tendências, de que seleccionámos algumas respostas.

AR - Primeiro tema – as grandes vozes

B – Carlos Brandão Lucas Uma grande voz? Depende do conceito daquilo que ouve, e uma grande voz pode ser alguém que tenha aquilo que a gente diz: “olha que bela voz!” E pode ser alguém que não tenha essa bela voz, mas tem coisas a sério para dizer. E para mim essa é uma grande voz.	00:20	Carlos Brandão Lucas
--	--------------	-------------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Carlos Brandão Lucas, numa tentativa de definição do lugar da voz na Rádio. Dizendo-nos, no fundo, o que já Betholt Brecht sustentava, nos anos de 1930, na sua Teoria da Rádio, e que a maioria dos profissionais agora sublinhou: a voz é necessária... Até importante, em Rádio. Mas mais importante, como aponta Cândido Mota, **é o que através dela se comunica...**

C – Cândido Mota CM – A rádio tem que se transformar e está-se a transformar cada vez mais, a boa rádio numa rádio de palavra, transmissão de ideias, transmissão de informação. Isso é que para mim é fundamental e, isso, nada substitui a rádio, nada. Uma conversa, uma opinião, uma informação, uma notícia de última hora transmitida pela rádio é insubstituível. AG – Uma boa percentagem dos ouvintes que se dirigem ao Provedor do Ouvinte, a este Provedor do Ouvinte, queixa-se de que a rádio tem palavra a mais...	01:11	Cândido Mota Adelino Gomes
---	--------------	-------------------------------

<p>CM – Então nesse caso, eu aconselho-os a irem à loja do chinês e a comprarem um <i>ipod</i> feito em Pequim, ou lá atrás de um vão de escada, custa meia dúzia de tostões, e façam a sua própria selecção musical. Porque, isso, encontra-se em todo o lado, agora realmente a comunicação através da palavra é que não se encontra em <i>ipod</i> nenhum, a não ser que lá o metas.</p> <p>AG – Pode haver uma outra hipótese: é os ouvintes estarem-se a queixar disso porque aquilo que a rádio diz não tem interesse...</p> <p>CM – Quando eu digo uma rádio de palavra, uma rádio de comunicação, não é para estarmos aqui a dizer disparates. Mas como deves calcular eu prefiro ler o Expresso do que ler a Lux, mas isso é uma questão pessoal. Há pessoas que gostam mais de ler a Lux que o Expresso, depende.</p>		
---	--	--

AR – Fala-se hoje melhor ou pior?

IB – Quase todos os antigos profissionais disseram ao Provedor que se fala pior.

Mas quase todos lembraram que também na rua, também em casa, também na escola e até nos areópagos dos políticos se ouvem mais erros hoje do que no passado.

Era bom que houvesse nas estações figuras respeitadas que actuassem como “filtros” do bem falar português, defendem Cândido Mota e Luís Filipe Costa.

Emídio Rangel, por seu lado, lembra que a maneira como se fala hoje na Rádio é cada vez mais a maneira como as pessoas falam no quotidiano. E não acha isso mal.

<p>D – Emídio Rangel</p> <p>Às vezes há coisas que são, enfim, são caricatas, é verdade, mas hoje, a maneira como se fala em rádio é a maneira como as pessoas falam. A mim agrada-me esta maneira natural de falarmos, mesmo com estes pequenos <i>gags</i> que fazem parte da conversa, é isto que resulta em comunicação. O improvisado, a maneira de ir falando à medida que as coisas nos vêm à cabeça, é uma questão muito decisiva em rádio.</p>	<p>00:33</p>	<p>Emídio Rangel</p>
--	---------------------	----------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB – E a Rádio que se faz? É melhor ou pior?

Provedor – Os meus convidados mostraram-se condescendentes... talvez em excesso... com a Rádio que se ouve hoje no país.

Mas, dentre eles, há quem tenha deixado de ouvir. Pura e simplesmente. Como Rui Morrison. Porque a Rádio segue uma estética velha e deixou, por isso, de o interessar.

Para mal dos pecados da Rádio Pública, 7 em 21 confessaram que ouvem pouco qualquer das estações da RDP.

Talvez porque, como nos disse Luís Filipe Costa, a Rádio foi perdendo alguns dos motivos de encantamento da outrora.

<p>E – Luís Filipe Costa</p> <p>Parece-me que se perderam duas coisas importantes. Uma que ainda se arrastou durante algum tempo, mas – exactamente porque também não se soube reformular – acabou por se esgotar, que era o Teatro – “teatro radiofónico” é a expressão que se usa. Podem-se fazer coisas de 5 minutos e para isso há tempo, não é? Há contos do Hemingway e do Brecht, que são as miniaturas, tem dezenas delas que são histórias morais que dão para ser ilustradas sonoramente. E outra coisa, essa é que eu acho muito importante, é a ausência de programas infantis. Eu não sei há quantos anos não há programas infantis na Rádio Portuguesa, em toda a Rádio, não é? Mas isto é grave, porque demonstra que a Rádio desistiu de fazer ouvintes, conquistar pessoas numa faixa etária muito importante. Uma vez disseram-me, responsáveis por esta casa, que “depois aos 13 anos a gente tem a Antena 3 que colmata essas coisas”. Não me parece uma resposta capaz para este assunto. Havia grandes programas infantis na Emissora Nacional e no Rádio Clube Português, e eu creio que foi por ter ouvido, também por ter ouvido esses programas que fiz a minha escolha profissional.</p>	<p>01:19</p>	<p>Luís Filipe Costa</p>
--	---------------------	--------------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Luís Filipe Costa. A lamentar a falta de programas de teatro e de programação infantil. Bem como um certo descuido em relação àquilo que é afinal a essência da voz – o som.

Luís Filipe Costa, de novo.

<p>F – Luís Filipe Costa</p> <p>A Rádio utiliza muito pouco o som. Por exemplo, uma manifestação. O som duma manifestação, quanto a mim, são as palavras de ordem gritadas pelos manifestantes, não aquela entrevista pobrezinha com um</p>	<p>01:15</p>	<p>Luís Filipe Costa</p>
--	---------------------	--------------------------

<p>senhor que vai a marchar, “o que é que o senhor veio aqui fazer?” O som, quanto a mim, foi sempre um parente pobre, estranhamente! A criança nasce com os olhos fechados e já a produzir som, a gritar, aos berros, não é?</p> <p>Nós, no entanto, não conseguimos trazer o som do passado para o presente se não já no fim do século XIX. No entanto temos nas grutas a imagem como se caçavam, mas não sabemos o que é que aqueles senhores falavam, se era “ugh, ugh”, e se o bisonte fazia “oooooh” ou não, não é? E, por exemplo, se tivéssemos a voz do Afonso Henriques se calhar era importante, para termos uma ideia completa do que era aquele senhor, se falava com pronúncia de Guimarães, não é? Por exemplo o Salazar, aquela voz corresponde àquele homem, como a do Fidel corresponde, não é? São casos distintos.</p>		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Em matéria de gostos e de lamentos, dentre os que ouvem a RDP as opiniões dividiram-se entre a Antena 1 e a Antena 2.

Certamente pela idade já avançada, na maioria deles, e pelos locais de residência, poucos são os ouvintes da Antena 3, da RDP África ou da RDP Internacional.

Também não ouvimos ninguém falar-nos dos centros regionais da RDP – Portugal continua a ser um país macrocéfalo...

AR – António Luís Rafael, quase metade da vida passada aos microfones do Rádio Clube de Moçambique.

<p>G – António Luís Rafael</p> <p>Eu sou um “cliente” dos noticiários da Antena 1, sou um “cliente” muito longo da Antena 2. E considero que a Antena 2 tem excelentes programas, tem excelentes vozes, tem um ritmo de emissão muito bonito. Fazem uma coisa que se fazia lá, e que aqui se faz também, e que me agrada imenso: nós tínhamos instruções para, quando apresentávamos, quando estávamos de serviço ao nosso canal de música clássica – vai seguir-se a Sinfonia nº 4 de Mahler, sei lá, ou de Bruckner, seja lá o que for – quando acabar de anunciar os andamentos, a orquestra, o maestro, fazer uma pausa de um, dois, três segundos e depois arrancar o disco. Não fazer à laia de música ligeira, “e agora a sinfonia de Bruckner”, táu!, toma lá com a sinfonia já em cima, nem tem tempo para respirar. Nesse aspecto acho que a rádio está bem, e a própria Antena 1 tem uma diversidade de programas bastante agradável, e bastante variada. E tem uma vantagem</p>	<p>01:00</p>	<p>António Luís Rafael</p>
--	---------------------	----------------------------

extraordinária: não tem anúncios, é uma maravilha.		
--	--	--

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

IB – António Luís Rafael

Provedor – Os mais minuciosos na análise – com elogios e críticas, mostraram-se Joaquim Furtado e Rui Flores

<p>H – Rui Flores</p> <p>Mesmo quando a Rádio tem opinião, tem comentário, parece-me que esse comentário não é plural, não é vasto, e acima de tudo tem um defeito enorme, na minha opinião, que é o comentador a que se recorre – um director de jornal, um analista político – vai estar na Rádio de manhã, vai estar no Jornal da Tarde ao almoço ou no Telejornal à noite, e no dia seguinte vai aparecer no jornal. Como se o comentário político, a análise política, estivessem reduzidos a três ou quatro pessoas, que são sempre os mesmos. Acho que a rádio tem que ter criatividade, tem que descobrir na Academia os investigadores com qualidade, que estão a analisar estes temas. Eu acho que a Rádio tem o dever, sobretudo a Rádio de Serviço Público tem o dever de ir à procura dessas pessoas, para não nos dar a pessoa que todos os dias vai aparecer na rádio A, na televisão B e no jornal C.</p>	00:57	Rui Flores
--	-------	------------

<p>I – Joaquim Furtado</p> <p>Acho que há pouca grande reportagem, ou há menos do que devia haver, há poucos programas de autor, programas editados, programas montados, digamos, programas temáticos trabalhados radiofonicamente, como havia até há alguns anos. Evidentemente que isso pode ter a ver com razões de recursos – meios, pessoas – e até razões orçamentais. Há um problema quase comum às rádios e que também me desagrada que é a não identificação de quem está a falar com alguma regularidade, com a regularidade necessária para se perceber quem é aquela pessoa que está a ser entrevistada. Eu já ouvi, não comecei a ouvir de início uma determinada entrevista, mas ouvi largos minutos e cheguei ao fim sem saber quem foi a pessoa entrevistada. É um problema de sempre, mas penso que merecia ser analisado.</p>	00:45	Joaquim Furtado
--	-------	-----------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – O Provedor da RDP falou com os seus convidados sobre a Rádio do passado e da Rádio de hoje. Perguntou-lhes se a Rádio vai acabar.

É altura de ouvirmos as suas sugestões ou propostas sobre a Rádio que quem nela trabalha hoje deve fazer para atrasar ou inviabilizar aquilo que os pessimistas têm por inevitável – o fim da própria Rádio.

IB – Alguns dos convidados aceitaram falar dessa Rádio que visionam para o futuro. Ou pelo menos daquilo que acham que anda a faltar na Rádio,

Emídio Rangel tem, sobre essa matéria, algumas ideias assentes

J – Emídio Rangel Acho que foi muito bom a junção da Rádio com a Televisão. Mas por exemplo, a Rádio podia ser um elemento mais presente se porventura fossem anunciados os seus melhores programas, as suas melhores coisas fossem anunciadas na televisão. Eu não vejo porque essa sinergia não existe. E muitos desafios se poderiam lançar a nível da Rádio. Eu acho que falta criar tempo de reflexão para procurar novos caminhos, para criar novas ousadias. Porque no fundo, embora a fragmentação dos públicos se dê, claramente, acho que há espaço, há lugar, e há oportunidade para haver uma renovação. Mesmo falando das rádios privadas, acho que estão... Vivemos hoje um tempo em que não sinto essa reflexão, o resultado dessa tentativa de procurar novos caminhos, de procurar novas maneiras de se chegar às pessoas, de procurar interagir com as pessoas, falta muito trabalho, nesse sentido e nessa direcção. Acho que se está no tempo de pousio...	02:06	Emídio Rangel
--	--------------	---------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Emídio Rangel, sobre o que os profissionais de hoje devem fazer para evitar o desaparecimento da Rádio

IB – Mas, apesar das críticas e queixas generalizadas, ainda há ouvintes felizes...

Provedor – Eu pelo menos encontrei um entre os meus convidados. Não inteiramente feliz, convenhamos. Mas com um grau geral de satisfação que não resisto a deixar aqui, como exemplo.

<p>K – Pedro Castelo</p> <p>PC - Se calhar não sinto falta assim de nada em especial...</p> <p>AG – Então um ouvinte feliz, portanto?</p> <p>PC – Não um ouvinte feliz, haveria coisas que eu se calhar fazia de outra maneira, mas coisas pontuais.</p>	00:10	Pedro Castelo
---	--------------	---------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Chama-se Pedro Castelo, como muitos terão já reconhecido.

Eis o que respondeu á pergunta sobre aquilo de que sente falta, hoje, na Rádio.

<p>L – Pedro Castelo</p> <p>PC - Talvez não esteja completamente de acordo com as actuais divisões horárias... Sou ouvinte assíduo, na Antena 1, de um programa que há, de debate, ao fim e ao cabo, que há à sexta-feira ao fim da tarde. Gosto deste tipo de programas, talvez pudessem existir mais...</p> <p>AG – O Contraditório.</p> <p>PC – O Contraditório, exactamente. Talvez pudesse haver uma outra edição desse programa, ou programas desse estilo. Mas, é assim: de um modo geral, se a informação de trânsito for boa – o que não é fácil, até porque, concretamente no caso de Lisboa e Porto se aproxima muito, as alternativas que se podem dar as pessoas são poucas – julgo que sim, posso não estar de acordo com essa ou aquela faixa, mas de um modo geral penso que a nossa Rádio é uma Rádio boa, como é de há muitos anos para cá. E não posso acabar esta conversa sem ter que dar uma piada – que não é, claro, ao Serviço Público, não o é porque eu acho que não o merece: não vale a pena importar modelos estrangeiros, nomeadamente espanhóis, que sempre fizeram uma rádio pior do que nós. Não aprendemos rigorosamente nada, o resultado são <i>flops</i>.</p>	01:00	Pedro Castelo
--	--------------	---------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

AR – Pedro Castelo.

Provedor – No final desta série, em jeito de despedida do convívio com figuras marcantes da Rádio que se fez em Portugal nos últimos 70 anos, deixem-me partilhar convosco alguns conselhos e visões de antigos profissionais. O primeiro é um apelo ao

inconformismo, lançado por um dos mais velhos profissionais que ouvi neste inquérito: Artur Agostinho.

<p>M – Artur Agostinho</p> <p>A Rádio não se deve acomodar, nem recear a concorrência de outros meios. Primeiro foi a Televisão, depois a Internet, que também está a assustar a Televisão, há-de vir outra coisa qualquer que assuste todos os outros... Não se acomode. E que utilize essa concorrência para desenvolver a sua criatividade, para encontrar novas formas de expressão, novas maneiras de se estar, e de servir os ouvintes.</p>	<p>00:30</p>	<p>Artur Agostinho</p>
--	---------------------	------------------------

<p>Base musical</p>	<p>Para manter durante as locuções</p>
---------------------	--

Provedor – O segundo registo, fui buscá-lo à resposta de Maria José Mauperrin, antiga realizadora do “Café Concerto”, na Rádio Comercial, à pergunta: o que falta hoje à Rádio?

<p>N – Maria José Mauperrin</p> <p>Imaginação. Como dizia – ou diz-se que ela dizia – Santa Teresa, “a imaginação é a louca da casa”. E de facto não há loucura. Há conformismo, aceitação, e ninguém ousar. Não se ousa, já. Lembro-me do Rui Pedro, que ousava. Lembro-me de um programa que ele fez sobre as cartas de amor...</p>	<p>00:27</p>	<p>Maria José Mauperrin</p>
--	---------------------	-----------------------------

<p>O – Excerto de programa de Rui Pedro</p>	<p>0:21</p>	<p>Arquivo Histórico</p>
--	--------------------	--------------------------

<p>P – Maria José Mauperrin</p> <p>Lembro-me de coisas onde havia de facto imaginação. E havia particular atenção àquilo que nós todos deveríamos ter: à leitura, à cultura, etc. E isso acho que – não quero ser injusta para aqueles que estejam a fazer – mas, na maioria, não fazem. Acho que é fundamental o que falta na Rádio, que é realmente aproveitar a “louca da casa” e deixá-la solta. À solta.</p>	<p>00:37</p>	<p>Maria José Mauperrin</p>
--	---------------------	-----------------------------

<p>Base musical</p>	<p>Para manter durante as locuções</p>
---------------------	--

Provedor – E já agora o mais simples estágio da comunicação. Mais simples e mais rico, no plano humano. Lembra-o Mário Figueiredo e recomendo-o eu com ele:

<p>Q – Mário Figueiredo</p> <p>Quando ouço rádio, quero estar envolvido, conluiado, quero que quem lá está fale comigo para que eu possa fazer quase que aquilo que se fazia, os nossos antepassados, tios, no interior, bem interior de Portugal, quando o locutor dizia “<i>Então muito boa tarde</i>”, eles respondiam, não por delicadeza, mas por envolvimento “<i>Então boa tarde também para si</i>”.</p>	00:28	Mário Figueiredo
---	--------------	------------------

Base musical	Para manter durante as locuções
--------------	---------------------------------

Provedor – Por fim, o conselho que Luís Filipe Costa ouviu, em 1970, na Universidade de Hamburgo. De académicos convencidos de que a Rádio iria ficar reduzida, no futuro, à transmissão de certos objectos sonoros apenas à noite. E o desmentido que a realidade se encarregou de fazer a esta previsão dos académicos poucos anos depois, em Portugal:

<p>R – Luís Filipe Costa</p> <p>E que objectos sonoros são esses, perguntei eu. Ele disse-me: “Olhe, vá para Lisboa e faça um que é ‘O Grito’. Junte os gritos todos que você quiser, desde a criança que nasce até ao senhor ‘fora o árbitro’ e não sei quê, faça uma composição com isso”, que seria quase música do John Cage ou coisa assim, “e com esse objecto você provavelmente conseguirá que alguns senhores, talvez um bocadinho maluquinhos para a nossa concepção, possam estar a ouvir”. Claro que 2 ou 3 anos depois de eu vir de lá desta conversa com os senhores, com os sábios da Alemanha, a gente viu aqui que a Rádio tinha outras coisas para dar, o papel que ela teve no 25 de Abril...</p>	00:28	Luís Filipe Costa
---	--------------	-------------------

IB – A partir da próxima terça-feira, 30 de Setembro, o ouvinte pode consultar os cinco primeiros programas na página do Provedor. Com eles, em destaque, o “bruto” das conversas que o Provedor manteve com os 21 antigos profissionais.

AR - Para a semana, o Provedor responde no ar, directamente, aos ouvintes do Serviço Público.

2	GENÉRICO Final	00:25
----------	-----------------------	--------------

Duração final – 19’54”

E – Competências dos provedores

Nos termos do artº 27º do capítulo V (Provedores) da Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro

1- Compete ao provedor do ouvinte e ao provedor do telespectador:

a) Receber e avaliar a pertinência de queixas e sugestões dos ouvintes sobre os conteúdos difundidos e a respectiva forma de apresentação pelos serviços públicos de rádio e de televisão;

b) Produzir pareceres sobre essas queixas e sugestões recebidas, dirigindo-as aos órgãos de administração e aos demais responsáveis visados;

c) Indagar e formular conclusões sobre os critérios adoptados e os métodos utilizados na elaboração e apresentação da programação e da informação difundidas pelos serviços públicos de rádio e de televisão;

d) Transmitir aos ouvintes e telespectadores os seus pareceres sobre os conteúdos difundidos pelos serviços públicos de rádio e de televisão;

e) Assegurar a edição, nos principais serviços de programas, de um programa semanal sobre matérias da sua competência, com uma duração mínima de quinze minutos, a transmitir em horário adequado;

c) Elaborar um relatório anual sobre a sua actividade.

2 – O provedor do ouvinte e o provedor do telespectador devem ouvir o director de informação ou o director de programação, consoante a matéria em apreço, e as pessoas alvo de queixas ou sugestões, previamente á adopção de pareceres, procedendo à divulgação das respectivas opiniões.

3 – Os pareceres e as conclusões referidos nas alíneas *b)* e *c)* do nº 1 são sempre comunicados aos responsáveis pelos serviços e pessoas visados que, no prazo máximo de cinco dias, devem comunicar resposta fundamentada ao respectivo provedor e adoptar as medidas necessárias.

4 – Os relatórios anuais do provedor do ouvinte e do provedor do telespectador devem ser enviados à Entidade Reguladora para a Comunicação Social até ao dia 31 de Janeiro de cada ano e divulgados anualmente, pelos operadores que actuem ao abrigo da concessão do serviço público de rádio e de televisão, através do respectivo sítio electrónico ou por qualquer outro meio julgado conveniente.

F - Estatuto dos Provedores

No sentido de mostrar o entendimento histórico que da função tiveram José Manuel Paquete de Oliveira e José Nuno Martins – as duas personalidades que ocuparam, pela primeira vez em Portugal, os cargos de Provedor do Telespectador e Provedor do Ouvinte – e com o qual o actual provedor manifesta o seu acordo, transcreve-se o texto comum que elaboraram em Maio de 2006 e que o legislador veio a acolher, no essencial:

FUNDAMENTO LEGAL

De acordo com a Lei nº2/2006, de 14 de Fevereiro, os Provedores do Ouvinte e do Telespectador da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., são indigitados pelo Conselho de Administração da empresa, ficando sujeitos a parecer vinculativo do Conselho de Opinião. Uma vez indigitados ao Conselho de Opinião e decorridos trinta dias sem que esse Conselho tenha emitido qualquer parecer, presume-se como positiva a decisão.

Os Provedores do Ouvinte e do Telespectador gozam de independência face aos órgãos e estruturas da empresa e respectivos operadores.

Os mandatos dos Provedores do Ouvinte e do Telespectador têm a duração de dois anos, podendo ser renováveis por uma só vez.

Os mandatos cessam por morte ou incapacidade permanente do titular ou por renúncia deste e após a designação do novo titular.

A Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA faculta aos respectivos Provedores os meios administrativos e técnicos necessários para o desempenho das suas funções, mediante a constituição de um Gabinete dos Provedores.

MISSÃO DOS PROVEDORES

Os Provedores do Ouvinte e do Telespectador têm por missão:

- Representar e defender, no contacto com as Empresas de Serviço Público de Rádio e de Televisão, as perspectivas dos Ouvintes e dos Telespectadores diante da oferta radiofónica e televisiva.
- Acentuar a fiabilidade do Serviço Público prestado pelas Estações de Rádio e Televisão da RTP, SGPS, SA, bem como para promover a credibilidade e a boa imagem de todos os seus profissionais.
- Estimular o cumprimento da ética profissional e dos códigos deontológicos por parte de todos os profissionais da RTP, SGPS, SA.
- Fomentar os índices de receptividade dos diversos agentes das estruturas que participam na produção dos conteúdos, perante as observações dos Ouvintes e dos Telespectadores.
- Contribuir para uma cultura de autocrítica e de prevenção de eventuais atitudes corporativistas no interior das Empresas, mas também por parte dos cidadãos a quem representam.

MEIOS DE INTERVENÇÃO

Devem por isso dispor dos meios necessários para estimular a participação activa por parte dos Ouvintes e Telespectadores, no sentido de uma procura crescente na melhoria dos objectivos consagrados no Artigo 47º da Lei nº 33 /2003 de 22 de Agosto e referentes à própria missão da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., como empresa de Serviço Público. Para esse efeito, os operadores do Serviço Público de Rádio e de Televisão procederão regularmente à divulgação promocional dos meios de contacto entre os Ouvintes ou Telespectadores e o Gabinete dos Provedores, que disponibilizará, diferenciadamente, endereços de correio postal e de correio electrónico em dois «sítios» no Portal da RTP e linha de fax.

Em consequência do que estabelece o Artigo 23.º-D da Lei nº 2 /2006 de 14 de Fevereiro, o Provedor do Ouvinte e o Provedor do Telespectador têm ambos o encargo de assegurar a edição, nos principais Serviços de Programas, de um programa semanal sobre as matérias da sua competência.

Para a execução daqueles programas serão disponibilizados os respectivos meios de produção, em condições a definir por acordo entre os Provedores e o Conselho de Administração da Empresa.

De modo a sedimentar a actividade dos Provedores, bem como visando a criação de um fundo documental que tanto sirva de orientação para o Conselho de Administração da Empresa, como para constituir um reportório de elucidação para Ouvintes e Telespectadores, os Provedores terão de apresentar um relatório anual sobre a actividade desenvolvida.

MODOS DE PROCEDIMENTO

Através dos diferentes meios de contacto colocados ao serviço dos Provedores para estes manterem a sua relação com o Público, deverão os Provedores avaliar a pertinência das críticas, sugestões ou comentários recebidos dos Ouvintes ou dos Telespectadores sobre «os conteúdos difundidos e a respectiva forma de apresentação pelos serviços públicos de Rádio e Televisão». Definida essa pertinência, deverão os Provedores emitir pareceres sobre as reclamações ou sugestões recebidas, dirigindo-as conforme estabelece a Lei nº2/2006, de 14 de Fevereiro, aos órgãos de administração e aos demais responsáveis visados.

Todavia, antes de emitir esses pareceres utilizando qualquer um dos meios de ligação com os Ouvintes ou Telespectador ou o seu respectivo Programa em antena, deverão indagar e ouvir junto dos responsáveis visados, particularmente junto do Director de Informação ou do Director de Programação citados, sobre os critérios adoptados e métodos utilizados. Para sustentação dos seus próprios pareceres, os Provedores podem, reservadamente ou não, recorrer a consultas de personalidades ou entidades, internas ou externas, de modo a melhor fundamentar a sua tomada de posição.

Só então, ou no caso de ser deferido o período que a Lei estabelece para obter a resposta solicitada e devidamente fundamentada, por parte dos responsáveis visados, deverá o Provedor do Ouvinte ou o Provedor do Telespectador tornar público o seu parecer, dando igualmente conhecimento do mesmo aos interessados.

Os modelos do Programa do Ouvinte e do Programa do Telespectador, após o tratamento mais adequado e devidamente sistematizado pelo uso de metodologias cuja responsabilidade é do competente Provedor, conforme estabelece a Lei nº 2/2006, de 14 de Fevereiro, incluirão, por exemplo, informações comentadas sobre as recriminações ou sugestões recebidas e respeitarão as formulações específicas para a Rádio e para a Televisão.

Os modos da respectiva exibição, desde que com durações semanais não inferiores a 15 minutos, devem ser definidos de comum acordo entre os Provedores e os Directores respectivos,

conquanto sejam transmitidos em horários adequados em todas as Estações do âmbito correspondente.

PROPÓSITOS FUNDAMENTAIS

Os Provedores estão situados à margem das hierarquias da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA e nenhum deles intervém na escolha, preparação ou elaboração de Programas das Estações sobre as quais incide a sua acção.

Embora assumindo a condição de representantes do Ouvinte e do Telespectador, os Provedores agem como instância mediadora nos conflitos entre, por um lado, os Ouvintes ou os Telespectadores e por outro, todas as Estações de Rádio ou de Televisão associadas no Serviço Público.

Não basta ao Gabinete dos Provedores assumir-se apenas como repositório de observações, protestos e eventuais queixas oriundas dos Ouvintes ou Telespectadores. No exercício de mediação que lhes é atribuído por Lei, os Provedores não podem dispensar, antes devem exercer o seu papel privilegiando funções pedagógicas e de formação do cidadão como consumidor de Rádio e de Televisão.

Mas cada parecer do Provedor, ainda que escorado na indagação acerca de todos os casos analisados, ou até no recurso a terceiras entidades, revestirá sempre o carácter de uma posição solitária, responsável e independente.

Lisboa, 8 de Maio de 2006.

José Manuel Paquete de Oliveira

José Nuno Martins

G – Regras para o envio de uma mensagem

O **Provedor do Ouvinte** recebe as suas **críticas, dúvidas, sugestões** ou **felicitações** sobre a Programação ou sobre a Informação das Estações do Serviço Público de **Rádio**.

Pode fazê-lo por correio tradicional, mas o meio mais prático é, sem dúvida, através do **formulário** de contacto por **e-mail**.

Normas para a sua Mensagem

O **Provedor** apenas aceita tratar **mensagens escritas**, já que escrever significa ter reflectido um pouco mais e, desse modo, sintetizar. Por outro lado, o modo de mensagem escrita proporciona e exige que os procedimentos internos se tornem mais apurados. No entanto, em casos excepcionais devidamente justificados, poderão ainda ser aceites mensagens gravadas.

Assim, de modo a podermos dar resposta a um maior número de correspondentes, apelamos à capacidade de síntese do **Ouvinte**: por isso, **não consideramos** mensagens **manuscritas** com **mais de uma página**, nem **e-mails** com mais de **450 palavras (2200 caracteres)**.

O **Provedor** não aceitará mensagens **não identificadas**, mas respeita o **pedido de reserva** quanto à identidade pública do correspondente, desde que assinalada a casa própria. Ou seja, para que o **Ouvinte** veja a sua mensagem tratada (porventura, até apresentada no **Programa do Provedor do Ouvinte**), será **obrigatório** preencher **os campos de identificação**, tanto em mensagens enviadas por **e-mail** como por **correio postal**, indicando o **nome**, o **telefone** e o **endereço postal**, tal como é identicamente exigido no contacto por **e-mail**.

Evidentemente que o **Provedor do Ouvinte** **não aceitará** desenvolver temas apresentados

com linguagem insultuosa.

Classifique sempre a sua Mensagem

Finalmente, para nos ajudar a proceder a um tratamento mais eficaz das questões, pedimos-lhe que classifique sempre a sua mensagem numa das seguintes categorias:

- ° Crítica
- ° Dúvida
- ° Sugestão
- ° Satisfação

RTP, 31 de Janeiro de 2009